Relatório Anual de Gestão
2022

TIAGO JOSE MENDES FERNANDES
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação
   - 1.1. Informações Territoriais
   - 1.2. Secretaria de Saúde
   - 1.3. Informações da Gestão
   - 1.4. Fundo de Saúde
   - 1.5. Plano de Saúde
   - 1.6. Informações sobre Regionalização
   - 1.7. Conselho de Saúde
   - 1.8. Casa Legislativa
2. Introdução
3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade
   - 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
   - 3.2. Nascidos Vivos
   - 3.3. Principais causas de internação
   - 3.4. Mortalidade por grupos de causas
4. Dados da Produção de Serviços no SUS
   - 4.1. Produção de Atenção Básica
   - 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
   - 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
   - 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
   - 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
   - 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos
5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS
   - 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
   - 5.2. Por natureza jurídica
   - 5.3. Consórcios em saúde
6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS
7. Programação Anual de Saúde - PAS
   - 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores
8. Indicadores de Pactuação Interfederativa
9. Execução Orçamentária e Financeira
   - 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
   - 9.2. Indicadores financeiros
   - 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
   - 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
   - 9.5. Covid-19 Repasse União
   - 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
10. Auditorias
11. Análises e Considerações Gerais
12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MA
Estado	MARANHÃO
Área	331.983,00 Km²
População	7.153.262 Hab

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 03/04/2023

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
Número CNES	6064647
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	02973240000106
Endereço	AV CARLOS CUNHA S/N
Email	informacao.sus.ma@gmail.com
Telefone	98 31985500

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 03/04/2023

1 .3. Informações da Gestão

Governador(a)	CARLOS ORLEANS BRANDAO JUNIOR
Secretário(a) de Saúde em Exercício	TIAGO JOSE MENDES FERNANDES
E-mail secretário(a)	TFERNANDES_16@HOTMAIL.COM
Telefone secretário(a)	98984078273

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 03/04/2023

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	01/1993
CNPJ	06.023.953/0001-51
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL
Nome do Gestor do Fundo	VINICÍUS CESAR FERRO CASTRO

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 03/04/2023

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2020-2023
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 17/05/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
Açailândia	18.740,01	302.123,00	16,12
Bacabal	8.963,51	270.276,00	30,15
Balsas	55.460,76	229.463,00	4,14
Barra do Corda	24.969,24	236.252,00	9,46
Caxias	11.742,86	308.686,00	26,29
Chapadinha	15.259,29	383.972,00	25,16
Codó	10.066,58	311.743,00	30,97
Imperatriz	32.330,19	546.913,00	16,92
Itapecuru Mirim	12.367,79	390.973,00	31,61

Pedreiras	5.988,33	219.284,00	36,62
Pinheiro	17.233,54	401.065,00	23,27
Presidente Dutra	12.779,77	292.311,00	22,87
Rosário	14.813,33	306.047,00	20,66
Santa Inês	20.769,57	397.205,00	19,12
São João dos Patos	26.532,58	247.927,00	9,34
São Luís	2.893,25	1.475.254,00	509,90
Timon	9.831,49	252.750,00	25,71
Viana	6.747,86	275.887,00	40,89
Zé Doca	24.493,34	305.131,00	12,46

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA 104	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	MARIA RAIMUNDA SOBRINHO RUDAKOFF	
Número de conselheiros por segmento	**Usuários**	42
	Governo	18
	Trabalhadores	21
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

07/12/2022

2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

07/12/2022

3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

- Considerações

No item 1.2: email SES/MA: chefiadegabinete@saude.ma.gov.br

Telefone: (98)3128-6500

No item 1.7, o número de Conselheiros por segmento continua com inconsistência, uma vez que o nome da presidente está registrado também como Conselheira (segmento usaria), conforme informação repassada pelo Ministério da Saúde.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório Anual de Gestão é o instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), conforme o conjunto de metas, ações e indicadores desta. É, portanto, importante para orientar os eventuais ajustes no Plano de Saúde (PS) correspondente, e para orientar a elaboração da nova programação anual, contribui ainda com os gestores na tomada de decisões e no aperfeiçoamento na gestão participativa e das ações e serviços prestados à população. Com isso, torna-se a principal ferramenta para subsidiar o processo de monitoramento e avaliação da gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito Estadual. É um instrumento normatizado pelo artigo 4º da Lei de nº 8.142/1990 e pela Lei Complementar nº 141 /2012 e regulamentado e na Portaria Consolidada nº01/2017.

O RAG de 2022 atende a Lei Complementar 141/2012, artigo 36 parágrafos 1º e 3º e aos preceitos da Portaria Consolidada Nº 1/2017 Título IV Capitulo I art.94 ao art.101, que definem os prazos e fluxos para a sua elaboração e apreciação pelos Conselhos de Saúde.

A Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas com base nas informações e dados enviados pelos diversos setores que compõem a estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Saúde consolida-os de forma a garantir a visualização das ações desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2022, seguindo a estrutura proposta pelo Sistema DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP), instituído pela Portaria Nº 750/2019, que substituiu o Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão (SARGSUS) e traz a obrigatoriedade da utilização do sistema pelos três entes federados.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	300009	286837	586846
5 a 9 anos	296360	283568	579928
10 a 14 anos	325081	310869	635950
15 a 19 anos	341777	328545	670322
20 a 29 anos	635463	636985	1272448
30 a 39 anos	550464	593049	1143513
40 a 49 anos	424120	458058	882178
50 a 59 anos	295512	324512	620024
60 a 69 anos	191343	222230	413573
70 a 79 anos	104550	126040	230590
80 anos e mais	48014	69876	117890
Total	**3512693**	**3640569**	**7153262**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 07/02/2023.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020
MA	117156	113317	106079

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 07/02/2023.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	63252	59975	63261	80564	55612
II. Neoplasias (tumores)	21611	21905	17414	20884	25113
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3552	3698	3089	3279	4357
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	11683	12611	10195	11781	13745
V. Transtornos mentais e comportamentais	4391	5171	4885	5663	5964
VI. Doenças do sistema nervoso	5172	5209	4414	5381	6434
VII. Doenças do olho e anexos	2342	2140	2430	3850	2441
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	643	649	524	394	575
IX. Doenças do aparelho circulatório	30296	29732	23344	27925	32838
X. Doenças do aparelho respiratório	48107	47307	30274	32796	53053
XI. Doenças do aparelho digestivo	47547	46450	34127	38699	48165
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	15220	15745	12173	13557	16453
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	6337	6007	4499	5439	6659
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	37874	36117	26051	30244	37969
XV. Gravidez parto e puerpério	109519	108226	98373	106340	96680
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	7215	7543	7969	8484	9051
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2375	2527	1936	2467	2698
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	6727	6377	5626	6694	8960
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	40870	41372	37920	41453	46151
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	4760	5019	4282	4620	6197

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**469493**	**463780**	**392786**	**450514**	**479115**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 07/02/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1682	1734	6733
II. Neoplasias (tumores)	4373	4501	4426
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	211	215	223
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2960	3092	3613
V. Transtornos mentais e comportamentais	309	336	391
VI. Doenças do sistema nervoso	646	664	701
VII. Doenças do olho e anexos	2	1	1
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	9	9	10
IX. Doenças do aparelho circulatório	10360	10726	11318
X. Doenças do aparelho respiratório	3107	3217	4204
XI. Doenças do aparelho digestivo	1732	1846	1884
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	168	197	181
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	106	88	122
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	810	831	867
XV. Gravidez parto e puerpério	94	85	101
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	993	983	913
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	362	377	340
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1790	1712	2252
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	4811	4514	4991
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-
Total	**34525**	**35128**	**43271**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 07/02/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária.

O Maranhão é 4º Estado com maior população da Região Nordeste e o 11° estado a nível nacional, possui área territorial de 329.651 km² com 217 municípios, e segundo dados do IBGE com estimativa populacional de 7.189.442 habitantes em 2022, o que corresponde um aumento de 0,46% em sua população entre os anos de 2021 para 2022 (crescimento de 33,011 habitantes).

Em relação a estratificação por sexo em 2022 a população feminina corresponde a 50,8%, apresentando-se superior na faixa etária de 60 anos e mais (55,1%). A população masculina representa 49,2% em 2022, tendo maioria na faixa etária de 0 a 14 anos (51,2%).

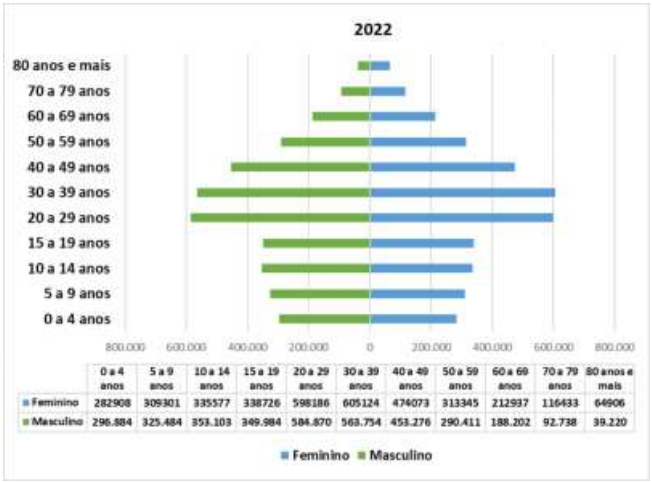
Figura 3.1.1_ População residente das Unidades Federativas da Região Nordeste, 2015 a 2022.

Fonte: IBGE/ Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE atualizado em 16/01/2023.



Fonte: IBGE/ Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE atualizado em 16/01/2023.

Figura 3.1.2_ Piramide Etária Maranhão, 2022.



	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais
Feminino	282908	309301	335577	338726	598186	605124	474073	313345	212937	116433	64906
Masculino	296.884	325.484	353.103	349.984	584.870	563.754	453.276	290.411	188.202	92.738	39.220

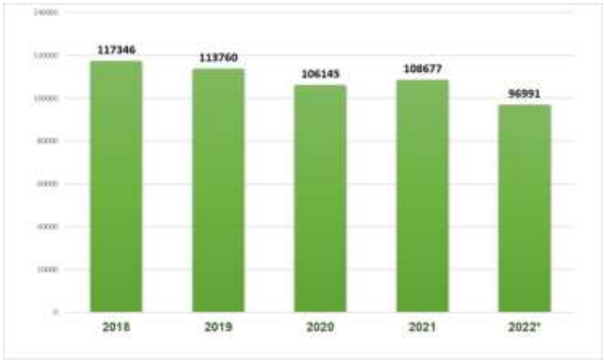
Fonte: IBGE/ Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE atualizado em 16/01/2023.

3.2. Nascidos Vivos

Nota Informativa sobre os bancos de dados e a origem da informação: As informações sobre Nascidos Vivos, Morbidade e Mortalidade deste relatório são oriundas do Conecta SUS, extraídas dos sistemas de informações sobre Nascidos Vivos- SINASC, Sistema de Informações sobre Mortalidade -SIM e Sistema de Informação Hospitalar-SIH da SES/MA, por serem dados mais atualizados que os disponibilizados pelo DIGISUS/DATASUS/MS, tornando as análises situacionais mais coerentes.

Esclarecemos que, para o ano de 2022 os dados são parciais devidos a data de processamento e alimentação dos sistemas em dezembro de 2022 ser até março de 2023, o que acarretará em mudanças nos dados apresentados neste relatório.

Figura 3.2.1_ Frequência de Nascidos Vivos de mães residentes no Maranhão, 2018 a 2022*.



Fonte: ConectaSUS/SINASC/SES/MA (*Parcial)

A Taxa Bruta de Natalidade (TBN) do Maranhão teve redução de 5,5% de 2018 para 2021 passando de 16,7/1000 habitantes para 15,2/1000 habitantes. Observamos que em 2020 no auge do período pandêmico da Covid-19, o número de nascidos vivos teve redução de 11.686 nascimentos o que representou uma redução significativa de 7,2% na TBN em relação a 2019 para 2020. Dados parciais de 2022 demonstram redução de 18,2% na TBN de 16,7/1000 habitantes para 12,4/1000 habitantes (tabela 3.2.1). Em abril de 2021, o Secretário do Ministério da Saúde, em entrevista coletiva, aconselhou que as mulheres brasileiras, se viável, suspendessem suas intenções de engravidar durante o período da pandemia. Essa orientação se fundamentou no estudo realizado pelo Centers for Disease Control and prevention (CDC), nos Estados Unidos, nesse estudo, as grávidas apresentavam uma probabilidade significativamente maior de precisar de terapia intensiva, risco duas vezes maior de necessidade de ventilação mecânica e Oxigenação por Membrana Extracorpórea e uma probabilidade maior de morte: 1,5 por 1.000, comparado a das não-grávidas: 1,2 por 1.000 casos, simbolizando um aumento de 70% de risco de morte associado à gravidez (OLIVEIRI, 2021). Para mensurar os reais efeitos da pandemia do Covid-19 na fecundidade maranhense, é necessário mais alguns anos. Todavia, pode-se identificar indícios de possíveis tendências de queda para os próximos anos na natalidade e na fecundidade, considerando a dupla crise brasileira: sanitária e econômica.

Tabela 3.2.2_ Frequência de Nascidos Vivos de mães residentes por Região de Saúde de 2018 a 2022* Maranhão.

Região de Saude _ MA	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Açailândia	1682	1476	1431	1464	1005	7058
Bacabal	1391	1405	1355	1302	769	6222
Balsas	1396	1357	1259	1367	993	6372
Barra do Corda	1609	1500	1362	1544	931	6946
Caxias	1794	1677	1564	1554	1125	7714
Chapadinha	2116	2032	1913	2013	974	9048
Codó	1748	1706	1573	1646	876	7549
Imperatriz	3442	3330	2954	3030	2281	15037
Itapecuru Mirim	2121	2140	1940	1885	1334	9420
Pedreiras	1172	1130	1018	1047	746	5113
Pinheiro	2262	2146	1888	1994	1372	9662
Presidente Dutra	1570	1483	1357	1405	938	6753
Rosário	1822	1623	1619	1439	907	7410
Santa Inês	2274	2151	1991	2018	1396	9830
São João dos Patos	1378	1186	1093	1263	566	5486
São Luís	7505	7449	6682	7163	5182	33981
Timon	1407	1422	1284	1352	1043	6508
Viana	1472	1438	1303	1324	781	6318
Zé Doca	1694	1543	1643	1586	632	7098

Fonte: ConectaSUS/SINASC/SES/MA

Todas as regiões de saúde apresentam redução da natalidade de 2021 para 2022, destacamos as reduções mais significativas na frequência dos nascidos vivos por mãe residente nas regiões de Zé Doca (-60,2%), São João dos Patos (-55,2%), Chapadinha (-51,6%), Codó (-46,8%), Viana (-41,0%) e Bacabal com redução de 40,9% nos nascidos vivos da região de saúde. (Tabela 3.2.2).

3.3. Principais causas de internação

Tabela 3.3.1 Frequência de Internações por grupos de Causas segundo o CID-10 por residentes do Maranhão, 2019 a 2022*

Capítulo CID-10	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	59975	63261	80564	53813
II. Neoplasias (tumores)	21905	17414	20884	25025
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3698	3089	3279	4272
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	12611	10195	11781	13382
V. Transtornos mentais e comportamentais	5171	4885	5663	5930
VI. Doenças do sistema nervoso	5209	4414	5381	6335
VII. Doenças do olho e anexos	2140	2430	3850	2440
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	649	524	394	566
IX. Doenças do aparelho circulatório	29732	23344	27925	32175
X. Doenças do aparelho respiratório	47307	30274	32796	51892
XI. Doenças do aparelho digestivo	46450	34127	38699	47270
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	15745	12173	13557	16263
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	6007	4499	5439	6502
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	36117	26051	30244	37086
XV. Gravidez parto e puerpério	108226	98321	106340	95333
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	7543	7969	8484	9015
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2527	1936	2467	2686
XVIII.Sint sinais e achad anormex clín e laborat	6377	5626	6694	8815
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	41372	37920	41453	45586
XXI. Contatos com serviços de saúde	5019	4282	4520	6101
Total	463780	392786	450514	470487

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) .Data da consulta: 27/02/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

Tabela 3.3.2 Taxa de Internação por 10.000 habitantes segundo Região de Saúde de residência, Maranhão 2019 a 2022*.

Região de Saúde (CIR)	2019	2020	2021	2022
Açailândia	675,99	581,54	642,83	637,92
Bacabal	684,69	637,03	760,67	900,85
Balsas	894,35	794,67	810,03	790,47
Barra do Corda	739,92	604,82	621,92	654,87
Caxias	622,09	528,30	521,79	578,56
Chapadinha	485,27	460,73	531,16	557,39
Codó	668,37	532,77	659,26	692,64
Imperatriz	708,21	574,72	684,50	658,18
Itapecuru Mirim	500,03	440,23	517,02	506,96
Pedreiras	1020,91	803,57	864,65	1017,14
Pinheiro	686,51	560,32	640,74	691,76
Presidente Dutra	827,33	710,66	740,40	647,95
Rosário	667,01	577,25	567,14	637,18
anta Inês	730,16	597,20	793,95	799,51
São João dos Patos	1072,20	822,07	1014,04	993,91
São Luís	564,14	486,44	562,95	587,07
Timon	574,39	505,86	529,51	546,03
Viana	659,58	498,99	578,10	572,37
Zé Doca	621,73	528,43	644,94	755,66

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) .Data da consulta: 27/02/2023.

Na Tabela 3.3.1_ Observamos as internações por diagnósticos conforme a CID-10, com registro de 470.887 registros no Sistema de Internação Hospitalar -SIH no Estado, representando uma taxa de internação de 654,41/10.000 habitantes, demonstrando incremento de 4% em relação a 2021 e aumento de 18,64% na taxa de internação do ano de 2020 para 2022 (551,58/10.000 habitantes para 654,41/10.000 habitantes). Observamos ainda, redução de 10,8% na taxa de internação por gravidez, parto e puerpério que passou de 148,59/10.000 hab. em 2021 para 132,60/10.000 habitantes, seguida de significativa redução de 33,5% nas internações por doenças infecciosas e parasitárias(grupo da Covid-19) que apresentava em 2021 uma taxa de internação 112,5/10.000 hab., para 74,85/10.000 habitantes em 2022. Aumento significativo de 57,5% na taxa de internações por Doenças respiratórias (45,83/10.000 habitantes para 72,2/10.000 hab.) seguida de19,3% na taxa de internação por Neoplasias, a taxa apresentada em 2021 foi de 29,18/10.000 habitantes passando para 34,81/10.000 habitantes em 2022.

Na Tabela 3.3.2_ De 2021 para 2022 as regiões de saúde com maiores incremento na taxa de internação foram Bacabal (18,4%), Pedreiras (17,6%) Zé Doca (17,1%). Observamos reduções significativas nas taxas de internações das regiões de saúde de Presidente Dutra (12,4%), Imperatriz (3,8%) e Balsas com redução de 2,4% na taxa de internação no período avaliado.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Tabela 3.4.1_ Frequência de causas em mortalidade conforme grandes grupos de causas da CID-10, Maranhão, 2019 a 2022*.

Causas de Mortalidade CID-10				
Causa (Cap CID10)	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1754	5993	8767	2494
II. Neoplasias (tumores)	4507	4404	4520	4246
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	216	224	206	217
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	3081	3493	3345	2954
V. Transtornos mentais e comportamentais	348	382	362	367
VI. Doenças do sistema nervoso	664	700	768	837
VII. Doenças do olho e anexos	1	2	1	1
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	10	10	5	11
IX. Doenças do aparelho circulatório	10873	11293	11315	10867
X. Doenças do aparelho respiratório	3197	3409	3116	3575
XI. Doenças do aparelho digestivo	1842	1876	2033	2046
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	197	181	214	258
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	91	113	127	119
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	828	834	845	861
XV. Gravidez parto e puerpério	72	96	150	74
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	2352	2211	2280	1840
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	433	383	401	442
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1685	2176	1952	1892
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1	2	3	1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	4522	4957	4996	4392
XXII. Códigos para propósitos especiais	4	1965	671	206
Total	36678	44704	46086	37700

Reg Saude Res	2019	2020	2021	2022
Regional Açailândia	16,1	17,5	18,7	11,9
Regional Bacabal	19,1	18,1	18,8	10,8
Regional Balsas	18,0	20,0	21,1	14,6
Regional Barra do Corda	15,9	20,0	20,7	12,6
Regional Caxias	17,8	19,0	19,3	15,4
Regional Chapadinha	13,8	14,5	16,9	10,4
Regional Codó	18,1	19,5	18,9	12,8
Regional Imperatriz	20,2	22,2	24,8	17,3
Regional Itapecuru_Mirin	13,5	13,9	13,7	11,4
Regional Pedreiras	19,2	20,1	21,2	15,8
Regional Pinheiro	15,1	15,9	15,5	10,9
Regional Presidente Dutra	17,9	18,6	19,2	13,3
Regional Rosário	13,4	14,6	13,2	10,3
Regional Santa Inês	16,6	16,3	17,2	13,3
Regional São João dos Patos	17,3	22,5	22,1	14,9
Regional São Luís	16,6	17,8	17,9	14,3
Regional Timon	20,0	23,5	21,4	15,6
Regional Viana	15,7	15,6	16,3	12,3
Regional Zé Doca	13,1	14,0	13,8	7,0

Tabela 3.4.2_ Frequência de Mortalidade no 3° quadrimestre de 2022*, por capitulo de causas em mortalidade conforme a CID-10, Maranhão, 2019 a 2022*.

Cause (Cap CID10)	2019	2020	2021	2022	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	529	1280	1000	449	3258
II. Neoplasias (tumores)	1509	1444	1540	1221	5714
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	57	81	69	50	257
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	972	956	1023	700	3651
V. Transtornos mentais e comportamentais	118	117	120	78	433
VI. Doenças do sistema nervoso	194	225	278	187	884
VII. Doenças do olho e anexos	0	1	0	1	2
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	3	2	6	13
IX. Doenças do aparelho circulatório	3434	5281	3783	2649	13147
X. Doenças do aparelho respiratório	938	840	973	777	3528
XI. Doenças do aparelho digestivo	634	627	709	536	2506
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	66	44	73	65	248
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	33	34	46	42	155
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	270	254	257	246	1027
XV. Gravidez parto e puerpério	22	22	43	14	101
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	783	679	702	494	2658
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	125	123	168	114	530
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	546	625	604	459	2234
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1	1	0	0	2
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1561	1912	1678	1275	6426
XXII. Códigos para propósitos especiais	0	193	39	18	250
Total	11794	12742	13107	9381	47024

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (CONECTASUS/SIM/SES/MA). Data da consulta: 17/01/2023 *(dados parciais sujeitos a alterações)

Tabela 3.4.3_ Taxa de Mortalidade por região de Saúde (10 mil habitantes) no 3° quadrimestre, Maranhão, 2019 a 2022*.

Reg Saude Res	2019	2020	2021	2022
Regional Açailândia	16,1	17,5	18,7	11,9
Regional Bacabal	19,1	18,1	18,8	10,8
Regional Balsas	18,0	20,0	21,1	14,6
Regional Barra do Corda	15,9	20,0	20,7	12,6
Regional Caxias	17,8	19,0	19,3	15,4
Regional Chapadinha	13,8	14,5	16,9	10,4
Regional Codó	18,1	19,5	18,9	12,8
Regional Imperatriz	20,2	22,2	24,8	17,3
Regional Itapecuru_Mirin	13,5	13,9	13,7	11,4
Regional Pedreiras	19,2	20,1	21,2	15,8
Regional Pinheiro	15,1	15,9	15,5	10,9
Regional Presidente Dutra	17,9	18,6	19,2	13,3
Regional Rosário	13,4	14,6	13,2	10,3
Regional Santa Inês	16,6	16,3	17,2	13,3
Regional São João dos Patos	17,3	22,5	22,1	14,9
Regional São Luís	16,6	17,8	17,9	14,3
Regional Timon	20,0	23,5	21,4	15,6
Regional Viana	15,7	15,6	16,3	12,3
Regional Zé Doca	13,1	14,0	13,8	7,0

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (CONECTASUS/SIM/SES/MA). Data da consulta: 17/01/2023 *(dados parciais sujeitos a alterações)

Tabela 3.4.1_ No Maranhão foram registrados 37.700 óbitos, correspondendo a uma taxa de mortalidade de 524,4 para cada 100 mil habitantes em 2022, observamos uma redução de 71% em comparação ao ano de 2021 (647,8/100.000 habitantes), as maiores taxas em mortalidade são observadas nos grupos de causas de doenças do aparelho circulatório que apesar de apresentar redução de 5% na taxa em relação a 2021, permanece como o principal grupo de causas de morte, destacamos que em 2022, as causa de óbito por Infarto Agudo do Miocárdio, (IAM), Acidente Vascular Cerebral(AVC), Hipertensão Arterial sistêmica (HAS) e Insuficiência cardíaca representam 58,9% de todo o grupo doenças do aparelho circulatório. O Ministério da Saúde em seu Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022 evidencia que no Brasil, com o cenário muito semelhante ao de outros países, as doenças crônicas correspondem, em média, de 70% a 72% das causas de mortes, tendo a proporção por doenças do aparelho circulatório mais impacto.

Na tabela 3.4.2, referente a mortalidade registrada no SIM no 3º quadrimestre de 2022, observamos que as maiores taxas de mortalidade foram encontradas entre as doenças do aparelho circulatório (36,9/100.000 habitantes), seguidas das mortalidades por causas externas (17,7/100.000 hab.), neoplasias (17/100.000 hab.) e doenças do aparelho respiratório (10, 9/100.000hab.).

As regiões de saúde com maiores taxas de mortalidade no 3º quadrimestre de 2022 foram Imperatriz, Pedreiras e Timon apresentando taxas de 17,3/10.000 hab., 15,8/10.000 hab. e 15,6/10.000 habitantes respectivamente (Tabela 3.4.3)

Tabela 3.4.4 _ Distribuição dos registros de óbitos novos por covid-19 na SE 52, total coeficientes de mortalidade (por 100 mil hab.), segundo região e unidade da federação Nordeste. Brasil, 2022

Região/UF	Casos confirmados				Óbitos confirmados			
	Novos	Total	Incidência acumulada	Incidência na SE 52	Novos	Total	Mortalidade acumulada	Mortalidade na se 52
Nordeste	24.354	7.206.999	12.561,40	42,4	240	133.829	233,3	0,4
AL	1.323	335.176	10.000,60	39,5	11	7.196	214,7	0,3
BA	6.316	1.769.063	11.844,50	41,0	82	31.230	209,2	0,5
CE	2.786	1.437.371	15.843,40	30,3	11	28.067	305,5	0,1
MA	759	488.093	6.860,40	10,7	6	11.034	155,1	0,1
PB	3.131	700.727	17.333,00	77,5	15	10.525	260,6	0,4
PE	5.926	1.522.935	15.677,00	61,6	22	22.579	234,8	0,2
PI	2.327	411.535	12.602,30	64,8	21	8.027	244,6	0,6
RN	1.395	582.658	16.485,30	39,5	71	8.689	245,9	2,0
SE	791	358.281	15.451,00	34,1	1	6.482	279,5	0,0

Fonte: Sistema E-SUS Notifica SVS/MS/ Boletim Epidemiológico Especial COVID-19 nº 146/2022.

Figura 3.4.5_ Frequência de óbitos na população residente por COVID-19 e Sindrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), no 3º quadrimestre de 2020 a 2022*, Maranhão.



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (CONECTASUS/SIM/SES/MA). Data da consulta: 17/01/2023 *(dados parciais sujeitos a alterações)

Até o final da semana epidemiológica (SE) 52 de 2022, que teve término em 31 de dezembro de 2022, foram registrados incidência de 42,4 casos/100 mil habitantes na Região Nordeste, tendo o Maranhão registrado 10,7 casos/100 mil habitantes e mortalidade acumulada de 155,1/100.000 habitantes sendo a menor de toda região nordeste no mesmo período avaliado (Tabela 3.4.4).

Na tabela 3.4.4 observamos redução de 88% na ocorrência de óbitos no 3º quadrimestre de 2022 quando comparamos com 2021, e ainda redução de 50,1% do mesmo período avaliado entre os anos de 2020 para 2021.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Complexidade: Atenção Básica

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatóriais
	Qtd. aprovada
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	528.876
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	885.265
03 Procedimentos clínicos	1.753.342
04 Procedimentos cirúrgicos	22.067
Total	**3.189.550**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)
Data da consulta: 07/02/2023.

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	125644	6387530,62	64	14099,14
03 Procedimentos clínicos	1195437	6681439,68	56998	72771528,67
04 Procedimentos cirúrgicos	46843	2125244,31	53188	62613853,18
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	280	1386,00	-	-
Total	**1368204**	**15195600,61**	**110250**	**135399480,99**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 07/02/2023.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	95292	355485,60
Sistema de Informacões Hospitalares		
Forma de Organização	**AIH Pagas**	**Valor total**
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	1119	1150477,05

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 07/02/2023.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	859081	1757221,96	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	10149030	93920706,07	108	63558,30
03 Procedimentos clínicos	14809130	138378141,36	72065	91454741,15
04 Procedimentos cirúrgicos	180566	16654456,40	74977	88875363,13
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	880	24200,00	9	3148,80
06 Medicamentos	7116181	8791673,86	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	9059	1327103,06	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	114448	8162385,00	-	-

Total	**33238375**	**269015887,71**	**147159**	**180396811,38**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 07/02/2023.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Subgrupo proced: 0604 Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
06 Medicamentos	7116181	8791673,86
Total	**7116181**	**8791673,86**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)
Data da consulta: 07/02/2023.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	2300	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	79415	-
Total	**81715**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 07/02/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1.PRODUÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA

Nota Informativa sobre manutenções constantes do DATASUS Brasília/DF. Os bancos de dados e a origem da informação.

Os dados processados pelo DATASUS - Departamento de Informática do SUS, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde tem cronograma de consolidação de 30 a 60 dias após encerramento do mês de Dezembro 2022, por isso podem ocorrer alterações nos dados a abaixo nos Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar (SIA/SIH)/DATASUS.

4.1.1 Tabela_ Produção da Atenção Básica, segundo grupo de procedimentos, Maranhão, 2019 a 2022

PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS Grupo de Procedimentos	2019	2020	2021	2022	Total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	463.529	465.246	595.165	831.540	2.355.480
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	7.593.916	5.685.071	7.810.554	9.439.825	30.529.366
03 Procedimentos clínicos	13.161.822	9.097.223	11.377.286	13.309.343	46.945.674
04 Procedimentos cirúrgicos	170.290	603.148	138.222	173.701	1.085.361
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	3.942	1.427	1.055	880	7.304
06 Medicamentos	6.854.349	7.379.325	6.924.450	7.116.181	28.274.305
07 Órteses, próteses e materiais especiais	2.717	2.360	3.890	4.376	13.343
08 Ações complementares da atenção à saúde	83.450	62.553	100.269	102.343	348.615
Total	28.334.015	23.296.353	26.950.891	30.978.189	109.559.448

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

A Produção ambulatorial da Atenção Básica (AB) registrada e disponibilizada pelo SIA/DATASUS, observamos que, os grupos de procedimento 01_ Ações de promoção e prevenção em saúde representou 2,68% do geral de procedimentos ambulatoriais no ano de 2022, e dentre seus subgrupos destacamos as ações de Saúde Bucal que apresentou o quantitativo de 43339 em ações em 2022, configurando um incremento no quantitativo de 305% quando comparamos com a ano de 2021, seguidos de 89,2% no quantitativo das ações de Educação em Saúde e 55,5% nas ações de Praticas Integrativas/Complementares. O grupo de procedimentos com finalidade diagnostica representou 30,5% no geral das ações do ano 2022 e apresentou maiores aumentos nas realizações de exames bioquímicos (41,8%), seguidas de 12% de exames hematológicos e hemostasia e 8% de exames sorológicos e imunológicos. Os procedimentos clínicos realizados como procedimentos ambulatoriais em 2022, representaram 42,9%, neste grupo observamos como principais ações no subgrupo, os Atendimentos de enfermagem em geral (45,7 %), Consultas médicas representou 25,4% e 21,1% de Consulta/Atendimento às urgências em geral.

4.2. PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

As análises e considerações foram realizadas com base nos dados de Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos, fornecidos pelo sistema DigiSUS, com informações extraídas do SIA/SUS e do SIH/SUS, por meio do Tabwin.

O quadro em análise traz os dados registrados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) que detalham a produção ambulatorial e hospitalar de caráter de urgência, por grupo de procedimentos com finalidade diagnóstica, clínicos, cirúrgicos, transplantes, órteses, próteses e materiais especiais e Ações complementares da atenção à saúde no ano de 2022.

Ressaltamos que o grupo Ações Complementares da Atenção em Saúde, compreende os procedimentos de pagamentos de diárias e ajuda de custo para tratamento fora de domiciliar.

No ano de 2022 foram realizados 1.368.204 (um milhão trezentos e sessenta e oito mil duzentos e quatro) procedimentos ambulatoriais em de caráter de urgência. Comparando os dados por quadrimestres, verifica-se que o total da produção ambulatorial de urgência do ano de 2022 foi 114,49% maior que o ano de 2021.

Comparando os dados por ano em exercício, verifica-se que o total financeiro da produção ambulatorial de urgência do ano de 2022 foi bem maior que o valor do ano de 2021, sendo o repasse aprovado no valor de R$ 15.195.600,61 (quinze milhões mil quatrocentos e oito reais e quarenta e sete centavos).

A produção hospitalar (regime de internação) de urgência, por grupo de procedimentos com finalidade diagnóstica, clínicos, cirúrgicos e transplantes da Tabela de Procedimentos do SUS, realizada no ano de 2022 foi de 110.250 AIH pagas, no valor de 135.399.480,99 (cento e trinta e cinco milhões trezentos e noventa e nove mil quatrocentos e oitenta reais noventa e nove centavos).

Comparando os dados anuais verifica-se que o total financeiro da produção hospitalar de urgência do ano de 2022 foi 181,88% maior que a produção do ano de 2021.

4.3. PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Considerando as atividades desenvolvidas pela Rede de Atenção Psicossocial observamos os Atendimento/Acompanhamento psicossocial como procedimentos realizados no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS em quantidade física de 95292, o que demonstra uma oscilação a maior em 15,08% em relação a 2021. Quanto aos Tratamentos dos transtornos mentais e comportamentais foram aprovadas 1.119 Internações Hospitalares representando um decréscimo de 1,23%. Mesmo com a pequena redução o valor financeiro dispensado aos procedimentos da Rede de Atenção Psicossocial sinaliza a melhor qualificação do atendimento à população usuária do sistema.

4.4. PRODUÇÃO DE ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

Os procedimentos com finalidade diagnóstica incluem os laboratoriais, de imagem, endoscópios, métodos gráficos e de medicina nuclear. Em sua grande maioria, são realizados em nível ambulatorial. Os procedimentos laboratoriais de análises clínicas representam o maior quantitativo em realização (uma coleta resulta em vários procedimentos), o que impacta na soma final dos procedimentos com finalidade diagnóstica, fazendo com que sejam o maior número dentre os procedimentos ambulatoriais.

Os procedimentos voltados para Atenção Ambulatorial e Hospitalar quando comparados com a produção do ano de 2021, observa-se um aumento de 25,42% na produção.

Dentro deste grupo, identifica-se também os procedimentos que são estratégicos para linha de cuidado do câncer, como coleta de biópsias e suas análises histopatológicas, endoscopias, especialmente a colonoscopia e, para linha de cuidado cardiovascular, como monitorização ambulatorial de pressão arterial, holter e teste ergométrico, e mesmo o cateterismo diagnóstico.

No grupo de procedimentos clínicos ambulatoriais, o maior quantitativo foi representado por administração de medicamentos, ato realizado pela equipe de enfermagem, seguido pelas consultas de profissionais de nível superior (exceto médico).

No grupo procedimentos clínicos ambulatoriais existem procedimentos relacionados exclusivamente à consultas médicas, além da consulta médica em atenção especializada: atendimento médico em unidade de pronto atendimento, consulta médica em atenção primária, atendimento de urgência em atenção primária com observação até 8hs, consulta médica em saúde do trabalhador, assim como, consulta para diagnóstico de glaucoma.

Ainda nos procedimentos clínicos ambulatoriais, encontram-se as terapias renais substitutivas, quimioterapias e radioterapias.

Os procedimentos cirúrgicos ambulatoriais contemplam em sua maioria os curativos, com ou sem debridamento, as suturas, seguidas pelas exodontias de dente permanente e as cirurgias de catarata. Os procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, em sua maioria ambulatoriais.

No tratamento oncológico ambulatorial são ofertados tratamentos de quimioterapia, radioterapia e radioiodoterapia em unidades habilitadas pelo SUS no estado assim como nas instituições privadas com ou sem fins lucrativos contratualizadas de forma a complementar a assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS..

Nas internações hospitalares, as principais causas registradas foram para Gravidez, parto e puerpério, seguida de Lesões, outras consequências de causas externas, doenças do aparelho circulatório e algumas doenças infecciosas e parasitárias.

As cirurgias de média complexidade contemplam as especialidade de ortopedia , cirurgias de parede e cavidade abdominal, que inclui principalmente as hérnias e cirurgias gerais.

Dentre as cirurgias de alta complexidade foram realizadas as cardiologia intervencionista (angioplastias), as cirurgias cardiovasculares, as neurocirurgias e as cirurgias oncológicas de todas as especialidade

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), regulamentado pelas Portaria GM/MS n° 1.554 de 30 de julho de 2013, é uma estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do SUS. Seu objetivo majoritário é a garantia da integralidade do tratamento medicamentoso em todas as fases evolutivas das doenças contempladas, em nível ambulatorial.

As linhas de cuidado estão definidas em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo MS, com o objetivo de estabelecer os critérios de diagnóstico de cada doença, de inclusão e exclusão ao tratamento, os medicamentos e esquemas terapêuticos, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação. Os referidos medicamentos estão divididos em três grupos com características, responsabilidades e formas de organização distintas.

O Grupo 1 é aquele cujo financiamento está sob a responsabilidade exclusiva da União. Engloba os medicamentos indicados para doenças mais complexas, para os casos de refratariedade ou intolerância à 1ª e/ou à 2ª linha de tratamento, medicamentos que representam elevado impacto financeiro para o Componente e aqueles incluídos em ações de desenvolvimento produtivo no complexo industrial da saúde. Subdivide-se em: Grupo 1A- medicamentos com aquisição centralizada pelo MS e Grupo 1B - medicamentos adquiridos pelos estados com transferência de recursos financeiros pelo MS.

O Grupo 2 é constituído por medicamentos destinados ao tratamento de doenças de menor complexidade em relação aos elencados no Grupo 1 e nos casos de refratariedade ou intolerância à primeira linha de tratamento. A responsabilidade pelo financiamento, aquisição e dispensação é das Secretarias Estaduais da Saúde

No ano de 2022 tivemos um quantitativo de 7.116.181 procedimentos aprovados , correspondendo ao financeiro de R$ 8.791.673,86. Houve um aumento de 11,03% no quantitativo de procedimentos no ano de 2022 em comparação ao ano de 2021 e um aumento de 27,10% no valor financeiro aprovado em 2022 se comparado ao ano de 2021.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Tabela 4.6.1_ Ações da Vigilância em Saúde, por Subgrupo, ano de Procedimento, 2019 a 2022*

07 Vigilância em Saúde SubGrupo de Procedimentos	2019	2020	2021	2022	Total
0202 Diagnóstico em laboratório clínico	0	0	0	1.272	1.272
0213 Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental	12.613	22.838	116.105	48.231	199.787
0214 Diagnóstico por teste rápido	3.544	6.115	50.305	25.433	85.397
Total	16.157	28.953	166.410	74.936	286.456

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) *Parcial_ dados sujeitos a alterações

NOTA INFORMATIVA : A Produção da Vigilância em Saúde aqui descrita se refere ao quantitativo de registros, no SIA/SUS, de procedimentos de Vigilância Sanitária (VISA) compreendidos no Subgrupo 02 - Vigilância em Saúde, do Grupo 01 - Ações de promoção e prevenção em saúde (informados, em sua quase totalidade, pelos municípios) e de Vigilância Epidemiológica e Ambiental no Subgrupo 13 - Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental, do Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica, da tabela SIGTAP, como vinculados ao financiamento atribuído à Vigilância em Saúde, disponível (https://wiki.saude.gov.br/sigtap/index.php/Subgrupos).

É importante destacar que as informações referentes ao 3ºquadrimestre do ano de 2022 são parciais e preliminares, visto que os dados do fechamento do quadrimestre referente ao mês de dezembro/22 ainda não estão disponíveis na base do SAI/SUS/DATASUS do Ministério da Saúde, ocorrendo alterações no resultado final do 3º quadrimestre avaliado nesta análise.

O financiamento da Vigilância em Saúde tem um importante aliado desde de 2013, com a instituição da Portaria de nº 1.378/GM/MS, de 08 de julho de 2013, o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde / PQA-VS comemora em 2021 oito anos de existência, buscando a melhoria das ações e serviços de Vigilância em Saúde, como iniciativa para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. A garantia do acesso integral e de forma oportuna às ações e serviços de qualidade visam contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, a redução das iniquidades e a promoção da qualidade de vida dos brasileiros, e ainda, constituem-se como objetivos gerais do Ministério da Saúde, tendo o PQA-VS como parte dessas iniciativas.

O Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) representa um marco para a Vigilância em Saúde por definir compromissos e responsabilidades para as três esferas de governo: a federal, com financiamento e apoio técnico, a estadual e a municipal, buscando induzir a implementação de iniciativas que garantam a melhoria das ações de vigilância em saúde, tendo em 2020 o resultado dos indicadores publicados na Portaria nº 2.497/GM/MS, de 29 de setembro de 2021.

Na Tabela 4.6.1 Destacamos os procedimentos provenientes do financiamento da Vigilância em Saúde até novembro de 2022, sendo observado o registro de 74936 procedimentos, dos quais 64,4% ocorreram no subgrupo de Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental (48231), seguidos de 33,9% de Diagnóstico por teste rápido totalizando 25433 no período avaliado, observamos ainda que, entre os anos de 2021 para 2022 ocorreu redução em ambos os subgrupos de ações da Vigilância avaliados (58,5 e 49,4% respectivamente), sendo que na totalidade houve redução de 55% (n=91474) procedimentos provenientes do financiamento da Vigilância em Saúde no mesmo período avaliado.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	**Dupla**	**Estadual**	**Municipal**	**Total**
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	141	141
FARMACIA	0	2	81	83
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	4	2039	2043
TELESSAUDE	0	0	1	1
HOSPITAL GERAL	4	43	177	224
HOSPITAL ESPECIALIZADO	1	12	13	26
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	2	104	106
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	0	0	10	10
CENTRAL DE NOTIFICACAO,CAPTACAO E DISTRIB DE ORGAOS ESTADUAL	0	1	1	2
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	1	14	15
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	5	26	131	162
UNIDADE MISTA	0	0	32	32
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	19	41	60
CENTRO DE IMUNIZACAO	0	0	8	8
POSTO DE SAUDE	0	0	400	400
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	2	46	48
POLO DE PREVENCAO DE DOENCAS E AGRAVOS E PROMOCAO DA SAUDE	0	0	3	3
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	13	13
PRONTO SOCORRO GERAL	0	0	4	4
COOPERATIVA OU EMPRESA DE CESSAO DE TRABALHADORES NA SAUDE	0	0	7	7
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	220	221
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	13	35	230	278
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	4	216	220
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	36	36
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	102	102
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	0	0	41	41
POLICLINICA	2	16	22	40
CENTRO DE PARTO NORMAL - ISOLADO	0	0	5	5
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	0	1	2	3
PRONTO ATENDIMENTO	1	11	10	22
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	4	9	13
Total	**26**	**184**	**4160**	**4370**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 03/04/2023.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	**Municipal**	**Estadual**	**Dupla**	**Total**
ADMINISTRACAO PUBLICA				
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	50	0	0	50
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	235	0	1	236

MUNICIPIO	3642	2	1	3645
FUNDACAO PUBLICA DE DIREITO PUBLICO FEDERAL	0	1	0	1
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	2	151	0	153
AUTARQUIA MUNICIPAL	3	0	0	3
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
SOCIEDADE ANONIMA FECHADA	1	1	0	2
SOCIEDADE ANONIMA ABERTA	1	0	0	1
EMPRESA PUBLICA	1	0	0	1
EMPRESARIO (INDIVIDUAL)	48	0	0	48
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	1	1	1	3
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)	5	0	0	5
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	157	8	12	177
SOCIEDADE SIMPLES PURA	0	1	0	1
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
FUNDACAO PRIVADA	1	0	0	1
ASSOCIACAO PRIVADA	12	19	11	42
ENTIDADE SINDICAL	1	0	0	1
PESSOAS FISICAS				
Total	**4160**	**184**	**26**	**4370**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 03/04/2023.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Na Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS por tipo de estabelecimentos, observa-se que do total de estabelecimentos de saúde em sua maioria está sobre gestão municipal representando 95,19%. Desse total de estabelecimentos de saúde, cerca de 46,75% são classificados como Centro de Saúde/Unidade Básica, seguido pelo Posto de Saúde com 9,15%, Clinica /Centro especializado 6.36%.

5.2. Por Natureza Jurídica

Por natureza Jurídica, 90,04% são de Administração Pública, 5,51% são Entidades Empresariais e cerca de 1,00% são de Entidades sem Fins Lucrativos.

Destaques da Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

Na ação de Implantação e Modernização da Rede Assistencial do Programa Saúde para Todos, a Secretaria Estadual de Saúde entregou novos serviços hospitalares, destacando - se a entregue do **Centro de Referência Especializado de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (CREAISPI)** no bairro da Cohab, integrando a rede de saúde e assistência social do Estado; a **Maternidade de Paço do Lumiar,** com os serviços de acompanhamento do pré-natal, atendimento ambulatorial, procedimentos cirúrgicos e assistência ao parto; o **Hospital Regional Dr. José de Abreu Silva em Barra do Corda**, atende pacientes do município e região, com demandas de média e alta complexidade, a **primeira etapa do Hospital da Ilha é** referência em emergência e cirurgias eletivas em especialidades como: cirurgia geral, gastroenterologia, urologia, neurocirurgia, ortopedia, cardiologia, vascular, odontologia, oftalmologia, bucomaxilofacial, cirurgião de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica; **Policlínica em Codó,** com oferta de serviços especializados em saúde no município e na região com especialidades como cardiologia, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, mastologia, neurologia, obstetrícia de alto risco, urologia e pediatria; em **Bacabal o Shopping da Criança**, espaço destinado à oferta de serviços em saúde e atenderá crianças de 6 a 12 anos, conta com especialidades como fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, neuropediatria, psicologia, entre outras; **Policlínica do Coroadinho** em São Luís, com consultas nas especialidades de Cardiologia, Ortopedia, Ginecologia, Urologia, Dermatologia, Neurologia, Endocrinologia, Psiquiatria, Reumatologia e Médico da Dor (Anestesista); **Policlínica em São Bento** reforçando a rede de saúde na região da Baixada Maranhense.

Policlínica da Criança na Cohab, oferecendo serviços ambulatoriais nas especialidades médicas de cardiologia pediátrica com exames de imagem; a **Unidade de Especialidades Odontológicas do Maranhão (Sorrir), entregue em Caxias,** que disponibiliza atendimento em Odontopediatria e Clínica Geral, **Policlínica em Caxias,** com especialidades como Cardiologista, Endocrinologista, Geneticista, Infectologista, Mastologista, Neurologista, Psiquiatra,Reumatologista, Pneumologista e Médico da Dor e oferecidos exames laboratoriais e de imagem ; **Hospital de Traumatologia e Ortopedia de Caxias,** composto por 46 leitos adultos, 4 pediátricos, 3 salas de cirurgia e 3 leitos RPA e oferecerá serviços de exames laboratoriais e de imagem; **implantação da FEME na regional de saúde de Caxias** beneficiando cerca de 700 pacientes que estão cadastrados para receber medicamentos; entrega da **primeira etapa do Hospital Regional de Açailândia** com serviços e ambulatório e enfermaria e com 60 leitos sendo 50 de internação 10 de UTI adulto; **Hemodiálise no Hospital Regional de Carutapera** com 4 cadeiras e funcionará em três turnos às segundas, quartas e sextas-feiras; **Hospital da Criança de Presidente Médici** oferece assistência em saúde em pediatria com urgência e emergência a 17 municípios da Região de Zé Doca,com 20 leitos de enfermaria, disponibiliza atendimento ambulatorial; **Hospital Regional de São Mateus** com 50 leitos sendo de clinica médica, cirúrgico; **2ª Etapa do Hospital da Ilha** com 81 novos leitos, sendo 15 leitos pediátricos e 66 leitos adultos.



Hospital da Ilha



Hospital de Barra do Corda



Policlínica da criança



Policlínica de Codó





Maternidade de Paço do Lumiar

Hospital Regional de Açailândia





Sorrir - Caxias

HTO de Caxias





Hosp. da Criança de P. Médici

Hospital Regional de São Mateus

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2022

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1.498	1.429	1.909	11.925	16.615
	Intermediados por outra entidade (08)	394	47	46	132	0
	Autônomos (0209, 0210)	198	2	33	18	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	220	50	92	15	0
	Bolsistas (07)	511	1	6	4	1
	Informais (09)	46	2	16	10	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	15	3	8	4	0
	Celetistas (0105)	15	66	71	633	0
	Autônomos (0209, 0210)	341	15	196	115	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	225	50	91	15	0
	Bolsistas (07)	0	0	5	0	0
	Informais (09)	2	0	5	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4.346	2.831	6.376	14.867	673
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	255	27	218	272	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 19/04/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	326	612	773	0
	Celetistas (0105)	1.099	1.087	1.015	0
	Informais (09)	7	5	6	0
	Intermediados por outra entidade (08)	3	4	9	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	3	0
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	274	277	153	0
	Bolsistas (07)	346	515	551	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	33.433	35.917	36.825	0
	Informais (09)	352	167	170	0
	Intermediados por outra entidade (08)	196	335	638	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	202	227	291	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	544	703	724	0
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	29.197	34.931	37.931	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 19/04/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Os números apresentados pelo sistema DigiSUS, importados do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) são referentes a todos os profissionais cadastrados no SUS/MA (municipal, estadual e federal).

O Quadro acima, mostra os profissionais cadastrados nos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, esclarecendo que o quantitativo se refere a ocupação segundo o Código Brasileiro de Ocupação (CBO)
Informamos que a contratação de trabalhadores terceirizados dá-se pela não realização de concurso público e sim por processos seletivos realizados pelas Organizações Sociais (Instituto Acqua e INVISA) e Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSERH Processos Seletivos Simplificados para contratações de profissionais da área da saúde.
Os bolsistas de graduação existentes na SES/MA desenvolvem as atividades, auxiliando os consultores nas atividades técnicas relacionadas às áreas afins.
Após análises sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS verificamos que o maior percentual é de servidores lotados no posto de trabalho ocupado por contrato temporário e Cargos em Comissão, com

exceção dos Agentes Comunitários que são concursados.

A Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão atualmente possui 36.939 servidores no seu quadro de pessoal. Conforme dados do quadro acima, a força de trabalho da gestão estadual é composta por 95 % de servidores efetivos (35.220 servidores).

Os dados do 3º quadrimestre de 2022, reafirmam a tendência identificada nos relatórios anteriores, que consiste na redução do número total de trabalhadores da SES/MA, principalmente no segmento dos trabalhadores estatutários. Os demais tipos de vínculo apresentam oscilações, ora aumentando ou reduzindo o quantitativo de trabalhadores, conforme demanda institucional.

Além da prestação de serviços em saúde, a SES-MA forma novos profissionais para o SUS, por meio dos Programas de Residência da Saúde ofertados em algumas de suas unidades de saúde.

A Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão, é composta pelas Residência Médica e Residência Multiprofissional em Saúde, possuindo campos de práticas nos municípios de Caxias, Imperatriz e São Luís.

A ESP/MA possui 11 (onze) programas de Residência Médica: Cirurgia Geral, Clínica Médica, Dermatologia, Neonatologia, Urologia, Obstetrícia e Ginecologia, Oncologia, Ortopedia e Traumatologia, Pediatria, Psiquiatria e UTI Adulto, enquanto na Residência Multiprofissional existem 02 (dois) programas: Enfermagem Obstétrica e Saúde da Família.

Os residentes da área médica neste quadrimestre, lotados no município de São Luís desenvolveram suas atividades no Hospital Dr. Carlos Macieira, Hospital Tarquínio Lopes Filho, Hospital Juvêncio Matos, Hospital Nina Rodrigues e Hospital de Trauma e Ortopedia. Já os residentes lotados no município de Caxias desenvolveram suas atividades no Hospital Regional Everaldo Ferreira Araujo e Maternidade Carmosina Coutinho. Os Residentes médicos do município de Imperatriz desenvolveram suas atividades no Hospital Macrorregional Dra Ruth Noleto e Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz.

A provisão de pessoal para o funcionamento de todos os estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, representa um grande desafio, tanto técnico quanto financeiro, no sentido de garantir a qualidade do atendimento prestado à população.

Algumas dessas unidades de saúde são gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde, conforme Lei Estadual nº 7.006 de 03 de fevereiro de 1998, e outras pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares - EMSEHR, criada em 2012 por meio da Lei Estadual nº 9732, sendo classificada como uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantir o acesso da população às ações e serviços de saúde como direito fundamental ao atendimento das necessidades de saúde, mediante o aprimoramento da política de atenção primária, vigilância em saúde, atenção especializada e garantindo o acesso a medicamentos e insumos estratégicos no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 1.1 - Fortalecer a Atenção Primária para apoiar o desenvolvimento de ações em saúde no Estado

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Estratégia Saúde da Família	Nº de municípios beneficiados.	Número	2018	217	217	217	Número	182,00	83,87
Ação Nº 1 - Realizar 03 Oficinas para qualificação dos profissionais da Atenção Priária em Saúde (APS) nos municípios.									
Ação Nº 2 - Oportunizar 06 Cursos modulares em Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no SUS para profissionais da APS nos municípios.									
Ação Nº 3 - Realizar 01Seminário Integrado da Atenção Primária e Vigilância em Saúde.									
Ação Nº 4 - Realizar 03 Seminários para qualificação das ações do Programa Saúde da Escola (PSE).									
Ação Nº 5 - Monitorar e apoiar mensalmente os municípios que apresentem as maiores dificuldades em captação de recursos através da plataforma Previne Brasil									
2. Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde Bucal	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	128,00	58,99
Ação Nº 1 - Realizar 01 Encontro Estadual de Saúde Bucal.									
Ação Nº 2 - Realizar 03 Oficinas sobre o Indicador de Desempenho de Saúde Bucal – Previne Brasil									
Ação Nº 3 - Realizar 03 Oficinas sobre o Diagnóstico precoce de Câncer Bucal									
Ação Nº 4 - Monitorar e acompanhar os Centro de Especialidades Odontologicas (CEO).									
3. Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Política de Saúde do Adulto e Idoso	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	131,00	60,37
Ação Nº 1 - Realizar 15 Oficinas de Capacitação das Equipes de Saúde da Família no Cuidado Integral ao Controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus Contribuindo para Redução da Mortalidade Materna no Maranhão / Projeto Viver Mais nas Regiões de Balsas E Presidente Dutra									
Ação Nº 2 - Realizar 02 Oficinas de Acompanhamento e Monitoramento de Indicadores Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus do Projeto Viver Mais nas Regiões de Balsas e Presidente Dutra.									
Ação Nº 3 - Realizar 01 Oficina de Acompanhamento e Monitoramento de Indicadores Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus do Projeto Viver Mais para as Equipes da Força Estadual de Saúde do Maranhão (FESMA).									
Ação Nº 4 - Realizar 03 Oficinas Macrorregionais para o manejo dos Protocolos de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus para os Profissionais da Atenção Primaria em Saúde									
Ação Nº 5 - Realizar 03 Oficinas para Implantação do Consultório do Tratamento do Fumante no Sistema Prisional do Estado do Maranhão.									
Ação Nº 6 - Realizar 06 Oficinas Regionalizadas para a Implantação dos Consultórios do Tratamento do Fumante.									
Ação Nº 7 - Realizar 02 Oficinas Regionalizadas do Programa Saber Saúde em parceria com o EDUCANVISA e PSE.									
Ação Nº 8 - Realizar 03 Oficinas Macrorregionais sobre a Saúde Integral do Homem (Política Estadual da Saúde Integral do Homem Maranhense)									
Ação Nº 9 - Oportunizar 01 Curso em Eduacação á Distância (EAD) sobre a Saúde Integral do Homem com Foco na Promoção e Prevenção ao Câncer de Pênis segundo a Portaria Nº 3.069/11/112020.									
Ação Nº 10 - Realizar 03 Oficinas de Capacitação para o uso da Caderneta da Pessoa Idosa na Atenção Primária em Saúde (Avaliação Multidimensional)									
4. Apoiar unidades Prisionais de ressocialização a desenvolverem ações voltadas para a Política de Saúde Prisional	Nº de unidades de saúde prisional apoiadas	Número	2018	47	47	47	Número	47,00	100,00
Ação Nº 1 - Prestar 200.000 atendimentos médicos aos internos das 47 Unidades Prisionais de Ressocialização.									
Ação Nº 2 - Promover 250 cursos, oficinas, palestras, treinamentos e capacitações sobre Educação em Saúde.									
5. Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde da Mulher.	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	133,00	61,29
Ação Nº 1 - Realizar 01 Seminário Estadual de Saúde da Mulher e Planejamento Reprodutivo									
Ação Nº 2 - Realizar 02 Oficinas de qualificação de Profissionais dos serviços de referência para atendimento de mulheres em situação de violências									
Ação Nº 3 - Realizar 01 Seminário de Implementação da Linha de Cuidado de Atenção às mulheres em situação de violências									
Ação Nº 4 - Realizar 01 seminário de qualificação das Diretrizes Brasileiras para detecção precoce do câncer do colo de útero e de mama.									
Ação Nº 5 - Promover 03 capacitação nas Macrorregionais Norte, Sul e Leste sobre coleta de exame de Citopatológico									
Ação Nº 6 - Monitorar as ações referentes à prevenção e controle dos cânceres de colo de útero e de mama, por meio do Sistema de Informação do Câncer (SISCAN) nas 3 macrorregiões de saúde (norte, sul e leste).									
6. Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde da Criança e do Adolescente	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	173,00	79,72

Ação Nº 1 - realizar 04 Oficinas da Estratégia Proteger e Cuidar da Saúde de Adolescentes na Atenção Básica e Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias									
Ação Nº 2 - Realizar 06 Oficinas do Cuidado à Criança na Atenção Primária à Saúde (Triagem Neonatal Universal, Sisneo, Crescimento e Desenvolvimento, Manejo da Caderneta, 1ª Semana de Vida e Estratificação de Risco)									
Ação Nº 3 - Realizar 01 Oficina de atualização na atenção à Saúde da Criança e do Adolescente para equipe da Força Estadual de Saúde (FESMA)									
Ação Nº 4 - Realizar 02 Oficinas de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) - Clínico para profissionais da Atenção Primária.									
7. Apoiar os munícipios a desenvolverem ações voltadas para a Política de Alimentação e Nutrição	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	201,00	92,63
Ação Nº 1 - Realizar 03 Oficinas de Vigilância Alimentar e Nutricional, conforme as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.									
Ação Nº 2 - Realizar 01 Oficina sobre a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes, Bicos, Mamadeiras e Chupetas – NBCAL para as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF)									
Ação Nº 3 - Realizar 04 Oficinas sobre o Programa Crescer Saudável para as Equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS)									
Ação Nº 4 - Realizar 01 Encontro Estadual de Coordenadores do Programa Bolsa Família na Saúde (PBF –SUS).									
8. Fortalecer nos municípios a Integração das Ações da Atenção Básica com as populações em vulnerabilidade/marginalidade Social	Nº de municípios beneficiados.	Número	2018	217	217	217	Número	36,00	16,59
Ação Nº 1 - Promover 01 capacitação do Programa Farmácia Viva Hortos Terapeuticos (uso correto das plantas medicinais e Fitoterápicos) nos Terreiros, Quilombos e Indígenas no resgate ao uso das plantas medicinais de forma correta.									
Ação Nº 2 - Realizar 01 capacitação no atendimento de prescrição nas policlínicas como adjuvante ao tratamento já prescrito pelo médico por intermédio do Programa Farmácia Viva Hortos Terapeuticos (uso correto das plantas medicinais e fitoterápicos).									
Ação Nº 3 - Realizar 01 capacitação aos raizeiros, mateiros e parteiras - Programa Farmácia Viva Hortos Terapeuticos (uso correto das plantas medicinais e fitoterápicos)									
Ação Nº 4 - Realizar 01 capacitação sobre construção de Hortos Terapêuticos com a devida orientação sobre plantio e cultivo - Programa Farmácia Viva Hortos Terapêuticos (uso correto das plantas medicinais e Fitoterapicos).									
Ação Nº 5 - Realizar 01 capacitação sobre Construção de Hortos Terapêuticos nos Parques do Governo com plantas nativas do MA, levando em consideração nossa fitogeografia levando assim conhecimento aos que estiverem frequentando a capacitação - Programa Farmácia Viva Hortos Terapeuticos (uso correto de plantas medicinais e fitoterápicos).									
Ação Nº 6 - Realizar 01 Congresso Estadual de Plantas Medicinais e Farmácias Vivas do Brasil no Estado do Maranhão - Programa Farmácia Viva Hortos Terapeuticos (Uso correto de plantas medicinais e Fitoterapicos)									
Ação Nº 7 - Realizar 01 capacitação com participação efetiva e diferenciada do Programa Fesma Quilombola - Programa Farmácia Viva Hortos Terapeuticos (Uso correto de plantas medicinais e fitoterápicos)									
Ação Nº 8 - Participar e promover 02 Seminários do Núcleo de Equidade (População Negra, LGBTQIA+, Floresta e água, Situação de Rua e Cigano e Albino.									
Ação Nº 9 - Realizar 02 oficinas de qualificação de profissionais de saúde e Lideranças Comunitárias Regionais nas políticas estaduais de saúde integral da população Negra e LGBTQIA+.									
9. Garantir os repasses do Fundo Nacional de Saúde-FNS aos municípios sob gestão estadual com Laboratórios Regionais de Prótese Dentárias	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	13	13	13	Número	13,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar o monitoramento dos 13 Laboratórios Regionais de Prótese Dentárias sob a Gestão Estadual.									
10. Promover o atendimento à população geral pela Força Estadual de Saúde nos municípios	Nº de pessoas beneficiadas	Número	2018	120.091	501.120	140.580	Número	172.690,00	122,84
Ação Nº 1 - Realizar 30.000 consultas médicas e de enfermagem a comunidades rurais e de difícil acesso – indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras									
Ação Nº 2 - Realizar 28.000 consulta especializada para pacientes diabéticos.									
Ação Nº 3 - Realizar 25.000 consulta especializada para pacientes hipertensos									
Ação Nº 4 - Realizar 3.000 consulta especializada e busca ativa para/de pessoas com haseníase.									
Ação Nº 5 - Mapear 9.000 contatos examinados de casos novos de hanseníase									
Ação Nº 6 - Disponibilizar 2.000 atendimentos de outros profissinais de nível superior - assistente social, psicológos, nutricionistas.									
Ação Nº 7 - Cadastrar os 53.000 procedimentos e atendimento da FESMA através da Ficha de Procedimentoas do e SUS.									
Ação Nº 8 - Implementar as 15.300 ações da Força Estadual Quilombola.									

OBJETIVO Nº 1.2 - Implementar e Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde para Promoção, Prevenção, Controle de Doenças e Agravos.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Executar ações de gerenciamento de risco em vigilância em saúde ambiental	Nº de ações realizadas	Número	2018	365	2.420	828	Número	1.454,00	175,60
Ação Nº 1 - Coletar 165 amostras de água para consumo humano em municípios do Estado.									
Ação Nº 2 - Realizar 89 inspeção sanitária em sistemas de abastecimento de água para consumo humano em municípios do Estado									
Ação Nº 3 - Cadastrar e monitorar 85 áreas com populações potencialmente expostas a contaminantes químicos em municípios do Estado									
Ação Nº 4 - Monitorar os 217 os sistemas de informação relativos à vigilância de contaminantes ambientais na água, ar e solo, de importância e repercussão na saúde pública									

Ação Nº 5 - Apoiar tecnicamente 01 município na Implantação de Unidade Sentinela relacionadas ao programa VIGIAR									
Ação Nº 6 - Oferecer 200 suporte técnico/assessoramento aos municípios para realizar ações de gerenciamento de risco.									
Ação Nº 7 - Elaborar e divulgar 71 materiais técnicos e orientadores sobre vigilância em saúde ambiental.									
2. Fortalecer as ações de vigilância em saúde ambiental nas 19 Regiões de Saúde	Nº de ações realizadas	Número	2018	50	790	294	Número	81,00	27,55
Ação Nº 1 - Prestar 204 assessoramento técnico em Vigilância em Saúde Ambiental às 18 Unidades Gestoras Regionais de Saúde e aos municípios									
Ação Nº 2 - Apoiar as 10 regiões de saúde na criação de núcleos de vigilância em saúde.									
Ação Nº 3 - Supervisionar, monitorar e avaliar os 63 serviços de Vigilância em Saúde Ambiental nas 18 Unidades Gestoras Regionais de Saúde e nos municípios									
Ação Nº 4 - Promover 17 eventos e capacitações em vigilância em saúde									
3. Fortalecer as ações de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora nas 19 Regiões de Saúde	Nº de ações realizadas	Número	2018	50	790	205	Número	271,00	132,20
Ação Nº 1 - Realizar 153 apoio matricial ou institucional de vigilância em saúde do trabalhador ou trabalhadora para os CEREST regionais e municípios de abrangência									
Ação Nº 2 - Realizar 12 debates de sensibilização sobre os protocolos em saúde do trabalhador e da trabalhadora rural e urbana									
Ação Nº 3 - Apoiar e orientar 12 Municípios e regionais de saúde na implementação dos protocolos em saúde do trabalhador e da trabalhadora.									
Ação Nº 4 - Supervisonar, monitorar e avaliar as ações de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora em 12 municípios e unidades gestora regionais de saúde.									
Ação Nº 5 - Incentivar municípios de 04 regiões de saúde na criação de Núcleos de Vigilância em Saúde do Trabalhador.									
Ação Nº 6 - Promover 12 eventos, treinamentos e capacitações em saúde do trabalhador.									
4. Executar ações de gerenciamento de risco em saúde do trabalhador e da trabalhadora	Nº de ações realizadas	Número	2018	50	224	90	Número	100,00	111,11
Ação Nº 1 - Realizar 36 inspeções ou visitas sanitárias em ambientes e processos de trabalho									
Ação Nº 2 - Realizar 44 fiscalização em postos de trabalho com intuito de prevenir riscos, doenças e agravos relacionados ao trabalho									
Ação Nº 3 - Elaborar e divulgar 10 materiais técnicos orientadores sobre saúde do trabalhador(a).									
5. Executar ações de gerenciamento de risco em vigilância sanitária em saúde	Nº de ações realizadas	Número	2018	2.740	65.000	16.500	Número	22.410,00	135,82
Ação Nº 1 - Realizar 13.496 inspeções, supervisões, monitoramentos, apuração de denúncias e investigações em produtos e serviços de interesse à saúde									
Ação Nº 2 - Gerenciar 2.300 demandas oriundas de medicamentos de controle especial									
Ação Nº 3 - Realizar 104 capacitações e eventos em vigilância sanitária em saúde									
Ação Nº 4 - Atender 204 demandas oriundas de denúncias e processos de trabalho									
Ação Nº 5 - Avaliar 400 projetos sociais de interesse da vigilância sanitária									
6. Fortalecer as ações de vigilância sanitária em saúde nas 19 Regiões de Saúde	Nº de ações realizadas	Número	2018	160	660	165	Número	152,00	92,12
Ação Nº 1 - Realizar 33 apoio matricial ou institucional de vigilância sanitária na Atenção Básica e especializada de saúde									
Ação Nº 2 - Realizar 18 apoio técnico aos municípios, regionais de saúde e atividades econômicas na implantação de protocolos relacionados à vigilância sanitaria em saúde.									
Ação Nº 3 - Apoiar 18 regiões de saúde na criação de núcleos de vigilância em saúde									
Ação Nº 4 - Realizar 52 visitas de regularização sanitária de AGROINDÚSTRIAS no Estado, objetivando a consolidação e expansão da comercialização de produtos da agricultura familiar									
Ação Nº 5 - Realizar supervisão em 18 municípios sede de região de saúde para avaliar a execução das atividades econômicas descentralizadas, através da Resolução nº 88/2020-CIB/MA									
Ação Nº 6 - Realizar 06 capacitações e eventos em vigilância em saúde.									
Ação Nº 7 - Realizar 20 Projetos educativos em Vigilância em Saúde.									
7. Realizar exames pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Nº de exames realizados	Número	2018	80.856	753.600	188.400	Número	120.469,00	63,94
Ação Nº 1 - Realizar 101.400 exames relacionados às Doenças e Agravos de Notificação Compulsória									
Ação Nº 2 - Realizar 15.000 diagnóstico por resultados de Exame Citopatológico Cérvico Vaginal - Triagem.									
Ação Nº 3 - Realizar 72.0000 diagnóstico por Exames relacionados aos Produtos e ao Meio Ambiente.									
8. Apoiar os municípios nas ações de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar armazenamento, distribuição e aplicação de inseticidas e insumos para controle vetorial de acordo com avaliação epidemiológica.									
Ação Nº 2 - Realizar armazenamento e distribuição de imunobiológicos e insumos, por meio das Unidades Regionais de Saúde, para garantia dos serviços de imunização humana e animal									
Ação Nº 3 - Aquidquirir e distribuir seringas e agulhas para aplicação de vacinas nos municípios, por meio das Unidades Regionais de Saúde									
Ação Nº 4 - Armazenar e distribuir coleiras para controle da leishmaniose visceral canina, para os municípios que foram contemplados no projeto do Ministério da Saúde									
Ação Nº 5 - Realizar mobilização social para sensibilizar a população do Estado quanto às medidas de prevenção e controle de doenças e agravos, prevenção de acidentes, violência e promoção da saúde e fatores de risco.									

Ação Nº 6 - Realizar treinamento, oficinas e seminários para qualificação de profissionais de saúde dos sistemas municipais de saúde, das regionais de saúde e da vigilância epidemiológica estadua									
Ação Nº 7 - Desenvolver 27 pesquisas e realizar inquéritos para gerar conhecimento sobre a situação epidemiológica de doenças e agravos.									
Ação Nº 8 - Realizar 128 monitoramento e supervisão das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos, prevenção de violências e acidentes e promoção da saúde em todo o Estado.									
Ação Nº 9 - Elaborar e divulgar 50 boletins informativos, notas técnicas, planos contingenciais e demais documentos necessários referentes à prevenção e controle de doenças e agravos, prevenção de acidentes e violências, promoção da saúde e respostas rápidas às emergências de saúde pública.									
Ação Nº 10 - Promover 49 atividades de prevenção e promoção a saúde aos municípios no enfrentamento de emergências de saúde pública, enchentes e desastres.									
Ação Nº 11 - Realizar as 10 atividades do projeto “Mais Saúde Animal” em 5 Unidades Regionais de Saúde									
Ação Nº 12 - Realizar 03 investigação para esclarecimento de causas de óbitos por meio das metodologias institucionalizadas pelo sistema nacional de vigilância epidemiológica, com realização de necropsias quando necessário para definição de causa básica de morte através do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) – São Luís, Imperatriz e Caxias.									
9. Estruturar os espaços físicos da Vigilância Epidemiológica	Nº de espaços físicos estruturados	Número	2019	24	24	23	Número	22,00	95,65
Ação Nº 1 - Garantir insumos, móveis e equipamentos permanentes para melhorar a estrutura da Vigilância Epidemiológica nas 18 regionais de saúde									
Ação Nº 2 - Garantir 36 veículos para melhorar a estrutura da Vigilância Epidemiológica									
Ação Nº 3 - Melhorar as 10 estruturas da Vigilância Epidemiológica, na SECD (Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças) e Unidades Regionais de Saúde (URS)									
Ação Nº 4 - Estruturação/reforma da Central Estadual de Controle de Vetores – CECOVE									
Ação Nº 5 - Implantação de 01 Unidade Móvel de Vigilância e Controle de Zoonoses para o Estado									
10. Apoiar os municípios para a ampliação do acesso às ações e serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento do HIV, Sífilis e Hepatites Virais das populações-chaves, prioritárias e gestantes e outros	Nº de municípios benefícios	Número	2018	217	217	217	Número	114,00	52,53
Ação Nº 1 - Realizar 04 oficinas sobre novas tecnologias em prevenção combinada das IST/Aids centradas populações -chaves, prioritárias, gestantes para 19 regionais de saúde									
Ação Nº 2 - Realizar 04 oficinas de Gerenciamento de Risco em HIV, AIDS, SIFILIS e Hepatites Virais (HV)									
Ação Nº 3 - Promover 06 Campanhas de Prevenção em IST/Aids e Hepatites Virais(HV): Carnaval, Semana de São João, Semana Estadual das Hepatites Virais, Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais, Dia Nacional da Sífilis e Dia Mundial de Luta contra Aids									
Ação Nº 4 - Participar das 05 oficinas do Programa Farmácia Viva de atendimento com prescrição para populações chaves e prioritárias (vulneráveis).									
Ação Nº 5 - Realizar 05 oficinas de Qualificação com ênfase na interprofissionalidade em Saúde.									
Ação Nº 6 - Promover 03 Projetos de Promoção e Prevenção em IST/AIDS/HV para ONGs/OSCs.									
11. Ampliar a cobertura de Testagem Rápida para Sífilis	Percentual de cobertura	Percentual		0,00	40,00	15,00	Percentual	20,00	133,33
Ação Nº 1 - Realizar 04 oficinas de Qualificação da Linha de Cuidado para Sífilis									
Ação Nº 2 - Implementar 03 atividades previstas no Projeto de Intervenção “Qualificação das Práticas Colaborativas dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde no Manejo da Sífilis									
Ação Nº 3 - Promover 04 reuniões do Comitê de investigação da Transmissão Vertical da Sífilis, HIV e Hepatites B e C.									
12. Implantar Serviços de Referência Estadual para os pacientes portadores de Hepatites Virais	Número de serviços implantados.	Número		0	2	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Organizar 03 Fóruns Regionalizados nas Linhas de Cuidado às sífilis/HIV/Aids/Hepatites Virais A, B, C, D com formação de multiplicadores em teste rápido.									
Ação Nº 2 - Realizar 03 oficinas Estadual para atualização do Protocolo Clinico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) das Hepatites									
Ação Nº 3 - Realizar 03 oficinas de Prevenção Combinada sobre Cuidado às sífilis/HIV/Aids/Hepatites Virais A, B, C, D									

OBJETIVO 1.3 - Fortalecer a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, buscando a garantia de atendimento integral e efetivo às pessoas que sofrem em decorrência de transtorno mental e uso indevido de drogas

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir apoio institucional aos municípios nas ações da Política de Saúde Mental	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	217	217	217	Número	140,00	64,52
Ação Nº 1 - Implantar serviços do Sistema de Informações dos Serviços de Saúde Mental(SISMENTAL) em 6 municípios.									
Ação Nº 2 - Avaliar o SISMENTAL em 15 municípios já implantados									
Ação Nº 3 - Promover 02 reunião ampliada com Cooordenadores dos Serviços de Saúde Mental implantados no Estado.									
Ação Nº 4 - 01 Reunião de Colegiado do Serviços de Saúde Mental.									
Ação Nº 5 - Implantar 217 Protocolo de Atenção Primária em Saúde Mental.									
2. Garantir avaliação e acompanhamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei que cumprem medidas terapêuticas aplicadas pelo judiciário	N º de pessoas acompanhadas	Número	2018	160	160	210	Número	1.014,00	482,86
Ação Nº 1 - Construir 30 Planos Terapêuticos de Acompanhamento (PTA) de pessoas em conflito com a lei que cumprem medida de segurança									
Ação Nº 2 - Acompanhar 210 pacientes judicializados que cumprem medidas terapêuticas									
Ação Nº 3 - Realizar 50 Avaliações biopsicossociais de pessoas em conflito com a lei com suspeita de transtornos mentais demandadas pelo judiciário									
Ação Nº 4 - Qualificar 300 profissionais das unidades prisionais, do Judiciário, da Assistência Social e da Saúde nas 19 regiões de Saúde.									
3. Promover ações em Saúde Mental e de prevenção ao uso de drogas	Nº de ações realizadas	Número	2018	16	16	11	Número	9,00	81,82
Ação Nº 1 - Realizar 03 oficina de Cuidado em saúde mental na atenção primaria nas macrorregionais, presencial e/ou remota									
Ação Nº 2 - Realizar 03 oficinas de Diagnóstico, Intervenção e atenção à crise em Saúde Mental nas Rede Atenção Psicossocial, nas macrorregionais									
Ação Nº 3 - Realizar 01 Seminário Estadual sobre Drogas nas 3 macrorregionais.									
Ação Nº 4 - Realizar 01 Encontro Estadual da Rede de Atenção Psicossocial do Maranhão/Seminário Estadual de Cuidado em Saúde Mental às populações especificas.									
Ação Nº 5 - Promover 03 Seminários Macrorregionais de Prevenção do Suicídio									

OBJETIVO Nº 1.4 - Fortalecer a Atenção à Saúde Materno Infantil

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade	Taxa	2018	14,05	11,43	12,03	Taxa	15,65	130,09
Ação Nº 1 - Realizar 02 Oficinas Estaduais sobre Iniciativa Hospital Amigo da Criança - IHAC (presencial e EAD) para profissionais de maternidades									
Ação Nº 2 - Promover 01 Curso: Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) Neo para profissionais em hospitais com UTI'S Neo natais.									
Ação Nº 3 - Promover 01 Curso: Gestão da Atenção ao Recém Nascido em Sala de Parto para profissionais de saúde e demais profissionais do hospital									
Ação Nº 4 - Realizar 02 Oficina: Linha de Cuidado dos 1000 dias sem óbito materno e infantil para os profissionais da atenção primária e média e alta complexidade									
Ação Nº 5 - Realizar 02 Oficina: Método Canguru - Atenção Humanizada ao recém Nascido na Atenção Primária.									
Ação Nº 6 - Monitorar as Iniciativas de Boas Práticas das unidades que realizam parto credenciadas como Hospital Amigo da Criança, por meio de visitas in loco.									
Ação Nº 7 - Implementar estratégias de monitoramento 14 Unidades da Grade de Referência dos serviços de atendimento às alterações identificadas nas triagens neonatais por meio de documento orientador.									
Ação Nº 8 - Ampliar, monitorar e adequar os serviços ambulatoriais especializados materno-infantil no Modelo de Atenção às Condições Crônicas(MACC) da planificação Região de Barra do Corda, Presidente Dutra e Santa Inês (3 policlínicas)									
Ação Nº 9 - Realizar 3 oficinas para Qualificar profissionais da enfermagem das principais maternidades em assistência neonatal – parceria IFF/QUALINEO – Instituto Fernandes Figueira/ Fiocruz									
Ação Nº 10 - Realizar 01 Seminário Estadual em alusão ao Agosto Dourado/Semana Mundial de Aleitamento Materno									
Ação Nº 11 - Implantar e implementar o acesso às Triagens Neonatais nas 15 Maternidades de Gestão Estadual.									
2. Reduzir o número de óbitos maternos	Nº de óbitos maternos	Número	2018	86	70	74	Número	62,00	83,78
Ação Nº 1 - Realizar 05 treinamento e capacitações regionais em Assistência ao Pré-Natal e implantação da estratificação de risco da gestante, para profissionais da atenção primária em saúde.									
Ação Nº 2 - 01 Qualificação para médicos e outros profissionais da atenção especializada em Planejamento Reprodutivo e Inserção do Dispositivo Intra - uterino (DIU).									
Ação Nº 3 - Estimular a implantação dos 03 Comitê Regionais de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal.									
Ação Nº 4 - Ampliar o acesso da Estratégia da Sala Cuidar para as 03 macrorregiões									
Ação Nº 5 - Realizar 02 oficinas para implantar a estratégia Zero morte materna por hemorragia(0MMXH) no Hospital Adélia Matos Fonseca em Itapecuru.									
Ação Nº 6 - Realizar 02 oficinas para Implantar o serviço de planejamento reprodutivo com implantação do DIU nos Centro Sentinelas nas policlínicas de Santa Inês e no Hospital Regional Materno Infantil de Imperatriz .									
Ação Nº 7 - 02 oficinas para Capacitar as unidades hospitalares no preenchimento da ficha hospitalar do cheque gestante									
Ação Nº 8 - 01 treinamento aos profissionais das Maternidades de Referência para a Inserção do DIU no pós parto e abortamento									
Ação Nº 9 - Realizar 01 mobilização social em alusão ao Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna									
Ação Nº 10 - Realizar 02 Seminário de avaliação no projeto Planificação da Atenção à Saúde nas regiões São João dos Patos e Caxias.									
Ação Nº 11 - Realizar 06 tutorias presenciais do Projeto Planifica SUS.									
3. Garantir o acesso ao pré-natal por meio do Cheque Gestante	Nº de gestantes beneficiadas	Número		0	22.000	22.000	Número	24.302,00	110,46
Ação Nº 1 - Realizar 03 oficinas de qualificação dos profissionais da atenção primária em saúde e maternidades que cooperam no Programa Cheque Cesta Básica Gestante									
Ação Nº 2 - 03 Monitoramentos da execução do Programa Cheque Cesta Básica Gestante nas macrorregiões de saúde									
Ação Nº 3 - 03 Monitoramento e acompanhamento do Sistema Mãe Maranhense nas macrorregiões de saúde									
4. Garantir o atendimento materno infantil para grupo de risco *, em municípios de atuação da Força Estadual de Saúde	Nº de pessoas beneficiadas	Número	2019	20.562	99.781	26.731	Número	11.615,00	43,45
Ação Nº 1 - Realizar 8.500 consultas médicas especializadas e de enfermagem de pré –natal									
Ação Nº 2 - Realizar 10.000consultas de acompanahamento do crescimento e desenvolvimento dos menores de um ano									
Ação Nº 3 - Disponibilizar 1.000 atendimentos especializados por outros profissionais de nível superior (assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas...).									
Ação Nº 4 - Alimentar os procedimentos realizados pelas Equipes da FESMA na plataforma do Sistema de procedimentos do e-SUS (7.231)									

OBJETIVO Nº 1.5 - Garantir aos usuários do SUS, acesso aos medicamentos contemplados nos Componentes Básicos, Especializados, Estratégicos da Assistência Farmacêutica e dos Programas da SES-MA

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar o acesso aos medicamentos especializados e padronizados aos usuários	Nº Pacientes atendidos	Número	2018	236.829	966.000	245.000	Número	307.943,00	125,69
Ação Nº 1 - Realizar 245.000 procedimentos para aquisição do elenco e quantitativo de medicamentos/Insumos para atender os pacientes cadastrados no Componente Especializado da Assistencia Farmacêutica (CEAF) e Programas das SES-MA (Elenco estadual)									
2. Garantir a distribuição de fórmulas infantis especiais as crianças com alergia e/ou intolerância alimentar	Nº Pacientes atendidos	Número	2018	11.871	48.800	125.000	Número	10.706,00	8,56
Ação Nº 1 - Realizar 12.500 procedimentos para aquisição de insumos do elenco estadual e quantitativo de Fórmulas Alimentares Infantis para crianças com alergia e ou intolerância alimentar – Programa Leite Especial.									
3. Descentralizar as ações da Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados	Nº de Farmácias descentralizadas	Número	2018	0	1	0	Número	1,00	0
Ação Nº 1 - Garantir o tratamento farmacoterapêutico de acordo com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT;									
4. Garantir o acesso aos medicamentos as pessoas privadas de liberdade.	Nº de pessoas privadas de liberdade beneficiadas	Número	2018	10.134	40.536	10.134	Número	11.418,00	112,67
Ação Nº 1 - Realizar 10.134 os procedimentos para aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica para pessoas privadas de liberdade, conforme estabelecido na portaria GM/MS nº 3.528, de 30/10/2018									

OBJETIVO Nº 1.6 - Desenvolver as ações de enfrentamento ao Coronavirus, para redução de incidência no Estado

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de incidência do COVID19.	Taxa de incidência	Taxa		0,00	14,31	47,16	Taxa	16,41	34,80
Ação Nº 1 - Promover parceria para as ações de Fiscalização pela Vigilância Sanitária em estabelecimentos comerciais, casas de eventos e outros.									
Ação Nº 2 - Promover medidas de educação continuada de prevenção e controle para a população (campanhas) nas 18 Unidades Regionais de Saúde									
Ação Nº 3 - Monitorar contínuamente os casos de óbitos e ocupação de leitos pela Vigilância Epidemiológica (boletins) nos 217 municípios									
Ação Nº 4 - Apoiar institucionalmente os 33 municípios com baixa resolutividade com foco na Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Assistência à Saúde e Governança.									
Ação Nº 5 - Atualizar o Plano Estadual de Contingência e do Plano Estadual de Vacinação contra Covid 19 conforme as atualizações do Plano Nacional de Imunização									
Ação Nº 6 - 33 capacitações contínuas aos profissionais de saúde sobre a Covid 19 através dos Núcleos de Educação Permanente (NEP) instituídos no âmbito das Unidades de Saúde									
2. Reduzir a taxa de incidência do COVID19.	Taxa de letalidade	Taxa		0,00	1,00	2,52	Taxa	2,24	88,89
Ação Nº 1 - Disponibilizar itens essenciais à Proteção Individual dos(as) tabalhadores(as) que atuam no enfrentamento da COVID 19									
Ação Nº 2 - Aquisição de insumos (gases medicinais, álcool, mascaras e luvas)									
Ação Nº 3 - Capacitar continuamente os profissionais de saúde sobre a Covid 19.									
Ação Nº 4 - Manter a oferta de exames (Laboratório, Imagem) nas Unidades estaduais de referência para atendimento e tratamento da COVID 19									
Ação Nº 5 - Adquirir Kits da medicação para intubação para as Unidades de referência em leitos de UCI e UTI									
Ação Nº 6 - Adquirir Kit de Teste Rápido para a população em geral e profissionais de saúde									
Ação Nº 7 - Prestar atendimento de urgência e emergência nas Unidades de Pronto Atendimento e hospital Regionais de Urgência em Saúde referência para COVID 19									
Ação Nº 8 - Manter Leitos clínicos, de enfermaria, de UCI e Uti até que se faça necessário.									

DIRETRIZ Nº 2 - Fortalecimento da Assistência de Média e Alta Complexidade, de forma ascendente e regionalizada, contemplando as demandas especificas das regiões de saúde, aperfeiçoando o sistema de regulação, garantido a oferta de serviços de saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Garantir a integralidade da assistência dos serviços de média e alta complexidade aos usuários do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Prestar o atendimento ambulatorial e hospitalar aos usuários do SUS por intermédio dos serviços de saúde nas unidades próprias	Nº de procedimentos realizados.	Número	2018	24.149.907	103.625.342	26.436.634	Número	25.095.839,00	94,93
Ação Nº 1 - Realizar 20 oficinas de qualificação dos profissionais vinculados às unidades de saúde da rede estadual através da cooperação técnica inter institucional a fim de garantir efetividade e manutenção dos serviços e ações em saúde já implantados.									
Ação Nº 2 - Ampliar os Serviços de Urgência e Emergência hospitalar na Região de São Luís e Região Tocantina									
Ação Nº 3 - Estabelecer 01 parceria para habilitação CER Cidade Operária pelo Ministério da Saúde como CER tipo III (Reabilitação Física, Intelectual e Auditiva)									
Ação Nº 4 - Ampliar 01 serviço de atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no CER Cidade Operária .									

Ação Nº 5 - Ampliar o atendimento às pessoas com autismo através da implantação da proposta terapêutica para pessoas com TEA acima de 12 anos no CER Olho D'Água									
Ação Nº 6 - Manter os 98 serviços e ações em saúde já implantados na Rede Estadual de Estabelecimentos de Saúde, tais como: atendimento de urgência e emergência (UPAS e hospitais Gerais Porta Aberta), disponibilização de consultas médicas em atenção especializada em nível ambulatorial (Hospitais Regionais, Unidades Mistas e Policlínicas), Cirurgia Geral e/ou Especializadas (Macrorregionais, Regionais de Média e Alta Complexidade, Centro de Diálise e maternidades), consultas com outros profissionais de									
Ação Nº 7 - Manter os 19 serviços ambulatoriais para finas de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), tais como: exames laboratoriais, raio x, densitometria óssea, tomografia, ressonância magnética e outros									
Ação Nº 8 - Implementar 01 Serviços de Reabilitação Física, Intelectual e Visual no município de Colinas em um Centro Especializado de Reabilitação (CER III).									
Ação Nº 9 - Estruturar e implementar o Instituto Maranhense de Infectologia e o Hospital de Doenças Infectoparasitárias no município de São Luís.									
2. Garantir o atendimento aos usuários em assistência odontológica especializada pelo SORRIR	Nº de procedimentos realizados	Número	2018	12.000	65.600	500.000	Número	296.632,00	59,33
Ação Nº 1 - Expandir serviço odontológico especializado (SORRIR) para 02 macrorregiões									
Ação Nº 2 - Implementação das ações desenvolvidas na Unidade de Especialidades Odontológicas do Maranhão (UEOM) – Sorrir, ofertando: a. Atendimento de Urgência e Emergência, b. Ambulatorial: Endodontia, Clínico Geral, Prótese, Estomatologia, Dentística, Odontopediatria, Bucomaxilo, Periodontia, Ortodontia, Implantodontia, c. Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT: Exames Laboratoriais, Radiologia Panorâmica Digitalizada e Radiologia Periapica									
3. Ampliar leitos de UTI ADULTO, e Leitos de Retaguarda	Nº de leitos ampliados	Número	2018	150	720	350	Número	346,00	98,86
Ação Nº 1 - Estruturar e implantar o funcionamento do Hospital de Pedreira com 50 leitos									
Ação Nº 2 - Previsão de Funcionamento do Hospital Regional de Barra do Corda com 50 leitos									
Ação Nº 3 - Previsão de Funcionamento do Hospital de Presidente Médici com 50 leitos									
Ação Nº 4 - Apoiar tecnicamente e financeiramente os municípios maranhenses na expansão de 50 leitos de clínicos de retaguarda e de UTI, seja por meio de transferência Fundo a Fundo, doação de equipamentos ou reforma de unidades hispitalares.									
Ação Nº 5 - Estruturar e implantar 50 leitos r Leitos de UTI para retaguarda dos serviços de urgência e emergência da primeira estapa do Hospital de Urgência e Emergência do Hospital da Região Tocantina.									
Ação Nº 6 - Estruturar e implantar 100 leitos de UTI para retaguarda dos serviços de urgência e emergência da primeira etapa do Hospital da ilha.									
4. Estruturar o modelo de regulação estadual	% de solicitações de internação reguladas atendidas	Percentual	2018	43,00	75,00	70,00	Percentual	84,00	120,00
Ação Nº 1 - Implantar o Sistema da Central Interna de Leitos (CIL) em 100% das unidades de saúde, sejam elas de gestão municipal, estadual ou dupla gestão									
Ação Nº 2 - Implantar e capacitar os técnicos e profissionais de saúde sobre a nova tecnologia da plataforma CIL em 100% das unidades que prestam serviços de saúde no Estado.									
Ação Nº 3 - Estruturar e manter 100% em funcionamento a Central Estadual de Regulação Interna de Exames e Consultas especializadas (CIRAM), por meio de canais virtuais, presenciais e call center.									
Ação Nº 4 - Estruturar e manter em 100% o funcionamento a Central Estadual de Transporte (CET) para todos os pacientes regulados dentro do Estado, seja por via aérea, terrestre ou aquática.									
5. Ampliar os serviços de média e alta complexidade nos hospitais regionais.	Nº de novos serviços implantados	Número	2018	22	102	27	Número	40,00	148,15
Ação Nº 1 - Implantar 11 serviços de ortopedia, traumatologia, cirurgia ortopédica, cardiologia (risco cirúrgico), pediatria (acompanhamento pós-operatório), serviços multiprofissionais (assistente social, nutricionistas, fisioterapia) e os serviços de apoio ao diagnóstico (SADT): raio X, laboratório, tomografia, no Hospital Regional de Viana.									
Ação Nº 2 - Implantar serviço de Urgência e Emergência em cirurgia geral, cirurgia ortopédica, cirurgia neurológica, serviços médicos de reparação de tecidos a vítimas de queimadura de alto grau, serviço multiprofissional (assistente social, nutricionistas, fisioterapia) e os serviços de apoio ao diagnóstico (SADT): raio X, laboratório, tomografia, ultrassonografia no Hospital da Ilha									
Ação Nº 3 - Implantar serviços de média complexidade em 5 municípios: Açailândia, Coroatá, Porto Rico, Centro do Guilherme, Governador Nunes Freire									
Ação Nº 4 - Ampliar e monitorar os serviços de Média e Alta Complexidade aos pacientes portadores de HIV/AIDS por meio de Abertura/reforma de 1 unidade hospitalar IME – Instituto Maranhense de Infectologia.									
Ação Nº 5 - Implantar 09 serviços ambulatoriais e apoio ao diagnóstico através da ampliação de Policlíncias nas 19 Regiões de Saúde.									
6. Garantir os procedimentos de deslocamento e ajuda de custo aos pacientes para tratamentos fora domicílio em outra Unidade da Federação - TFD	Nº de Procedimentos	Número	2018	93.601	356.065	88.099	Número	104.224,00	118,30
Ação Nº 1 - Formalizar e análisar 100% dos 1.950 processos de solicitação de Tratamento Fora do Domicílio (TFD)									
Ação Nº 2 - Contratualizar e disponibilizar assistência funerária para atender os pacientes maranhenses falecidos em outros estados, devidamente cadastrados no Programa de Tratamento Fora do domicílio do Estado do Maranhão.									
Ação Nº 3 - Acompanhar e avaliar 100% dos 24.000 pedidos de prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo serviços de reserva, emissão remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacional para atender necessidades de pacientes em Tratamento Fora do Domicilio.									
Ação Nº 4 - Acompanhar 100% das 64.099 solicitações do benefício de ajuda de custo para alimentação e pernoite dos pacientes e acompanhantes em tratamento fora do Estado									
7. Prestar o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade aos usuários do SUS por intermédio dos estabelecimentos de saúde de natureza pública municipal e privadas contratualizadas	Nº de procedimentos realizados.	Número	2018	1.165.985	4.781.709	1.201.355	Número	2.101.774,00	174,95
Ação Nº 1 - Acompanhar a produção mensal do atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade dos usuários do SUS por intermédio dos 50 estabelecimentos de saúde de natureza pública municipal e privadas contratualizadas									

Ação Nº 2 - Contratualizar 50 estabelecimentos de saúde de natureza pública, privada e/ou conveniadas, que realizam atendimentos às pessoas que demandam os serviços de assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar de forma complementar a Rede de Saúde Estadual									
Ação Nº 3 - Cofinancinanciar serviços ambulatoriais e hospitalar prestados pela rede municpal (51 Municípios) através do Programa Estadual de Incentico e Qualificação do SUS.									
8. Garantir apoio aos municípios nos serviços de atendimento móvel de urgência	Nº de municípios beneficiados	Número	2018	42	46	45	Número	44,00	97,78
Ação Nº 1 - Apoiar os 45 Municípios na implantação e manutenção do SAMU, por meio de transferência da contrapartida estadual.									
Ação Nº 2 - Acompanhar e monitorar a melhoria e continuidade das 45 bases descentralizadas dos Serviços Móvel de Urgência e Emergências implantados.									

OBJETIVO Nº 2.2 - Ampliar a doação e a captação de órgãos e tecidos com a finalidade de ampliar a realização de transplantes no Estado.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implantar Organizações de Procura de Órgãos-OPO	Número de OPO implantada	Número	2018	0	3	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Executar o projeto de implantação de 03 Organização de Procura de Órgãos (OPO), nos municípios de São Luís, Imperatriz e Caxias									
Ação Nº 2 - EStruturar 03 equipes para implementação das OPO'S, com carga horária de funcionamento 24 horas por dia, conforme preceitua o artigo 3o , parágrafos 1, 2 e 3 da Portaria GM /MS no 2.601/2009									
2. Implementar o número de Notificações de Potenciais Doadores em Morte Encefálica	Número de notificações por milhão de população (pmp)	Número	2018	15	50	45	Número	24,00	53,33
Ação Nº 1 - 08 Cursos para capacitar 128 profissionais médicos para Diagnóstico de Morte Encefálica e manejo clínico de potencial doador (Resolução CFM no 2.173/2017).									
Ação Nº 2 - 03 Cursos para Capacitar 85 profissionais de equipes multidisciplinares dos hospitais notificantes quanto ao processo Doação e Transplante através de curso de Acolhimento e Entrevista Familiar									
Ação Nº 3 - 02 Oficinas para Capacitar 130 profissionais de equipes multidisciplinares dos hospitais notificantes quanto ao processo Doação e Transplante através de Oficinas de Doação de Transplant									
3. Ampliar o número de Doadores Efetivos de Órgãos	Número de doadores por milhão de população (pmp	Número	2018	2	8	6	Número	2,00	33,33
Ação Nº 1 - Disseminar informações e orientações sobre doação de órgãos por meio da distribuição gratuita de 3.000 Cartilhas sobre doação de órgãos e tecidos para a comunidade em gera									
Ação Nº 2 - Realizar 30 atividades de educação permanente junto a¿ população em geral sobre doação e transplante - Realizar 01 Campanha e palestras de sensibilização da sociedade em geral para doação de órgãos em alusão ao Setembro Verde									

OBJETIVO Nº 2.3 - Programar, executar e coordenar a política de sangue, seus componentes e derivados no Estado do Maranhão no âmbito da hemoterapia e de hematologia clínica, incluindo suporte diagnostico e atendimentos multidisciplinares.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar o número de procedimento destinados a obtenção do sangue, seus componentes e derivados	Nº de procedimentos realizados	Número	2018	381.401	1.560.000	390.816	Número	401.789,00	102,81
Ação Nº 1 - Captar e realizar a triagem clínica de potenciais 103.240 candidatos à doação de órgãos e tecidos									
Ação Nº 2 - Estimular doação e coletar 84.768 bolsas de sangue									
Ação Nº 3 - Fracionar o sangue total para obtenção de 198.808 hemocomponentes.									
2. Aumentar o número de consultas médicas em atenção especializadas	Nº de consultas realizadas	Número	2018	24.487	106.000	26.804	Número	26.469,00	98,75
Ação Nº 1 - Realizar 18.312 consultas hematológicas									
Ação Nº 2 - Realizar 4.612 consultas pediátricas									
Ação Nº 3 - Realizar 3.879 consultas em clínica médica.									
3. Aumentar o número de atendimentos multidisciplinares em atenção especializadas	Nº de atendimentos multidisciplinares realizados	Número	2018	13.882	50.000	12.620	Número	15.739,00	124,71
Ação Nº 1 - Realizar 1.130 atendimentos em nutrição a pessoas portadoras de hemopatias									
Ação Nº 2 - Realizar 7.820 atendimentos do serviço social a pessoas portadoras de hemopatias									
Ação Nº 3 - Realizar 3.400 atendimentos odontológicos a pessoas portadoras de hemopatias									
Ação Nº 4 - Realizar 270 atendimentos em psicologia a pessoas portadoras de hemopatias.									
4. Aumentar o número de exames laboratoriais de suporte diagnóstico	Nº de exames laboratoriais realizados	Número	2018	1.298.259	5.650.000	1.427.500	Número	1.367.724,00	95,81
Ação Nº 1 - Realizar 86.505 exames bioquímicos em pessoas portadoras de hemopatias									
Ação Nº 2 - Realizar 729.537 testes sorológicos em amostras de doadores de sangue e pessoas portadoras de hemopatias									
Ação Nº 3 - Realizar 433.060 exames imunohematológicos em amostras de doadores de sangue e pessoas portadoras de hemopatias									
Ação Nº 4 - Realizar 178.398 exames hematológicos em amostras de doadores de sangue e pessoas portadoras de hemopatias.									

OBJETIVO Nº 2.4 - Reduzir a incidência e a morbimortalidade da população maranhense, por meio de ações de combate ao câncer

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir aos usuários do SUS a realização de procedimentos voltados para o combate ao câncer	Nº de procedimentos realizados	Número	2018	35.398	156.592	200.000	Número	620.920,00	310,46
Ação Nº 1 - Ofertar consulta, exames, procedimento e cirurgias nos Serviços em Saúde já implantados, na rede oncológica do estado disponibilizando maior acesso à assistência e tratamento ce cânceres e neoplasias.									
Ação Nº 2 - Etruturar e implantar 02 novos serviços de mamografia no interior do Estado.									
Ação Nº 3 - Ampliar a cobertura dos serviços diagnósticos do câncer de mama e próstata nos hospitais macrorregionais do estado do Maranhão, além de adicionar as equipes de enfermeiros navegadores nas 19 regiões de saúde									
Ação Nº 4 - Manter o Serviço de Pronto Atendimentos (SPA) para dar suporte às intercorrências clínicas dos pacientes com câncer ou tratamento.									
Ação Nº 5 - Estruturar e imlantar uma ala de enfermaria especializada para pacientes em cuidados paliativos nas unidades de oncologia do Estado, e expansão para as unidades de oncologia do interior do estado, para desarticular o serviço e disseminar a assistência nas macrorregiões de saúde, para melhor avaliação, condução e encaminhamento para unidade exclusiva ou assistência paliativa de forma coerente e eficaz.									
Ação Nº 6 - Estruturar e implantar a farmácia para dispensação de medicamentos e farmacológicos para alivio da dor e outros sintomas nas unidades oncológicas do Estado, fortalecendo de tal maneira a assistência oncológica no estado.									

OBJETIVO Nº 2.5 - Implantar e Modernizar a Rede Assistencial dos Serviços de Saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a rede hospitalar e ambulatorial nas regiões.	Número de regiões beneficiadas	Número	2018	5	19	15	Número	10,00	66,67
Ação Nº 1 - Reformar/Ampliar 18 hospitais									
Ação Nº 2 - Construir o Ambulatório no prédio da HEMOMAR.									
Ação Nº 3 - Construir o Hemonúcleo de Bacaba									
Ação Nº 4 - Construir uma Unidade Básica de Saúde em Pequiá da Conquista (Açailândia)									
Ação Nº 5 - Construir a Policlínica de Cachoeira Grande									
Ação Nº 6 - Construir um hospital de urgência e emergência da região tocantina									
Ação Nº 7 - Construir o Hospital da Ilha.									
Ação Nº 8 - Reformar e adequar a Clínica Sorrir de Caxias									
Ação Nº 9 - Reformar e adequar a Policlínica de Codó									
Ação Nº 10 - Reformar e adequar as estruturas do Hospital Presidente Getúlio Vragas.									
2. Garantir a aquisição de equipamentos hospitalares para as unidades de saúde da região	Número de regiões beneficiadas	Número	2018	5	19	19	Número	18,00	94,74
Ação Nº 1 - Equipar Policlínica de São José de Ribamar (195 Materiais /Equipamentos)									
Ação Nº 2 - Finalização Equipamentos Hospital da Ilha (200 Materiais/Equipamentos)									
Ação Nº 3 - Equipar (1.800 Materiais/Equipamentos) Hospital de São Mateus (52 leitos)									
Ação Nº 4 - Equipar (450 Materiais /Equipamentos) Hospital de Joselândia (20 leitos)									
Ação Nº 5 - Equipar o (450 Materiais /Equipamentos) Hospital de Poção de Pedras (20 leitos) - 450 Materiais /Equipamentos									
Ação Nº 6 - Equipar (450 Materiais /Equipamentos) o Hospital de Marajá do Sena (20 leitos)ntos									
Ação Nº 7 - Equipar (2.200 Materiais/Equipamentos) o Hospital de Capinzal do Norte (72 Leitos)									
Ação Nº 8 - Equipar (450 Materiais/Equipamentos) o Hospital de Turilândia.									
Ação Nº 9 - Equipar a ampliação do Hospital Geral de Coroatá (60 Materiais/Equipamentos)									
Ação Nº 10 - Equipar a ampliação da 3ª e 4ª etapa do Hospital Materno Infantil de Imperatriz (60 Materiais/Equipamentos)									
Ação Nº 11 - Equipar a ampliação do Hospital Alarico Pacheco em Timon (60 Materiais/Equipamentos)									
Ação Nº 12 - Equipar a Unidade Odontológica SORRIR em Caxias (100 Materiais/Equipamentos)									
Ação Nº 13 - Modernizar e equipar as demais unidades de saúde do Estado em atividade 1.593 Materiais/Equipamentos									
3. Ampliar a cobertura e modernizar a Rede Materno Infantil	Número de municípios beneficiadas	Número		0	2	4	Número	3,00	75,00
Ação Nº 1 - Reformar e ampliar do Hospital Materno Infantil de Imperatriz									
Ação Nº 2 - Refromar e ampliar a Maternidade Adélia Mattos da Fonseca em Itapecuru Mirim									
Ação Nº 3 - Refromar e ampliar a Maternidade Benedito Leite em São Luís									
Ação Nº 4 - Refromar e ampliar a Maternidade de Alta Complexidade em São Luís.									

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecer a Gestão Pública, por meio da gestão compartilhada nas regiões de saúde, com aprimoramento do planejamento estratégico e dos instrumentos de gestão, garantindo e fortalecendo as instâncias de controle social

OBJETIVO Nº 3.1 - Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, monitoramento e avaliação dos programas de saúde pública estadual e municipal

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aprimorar a gestão colegiada entre as áreas técnicas com foco no planejamento	Nº de reuniões realizadas	Número		0	48	12	Número	15,00	125,00
Ação Nº 1 - Realizar e implementar 12 reuniões mensais de monitoramento e acompanhamento das ações da PAS com os pontos focais das áreas técnicas.									
Ação Nº 2 - Monitorar 03 quadrimestralmente o cumprimento do alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria Estadual de Saúde – MA, em parceria o Hospital Osvaldo Cruz (HOC) e CONASS.									
Ação Nº 3 - Realizar avaliação anul do Plano Estadual de Saúde/PPA.									
Ação Nº 4 - Concluir o Projeto de Regionalizado Integrado (PRI) do Estado do Maranhão.									
Ação Nº 5 - Sistematizar os 03 Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e apresentar ao pleno do Conselho Estadual de Saúde e da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa para monitoramento do alcance de resultados da Execução Orçamentária e Financeira aplicada em Ações e Serviços de Saúde Pública (ASP).									
2. Implementar o processo de planejamento do SUS no Estado	Nº de municípios com instrumentos de gestão elaborados	Número	2018	217	217	217	Número	187,00	86,18
Ação Nº 1 - Realizar 01 oficina sobre Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS									
Ação Nº 2 - Mapear situação dos Instrumentos de Gestão dos municípios no DigiSUS e enviar, quadrimestralmente, para os coordenadores das Unidades Regionais.									
Ação Nº 3 - Realizar 01 Seminário de sensibilização sobre a Estruturação da área de Planejamento nas Secretarias Municipais de Saúde									
Ação Nº 4 - Realizar 03 oficina de trabalho sobre a operacionalização do DIGISUS GESTOR MÓDULO PLANEJAMENTO, conforme a Portaria 1.1812.									
3. Fortalecer as ações de auditoria do SUS no Estado	Nº de ações realizadas	Número	2018	518	1.725	441	Número	694,00	157,37
Ação Nº 1 - Realizar 50 visitas técnicas para acompanhamento de Contratos/Convênios entre a Secretaria de Estado da Saúde SES/MA e Estabelecimentos de Saúde Privados e Filantrópicas									
Ação Nº 2 - Realizar 02 auditorias compartilhadas com equipes do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS E Seções de Auditoria-SEAUD do Ministério da Saúde – MS.									
Ação Nº 3 - Autorizar a solicitação de 23 procedimentos hospitalares observando as normas vigente de monitoramento e fiscalização.									
Ação Nº 4 - Verificar o cumprimento das metas pactuadas para prestação de serviços hospitalares nas Unidades de Saúde geridas por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP e Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares- EMSERH									
Ação Nº 5 - Apurar Denúncias oriundas da Ouvidoria/SES, Ministério da Saúde e Ministério Público.									
4. Garantir o monitoramento das ações realizadas nas unidades de saúde	Nº de unidades de saúde monitoradas	Número	2018	149	360	92	Número	171,00	185,87
Ação Nº 1 - Acompanhar e monitorar as ações e Serviços de Média e Alta Complexidade realizados pelos estabelecimentos de saúde das 19 Regiões de Saúde: (Serviço de Oncologia; Serviços de Nefrologia; Serviço de Cardiologia; Serviços de Referência para Prevenção e Diagnóstico do Câncer de Mama (SDM) e Serviços de Referência em Prevenção, Diagnóstico de Câncer de Colo de Útero (SRC); Leitos de Unidade dos Componentes da RUE (UPA, SAMU, Atenção Domiciliar e Hospitais - Porta de Entrada e leitos de retaguar									
Ação Nº 2 - Realizar 75 visita técnica nas unidades de saúde para cadastramento e atualização junto ao CNES									
Ação Nº 3 - Monitorar e avaliar a execução dos serviços contratualizados através da Rede Privada, que prestam serviços de média e alta complexidade para fins de auditagem 50 Estabelecimentos Contratualizados									
Ação Nº 4 - Disponibilizar 02 equipes de profissionais especializados para visita técnica dos novos Serviço de Saúde de Média e Alta Complexidade com finalidade de gerar credenciamento no CNES e habilitação financeira.									
5. Fortalecer as ações das Ouvidorias do SUS no Estado	Número de ações realizadas	Número	2018	10	70	20	Número	32,00	160,00
Ação Nº 1 - Apoiar a implantação de Ouvidorias do SUS nos municípios marenhenses.									
Ação Nº 2 - 05 Oficinas para capacitar técnicos das Secertarias Municipais de Saúde no Novo Sistema OuvidorSUS									
Ação Nº 3 - Realizar 10 visitas para monitoramento e orientação aos municípios com Ouvidorias Implantadas e em fase de implantação.									

OBJETIVO Nº 3.2 - Promover capacitação, qualificação e profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras de saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Promover cursos para técnicos das áreas de saúde pela Escola de Saúde Publica	Nº de cursos ofertados	Número	2018	7	33	12	Número	11,00	91,67
Ação Nº 1 - Ofertar 03 Cursos técnicos na área da saúde									
Ação Nº 2 - Ofertar 08 Cursos de Aperfeiçoamento técnico na área da saúde									
Ação Nº 3 - Realizar 01 Curso do EDPOPSUS nos 12 municípios da região de São João do Patos.									
2. Apoiar a realização das ações do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde	Nº de ações realizadas	Número		0	16	62	Número	132,00	212,90
Ação Nº 1 - Realizar dimensionamento da Força de Trabalho Estadual na Linha Materno Infantil no SUS/MA.									
Ação Nº 2 - Realizar Cartografia Social do Centro Histórico de São Luís - entorno da Escola de Saúde Pública do Maranhão (ESP/MA) com objetivo de desenvolver 07 ações de educação em saúde									
Ação Nº 3 - Realizar em São Luís e Imperatriz Seminários sobre: “A importância da Constituição da CIES”									
Ação Nº 4 - Constituir 02 Comissões Permanentes de Integração Ensino- Serviço – CIES.									
Ação Nº 5 - Realizar 02 oficina regional para sensibilizar gestores e técnicos sobre a temática da Educação Permanente em Saúde e o papel dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde.									
Ação Nº 6 - Realizar monitoramento do Plano Estadual de Educação Permanente.									
Ação Nº 7 - Realizar 02 oficina para a construção do Plano de Educação Permanente em Saúde para as populações vulneráveis – MA.									
Ação Nº 8 - Criar 01 observatório dos indicadores de saúde da FESMA Quilombola									
Ação Nº 9 - Realizar 05 seminário e oficinas para elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional da ESP/MA.									
Ação Nº 10 - Realizar 08 oficina e monitoramento para os multiplicadores do Curso Educação Popular em Saúde (EDPOPSUS) na região de São João do Patos e no município de Imperatriz									
Ação Nº 11 - Realizar 03 oficinas na área de Tecnologias Educacionais nas Ações de Educação Permanente em Saúde									
Ação Nº 12 - Ampliar os programas de Residência Médica (Medicina Neonatologia: 3, Genecologia obstetrícia: 2 e Clínica Médica;3) em Imperatriz.									
Ação Nº 13 - Realizar 02 Eventos Científicos para o fortalecimento a produção científica do SUS.									
Ação Nº 14 - Realizar 02 oficinas de elaboração de projeto de pesquisa no SUS para profissionais de saúde.									
Ação Nº 15 - Oferecer 04 Cursos de Pós-Graduação na área da saúde para profissionais do SUS.									
Ação Nº 16 - Coordenar o 1º Encontro dos Núcleos de Educação Permanente (NEP) da Rede Estadual.									
Ação Nº 17 - Mapear o perfil das 06 unidades da Rede Estadual de Saúde									
Ação Nº 18 - Realizar e monitorar o dimensionamento dos campos de estágio da Rede Estadual.									
3. Capacitar profissionais de saúde pela Escola de Saúde Pública-ESP	Nº de profissionais capacitados	Número	2018	1.589	4.437	933	Número	1.102,00	118,11
Ação Nº 1 - Capacitar no I Encontro com os Preceptores da residência médica e multiprofissional, 120 profissionais de saúde									
Ação Nº 2 - Capacitar no I Encontro dos Residentes sobre Formação profissional/Residência Multiprofissional e Médica no SUS 120 profissionais de saúde									
Ação Nº 3 - Capacitar em Cursos de Pós-Graduação na área da saúde para 300 profissionais do SUS.									
Ação Nº 4 - Capacitar 42 Professor (es) e credenciar para a composição do quadro de docentes da ESP/MA									
Ação Nº 5 - Capacitar por meio dos programas de Residência médica (neonatologia: 3, genecologia-obstetrícia; 2 e clínica médica: 3) em Imperatriz.									
Ação Nº 6 - Capacitar - por meio da ampliação dos programas de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial 15 profissionais de saúde									
Ação Nº 7 - Capacitar - tecnicamente 73 profissionais quanto aos processos relativos à programas de residência e de pós-graduação em seus territórios									
Ação Nº 8 - Capacitar em oficinas de elaboração de projeto de pesquisa no SUS para 60 profissionais de saúde.									
Ação Nº 9 - Capacitar em eventos científicos150 profissionais de saúde									
Ação Nº 10 - Realizar 3 (três) oficinas na área da tecnologia da informação em saúde para 25 trabalhadores do SUS.									
Ação Nº 11 - Capacitar a equipe técnica da coordenação de Estágio, por meio de 08 oficinas de análise e Instrução de Processos de Convênios da SES com as instituições de formação técnica e superior.									
Ação Nº 12 - 12 Monitoramentos e avaliação do trabalho dos discentes e supervisores da Força Tarefa									

OBJETIVO Nº 3.3 - Fortalecer os espaços de gestão compartilhada e descentralizada para o desenvolvimento das ações de gestão da Secretaria Estadual de Saúde, apoiando a transparência e o controle social.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fortalecer as Regionais de Saúde.	Unidade Regional Com Plano de Trabalho Implantado	Número	2018	19	19	19	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar 04 Oficinas com Gestores das Unidades Regionais de Saúde (URS) para elaboração do Plano de Trabalho.									
Ação Nº 2 - Estruturar e modernizar 18 Unidades Regionais de Saúde com materiais e equipamentos.									
2. Acompanhar as ações desenvolvidas pelas Unidades Regionais de Saúde	Unidade regional acompanhada	Número	2018	19	19	19	Número	19,00	100,00
Ação Nº 1 - Monitorar e acompanhar os resultados do Levantamento do Índice Rápido de Infestação do Aedes aegypit (LIRA) e LIA nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 2 - Abastecer os municípios-sede das URS com imunobiológicos (vacinas) e insumos nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 3 - Acompanhar e apoiar as Campanhas Municipais de Multivacinação e Coberturas vacinais, Campanhas de prevenção e tratamento da Hanseníase e Tuberculose nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 4 - Acompanhar as Ações de Prevenção e Tratamento da Malária, Tratamento da Esquistossomose, Tratamento das Leishmanioses, e Zoonoses (Raiva, Animais peçonhentos) Acompanhar as Ações de Prevenção e Tratamento da Malária, Tratamento da Esquistossomose, Tratamento das Leishmanioses, e Zoonoses (Raiva, Animais peçonhentos) nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 5 - Monitorar os Programas Nascidos Vivos e Óbitos, Doenças de notificações compulsórias (Paralisias Flácidas, Meningites, Doenças Exantemáticas etc.) e Doenças Crônicas nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 6 - Acompanhar e Monitorar as Metas do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde PQA-VS nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 7 - Acompanhar as Ações de controle da Hipertensão, Diabetes e Tabagismo, Ações de Saúde Mental, Ações da Criança e Adolescente, Ações de Saúde Bucal, Ações de Educação e Saúde, Ações da Estratégia Saúde da Família (ESF), Programa Saúde na Escola (PSE), Ações das IST/AIDS, Ações do Departamento de Assistência à Saúde da Mulher nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 8 - Acompanhar e Monitorar a Planificação nas Regionais de Caxias, Balsas, Timon e Barra do Corda (especifica para a área indígena) em 04 Regiões de Saúde									
Ação Nº 9 - Acompanhar as ações dos Vigidesastres, Ações de Saúde Ambiental, Ações da Saúde do Trabalhador nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 10 - Acompanhar a Campanha de Tratamento do Glaucoma nas 19 Regiões de Saúde									
Ação Nº 11 - Realizar 03 reuniões quadrimestrais com os 18 Gestores Regionais para acompanhamento e monitoramento dos resultados alcançados previsto no Plano de Trabalho das URS.									
3. Articular com as Comissões Intergestores Regionais (CIR) na gestão de saúde	Nº de reuniões realizadas	Número	2018	228	228	228	Número	228,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir a participação dos 18 Gestores Reginais das URS nas reuniões plenárias das 19 Comissões Intergestores Regionais – CIR.									
4. Potencializar as ações do Conselho Estadual de Saúde	Nº de ações realizadas	Número	2018	8	55	15	Número	32,00	213,33
Ação Nº 1 - Garantir as condições para a ocorrência das 58 reuniões mensais Ordinárias, extraordinárias e das Comissões Permanentes de Trabalho.									
Ação Nº 2 - Realização de 10 Plenárias Regionais de Conselhos de Saúde (presencial, virtual ou Hibrida)									
Ação Nº 3 - Realização da 11ª Plenária Estadual de Saúde.									
Ação Nº 4 - Realização de 10 oficinas para reestruturação e ampliação das Comissões intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito municipal									
Ação Nº 5 - Realização de 10 Oficinas de Educação Permanente para os Conselhos Municipais de Saúde.									
Ação Nº 6 - Realizar a 5ª Conferência Estadual da Saúde Mental									
Ação Nº 7 - Elaboração de 500 cartilhas orientadoras para conselhos municipais.									
Ação Nº 8 - Garantir a participação de conselheiros, técnicos e colaboradores do CESMA em atividades dentro e fora do estado que garantam atividades em prol do controle social.									
Ação Nº 9 - Realizar 03 reuniões com a equipe técnica da Escola de Saúde Pública para o fortalecimento do Plano Estadual de Educação Permanente (PEPP).									
Ação Nº 10 - Realizar a 3ª Conferência Estadual da Saúde das Mulheres (3ª CESMu									
5. Potencializar as ações do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas	Nº de ações realizadas	Número	2018	0	35	10	Número	23,00	230,00
Ação Nº 1 - Apoio a criação de 06 conselhos municipais sobre drogas									
Ação Nº 2 - Monitoramento do Plano Estadual sobre Drogas									
Ação Nº 3 - 12 Monitoramento dos serviços da Rede de Atenção Pssicossocial (RAPS) e comunidades terapêuticas									
Ação Nº 4 - Participação nas 12 Reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho.									

DIRETRIZ Nº 4 - Garantir o financiamento público e sustentável ao Sistema Único de Saúde, melhorando o padrão de gastos e qualificando o financiamento tripartite em saúde.

OBJETIVO Nº 4.1 - Garantir os investimentos em ações e serviços de saúde no Estado do Maranhão, ampliando o cofinanciamento, a captação de recursos e aumentando a eficiência dos gastos da saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2020-2023)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar a adesão dos municípios na Política de Cofinanciamento da Atenção Primária (PECAPS)	Nº de municípios beneficiados.	Número	2018	7	217	217	Número	115,00	53,00
Ação Nº 1 - Complementação da Remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias no Estado do Maranhão, sendo de no mínimo 10% (dez por cento) do valor do Piso Nacional da Remuneração por agente em cada município									
Ação Nº 2 - Transferência de recursos financeiros Fundo a Fundo aos municípios maranhenses, para custeio de ações e serviços de saúde na Atenção Primária à Saúde - APS, vinculada ao cumprimento de metas.									
Ação Nº 3 - 02 Oficinas Regionais de fortalecimento da política de cofinanciamento e capacitação de agentes comunitários de saúde.									
2. Garantir o repasse da farmácia Básica aos municípios	Nº de municípios beneficiados.	Número	2018	217	217	217	Número	217,00	100,00
Ação Nº 1 - Transferência de recurso financeiro da contrapartida Estadual aos 217 municípios para fazerem aquisição dos medicamentos e Insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica conforme Portaria GM/MS nº 1.555 de 30/07/2013, Portaria nº 3.193/GM/MS DE 09/12/2019 e pactuação na Comissão Intergestores Bipartite CIB-MA, conforme resolução nº 96/2014 de 23 de maio de 2014									
3. Ampliar a participação de Consórcios Públicos Interfederativos nas compras compartilhadas.	Nº de consórcios pactuados	Número	2018	2	3	3	Número	0	0
Ação Nº 1 - Realizar cooperação técnica, na área de saúde para promoção de ações assistenciais de saúde pública, prestação de serviço especializado no gerenciamento de unidades de atendimento de média e altacomplexidade, compras compartilhadas de medicamentos e demais serviços relacionados à saúde									

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
122 - Administração Geral	Aprimorar a gestão colegiada entre as áreas técnicas com foco no planejamento	12	15
	Fortalecer as Regionais de Saúde.	19	0
	Promover cursos para técnicos das áreas de saúde pela Escola de Saúde Publica	12	11
	Implementar o processo de planejamento do SUS no Estado	217	187
	Acompanhar as ações desenvolvidas pelas Unidades Regionais de Saúde	19	19
	Apoiar a realização das ações do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde	62	132
	Fortalecer as ações de auditoria do SUS no Estado	441	694
	Articular com as Comissões Intergestores Regionais (CIR) na gestão de saúde	228	228
	Capacitar profissionais de saúde pela Escola de Saúde Pública-ESP	933	1.102
	Garantir o monitoramento das ações realizadas nas unidades de saúde	92	171
	Potencializar as ações do Conselho Estadual de Saúde	15	32
	Fortalecer as ações das Ouvidorias do SUS no Estado	20	32
	Potencializar as ações do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas	10	23
301 - Atenção Básica	Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Estratégia Saúde da Família	217	182
	Ampliar a adesão dos municípios na Política de Cofinanciamento da Atenção Primária (PECAPS)	217	115
	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	12,03	15,65
	Garantir apoio institucional aos municípios nas ações da Política de Saúde Mental	217	140
	Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde Bucal	217	128
	Reduzir o número de óbitos maternos	74	62
	Garantir avaliação e acompanhamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei que cumprem medidas terapêuticas aplicadas pelo judiciário	210	1.014
	Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Política de Saúde do Adulto e Idoso	217	131
	Garantir o acesso ao pré-natal por meio do Cheque Gestante	22.000	24.302
	Promover ações em Saúde Mental e de prevenção ao uso de drogas	11	9
	Apoiar unidades Prisionais de ressocialização a desenvolverem ações voltadas para a Política de Saúde Prisional	47	47
	Garantir o atendimento materno infantil para grupo de risco *, em municípios de atuação da Força Estadual de Saúde	26.731	11.615
	Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde da Mulher.	217	133
	Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde da Criança e do Adolescente	217	173
	Apoiar os munícipios a desenvolverem ações voltadas para a Política de Alimentação e Nutrição	217	201
	Fortalecer nos municípios a Integração das Ações da Atenção Básica com as populações em vulnerabilidade/marginalidade Social	217	36

	Garantir os repasses do Fundo Nacional de Saúde-FNS aos municípios sob gestão estadual com Laboratórios Regionais de Prótese Dentárias	13	13
	Promover o atendimento à população geral pela Força Estadual de Saúde nos municípios	140.580	172.690
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Prestar o atendimento ambulatorial e hospitalar aos usuários do SUS por intermédio dos serviços de saúde nas unidades próprias	26.436.634	25.095.839
	Ampliar a rede hospitalar e ambulatorial nas regiões.	15	10
	Garantir aos usuários do SUS a realização de procedimentos voltados para o combate ao câncer	200.000	620.920
	Aumentar o número de procedimento destinados a obtenção do sangue, seus componentes e derivados	390.816	401.789
	Implantar Organizações de Procura de Órgãos- OPO	3	0
	Reduzir a taxa de incidência do COVID19.	2,52	2,24
	Garantir a aquisição de equipamentos hospitalares para as unidades de saúde da região	19	18
	Aumentar o número de consultas médicas em atenção especializadas	26.804	26.469
	Implementar o número de Notificações de Potenciais Doadores em Morte Encefálica	45	24
	Garantir o atendimento aos usuários em assistência odontológica especializada pelo SORRIR	500.000	296.632
	Ampliar leitos de UTI ADULTO, e Leitos de Retaguarda	350	346
	Ampliar a participação de Consórcios Públicos Interfederativos nas compras compartilhadas.	3	0
	Ampliar a cobertura e modernizar a Rede Materno Infantil	4	3
	Aumentar o número de atendimentos multidisciplinares em atenção especializadas	12.620	15.739
	Ampliar o número de Doadores Efetivos de Órgãos	6	2
	Estruturar o modelo de regulação estadual	70,00	84,00
	Aumentar o número de exames laboratoriais de suporte diagnóstico	1.427.500	1.367.724
	Ampliar os serviços de média e alta complexidade nos hospitais regionais.	27	40
	Garantir os procedimentos de deslocamento e ajuda de custo aos pacientes para tratamentos fora domicílio em outra Unidade da Federação - TFD	88.099	104.224
	Prestar o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade aos usuários do SUS por intermédio dos estabelecimentos de saúde de natureza pública municipal e privadas contratualizadas	1.201.355	2.101.774
	Garantir apoio aos municípios nos serviços de atendimento móvel de urgência	45	44
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Ampliar o acesso aos medicamentos especializados e padronizados aos usuários	245.000	307.943
	Garantir a distribuição de fórmulas infantis especiais as crianças com alergia e/ou intolerância alimentar	125.000	10.706
	Garantir o repasse da farmácia Básica aos municípios	217	217
	Descentralizar as ações da Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados	0	1
	Ampliar a participação de Consórcios Públicos Interfederativos nas compras compartilhadas.	3	0
	Garantir o acesso aos medicamentos as pessoas privadas de liberdade.	10.134	11.418
304 - Vigilância Sanitária	Executar ações de gerenciamento de risco em vigilância em saúde ambiental	828	1.454
	Fortalecer as ações de vigilância em saúde ambiental nas 19 Regiões de Saúde	294	81
	Fortalecer as ações de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora nas 19 Regiões de Saúde	205	271
	Executar ações de gerenciamento de risco em saúde do trabalhador e da trabalhadora	90	100
	Executar ações de gerenciamento de risco em vigilância sanitária em saúde	16.500	22.410
	Fortalecer as ações de vigilância sanitária em saúde nas 19 Regiões de Saúde	165	152
305 - Vigilância Epidemiológica	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	12,03	15,65
	Reduzir a taxa de incidência do COVID19.	47,16	16,41
	Reduzir o número de óbitos maternos	74	62
	Realizar exames pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	188.400	120.469
	Apoiar os municípios nas ações de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	217	217
	Estruturar os espaços físicos da Vigilância Epidemiológica	23	22
	Apoiar os municípios para a ampliação do acesso às ações e serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento do HIV, Sífilis e Hepatites Virais das populações-chaves, prioritárias e gestantes e outros	217	114
	Ampliar a cobertura de Testagem Rápida para Sífilis	15,00	20,00
	Implantar Serviços de Referência Estadual para os pacientes portadores de Hepatites Virais	1	1

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	**Categoria Econômica**	**Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)**	**Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)**	**Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)**	**Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)**	**Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)**	**Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)**	**Outros recursos destinados à Saúde (R$)**	**Total(R$)**
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	26.293.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	26.293.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	297.247.995,00	51.409.488,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	348.657.483,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	27.677.474,00	3.676.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	31.353.474,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	2.216.111.483,00	355.950.865,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.572.062.348,00
	Capital	N/A	4.000.000,00	400.000,00	N/A	N/A	46.071.000,00	N/A	N/A	50.471.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	45.787.257,00	6.588.559,00	N/A	N/A	N/A	N/A	100.000,00	52.475.816,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	4.614.379,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.614.379,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	7.114.791,00	19.835.709,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	26.950.500,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 19/04/2023.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas propostas, com suas respectivas ações e prever a alocação dos recursos orçamentários.

Neste item, estão inseridos os resultados por metas alcançadas, assim como as análises e considerações das áreas técnicas quanto ao alcance ou não das ações e serviços, que foram programados.

Diretriz Nº1: Garantir o acesso da população às ações e serviços de saúde como direito fundamental ao atendimento das necessidades de saúde, mediante o aprimoramento da política de atenção primária, vigilância em saúde, atenção especializada e garantindo o acesso a medicamentos e insumos estratégicos no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 1.1 - Fortalecer a Atenção Primária para apoiar o desenvolvimento de ações em saúde no Estado.

Meta 1.1.1 Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Estratégia Saúde da Família.

A Meta foi concluída, com alcance de 100% das ações programadas e da meta do indicador de 83,88% de municípios beneficiados. No primeiro quadrimestre do ano de 2022, tivemos dificuldades, devido aos deslocamentos de profissionais que compõem a Atenção Primária, que foram comprometidos por outras ações emergenciais como: Apoio à Vacinação e Municípios em Situações de Desastre.

No segundo quadrimestre, realizamos mais ações, voltando ao cumprimento das metas como: Realização de Oficinas para Qualificação dos Profissionais da Atenção Primária; Oferta de Cursos Modulares em PICS - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Monitoramento e Apoio aos Municípios que apresentaram maiores dificuldades em Captação de Recursos por meio do Previne Brasil; Participação em Eventos Presenciais do Ministério da Saúde.

No terceiro quadrimestre, continuamos a ofertar a Qualificação dos Profissionais da Atenção Primária dos Municípios, com ênfase no Previne Brasil, e foi promovido o Seminário Integrado da Atenção Primária e Vigilância em Saúde. Destacam-se nesse quadrimestre os seminários das Ações do Programa Saúde na Escola onde realizamos Mostras Estaduais Regionalizadas com ênfase em experiências exitosas, sendo o município destaque, convidado a participar do evento Nacional do Programa na Escola em Brasília/DF.

Meta 1.1.2 Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde Bucal.

Apesar do cumprimento total das ações planejadas pelo departamento, houve comprometimento da meta proposta, devido à participação em duplicidade de alguns municípios nos eventos propostos (oficinas e encontro estadual). Tal situação contribuiu para o resultado de 59% de municípios beneficiados.

Meta 1.1.3 Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Política de Saúde do Adulto e Idoso.

A Meta foi concluída com 100% das ações programadas, alcançando a meta do indicador de 60,37% de municípios beneficiados.

De acordo com os objetivos, diretrizes e metas constantes no Plano Estadual de Saúde/PES-MA 2019-2022, espelhadas na Programação Anual de Saúde/PAS 2019, as ações foram executadas para fomentar a implantação e implementação das Políticas de Controle da Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus e Tabagismo, Saúde do Homem e Saúde da Pessoa Idosa, na perspectiva de disseminação de informações, qualificação de gestores, profissionais de saúde, controle social e lideranças. As ações visaram aperfeiçoar a prestação de serviços aos usuários, com o intuito de sensibilizar e empoderar esses atores sociais para o enfrentamento das iniquidades e redução da morbimortalidade por esses agravos que acometem a população do Maranhão.

Para o Cuidado Integral no Controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, foram trabalhadas 03 Regionais de Saúde: Balsas, Presidente Dutra e iniciando Santa Inês; sobre o Projeto Viver Mais, que trata da Diabetes gestacional e a expansão e estruturação da Rede de Doenças Crônicas nas 19 Regiões de Saúde em articulação com as Unidades Gestoras Regionais de Saúde (UGRS) e a Rede de Assistência à Saúde da SES/MA. Para o Cuidado Integral no Controle da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus deu-se prosseguimento ao apoio técnico às Regiões de Saúde e aos seus municípios, incentivando a implementação das ações voltadas aos Hipertensos e aos Diabéticos como o método de manejo clínico com referência à Rede de Atenção às Doenças Crônicas. Foram realizadas palestras e mobilizações sociais alusivas ao Dia Nacional de Controle da Hipertensão Arterial e ao Dia do Diabetes.

No Controle do Tabagismo, foram realizadas 6 capacitações sobre o tratamento do fumante, em 17 UGRS (faltando só Açailândia e Itapecuru) com estimativa de 600 profissionais qualificados. Foram realizadas ainda Campanhas sobre o Dia Mundial sem Tabaco e Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Na Saúde do Homem foram realizadas qualificações de profissionais da Estratégia Saúde da Família em Paternidade e Cuidado e ao Projeto de Prevenção ao Câncer de Pênis, com estimativa de 14 UGRS e entrega de 1.508 Guias de Profissionais e 1.600 Guias de ACS, para implantação do Pré Natal do Parceiro, com o apoio da Rede Cegonha. Estabeleceu-se parceria com a Escola de Saúde Pública e a Universidade Federal de Pernambuco, possibilitando a realização de oficinas de qualificação de profissionais de saúde, em um total de 300 participantes, sobre a Lei Estadual de Paternidade e Cuidado nº 13.257/2017, com vista à inclusão no Programa da Paternidade Responsável. No mês alusivo ao Novembro Azul - Saúde do Homem foram realizadas palestras, mobilizações e distribuição de material educativo.

O Monitoramentos e o Apoio integrado foram realizados 34 em 19 UGRS e articulação com a gestão e os profissionais, por meio do Projeto de Fortalecimento das regionais. A Política de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa tem objetivo é recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para

esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde/SUS, visando estimular a promoção do envelhecimento ativo e saudável com os idosos praticando atividade física regular no programa Academia da Saúde, avaliação multidimensional e o projeto do Dgero em parceria com a Universidade de São Carlos. Para tanto, se procurou fortalecer, implantar e Implementar por meio das ações realizadas com as políticas a serem desenvolvidas pelo departamento.

Meta 1.1.4 Apoiar unidades Prisionais de ressocialização a desenvolverem ações voltadas para a Política de Saúde Prisional.

Durante o ano de 2022 foram apoiadas as 47 unidades prisionais, por meio de ações que visaram à efetiva implantação da Política Nacional de Atenção Integral de Saúde Prisional (PNAISP), entre elas: atendimento médico assistencial, realizando ao longo do ano num total de 29.937 procedimentos realizados pelos 09 médicos alocados nas Unidades Prisionais (UPs), definidas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); bem como através de capacitações e Seminário de Saúde Prisional, que alcançou 320 participantes de todas as unidades prisionais.

Todas as ações foram feitas por meio de articulações interinstitucionais com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e com o suporte do grupo condutor da PNAISP.

Ressaltamos que houve equívocos na digitação das metas no sistema na ação ¿Prestar atendimentos médicos aos internos das 47 Unidades Prisionais de Ressocialização¿, que a meta definida foi de 20.000 procedimentos, e na ação ¿Promover cursos, oficinas, palestras, treinamentos e capacitações sobre Educação em Saúde¿, que o indicador estabelecido foi o número de profissionais e não número de eventos. Com isso, reafirmamos que as metas foram todas superadas, sendo desenvolvidas de forma satisfatória.

Entretanto, a execução das metas da PNAISP encontra as dificuldades inerentes a uma atividade interinstitucional, pois a SES e a SEAP possuem objetivo de intervenção e olhar diferente sobre o sujeito-alvo da Política.

Para o ano de 2023 postula-se a expansão das Equipes de Atenção Primária Prisional (EAPP), bem como, a qualificação profissional acerca das Políticas de Saúde que são implementadas pela Atenção Primária em Saúde, com vistas a garantir o cuidado integral apontado pela PNAISP.

Meta 1.1.5 Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde da Mulher.

A meta das ações programadas foi concluída com 100%, equivalente ao percentual da Meta do indicador em 61,30% dos municípios programados nas ações, fortalecendo as ações da saúde da mulher nas regiões de saúde do Estado. No que se refere às ações de prevenção dos cânceres de colo de útero e mama, houve um aumento do quantitativo de coletas de citopatológico e mamografia na faixa etária de rastreamento. Também pode ser destacada a reorganização da linha de cuidado de enfrentamento às mulheres vítimas de violência nas regiões de Caxias, Codó e Santa Inês. Ressalta-se, ainda, a distribuição dos métodos contraceptivos nos 217 municípios, fortalecendo assim as ações de prevenção da gravidez na adolescência e redução da mortalidade materna e infantil no Estado do Maranhão.

Meta 1.1.6 Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Saúde da Criança e Adolescente.

No ano de 2022, o Departamento de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (DASCA), realizou todas as atividades programadas e teve ainda um acréscimo da quantidade de ações envolvendo o mesmo município, dada a intervenção sistemática no decorrer do ano em tela, com vista a melhoria dos indicadores com ênfase na redução da mortalidade infantil, da proporção de gravidez da adolescência e na linha de cuidado dos 1.000 dias. Contudo, alguns municípios não participaram, por falta de adesão às atividades realizadas na regionalidade, ocasionando um resultado parcial de 80% de municípios maranhenses beneficiados diretamente.

Com relação às atividades de acompanhamento da triagem neonatal biológica (teste do pezinho), 100% dos municípios foram beneficiados com o apoio e fortalecimento no processo de coleta, transporte do teste e monitoramento dos resultados. O sistema SISNEO é monitorado diariamente e o DASCA interage sistematicamente com os municípios sobre dúvidas, senhas, resultados e interação entre maternidades e municípios de origem dos recém-nascidos.

Ressaltamos ainda que 2022 se tratou de um ano com eleições estaduais e federal, ano de Copa do Mundo e cenário de consequências da pandemia de Covid-19. Tais questões apontam para as dificuldades de presença de alguns municípios em atividades realizadas do departamento, influenciando assim a participação destes, resultando, assim, em ausência de alguns municípios, consequentemente não terem conseguido se inserir na pauta de ações ofertadas pelo departamento.

Meta 1.1.7 Apoiar os municípios a desenvolverem ações voltadas para a Política de Alimentação e Nutrição.

As 9 ações programadas foram realizadas. Com isso, foram atingidas 100% das ações, desenvolvidas a nível regional de forma presencial e virtual, em parceria com outros Departamentos desta Secretaria, Instituições como Maternidades e outras Secretarias. Além disso, foram executadas algumas ações que não estavam previstas, dentre estas o Encontro da Estratégia Proteja, destinado aos 50 municípios que fazem parte do Programa, e as Oficinas de atualização sobre os Programas de Micronutrientes, nas quais foi possível, de forma presencial, percorrer as 19 regiões de saúde, possibilitando um alcance para todos os municípios que pudessem participar. Diante disso, foi possível obter um alcance de 92,62% dos municípios maranhenses ao longo do ano.

Dentre as dificuldades encontradas para a realização destas ações, destaca-se a fragilidade na comunicação com alguns municípios e a infraestrutura de algumas regionais de saúde em dispor equipamentos audiovisuais dentre outros para a condução adequada das ações.

Meta 1.1.8 Fortalecer nos municípios a Integração das Ações da Atenção Básica com as populações em vulnerabilidade/marginalidade Social.

As Políticas de Promoção da Equidade em Saúde são formadas por um conjunto de programas e ações governamentais de saúde, no âmbito do SUS, pensados para promover o respeito à diversidade e garantir o atendimento integral a populações em situação de vulnerabilidade e desigualdade social. Por todos esses fatores, observamos que os profissionais deveriam dar importância para compreenderem a necessidade de trabalhar com os indicadores, fazendo a transversalidade entre todas as ações do departamento.

O Núcleo Estadual de Promoção da Equidade em Saúde desenvolveu várias ações no decorrer do ano de 2002, realizando oficinas para profissionais de saúde trabalharem com a população em vulnerabilidade/marginalidade. Foi desenvolvido um trabalho no município de Alcântara, em parceria com a Força Estadual de Saúde, que promoveu Oficinas de Educação popular em saúde para as comunidades, lideranças quilombolas e gestores de política de promoção da igualdade racial.

A Farmácia Viva, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Portaria Nº 886 de 20 de abril de 2010,é um projeto que envolve desde o cultivo, a coleta, o processamento, o armazenamento de plantas medicinais, a manipulação e a dispensação de preparações magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos e surgiu pela necessidade de ampliação da oferta de fitoterápicos e de plantas medicinais que atenda à demanda e às necessidades locais, respeitando a legislação pertinente às necessidades do SUS. O programa desenvolve suas atividades de cultivo, a partir da instalação de hortas de plantas medicinais em unidades de âmbito comunitárias e/ou unidades do SUS, tornando acessível à população assistida a planta medicinal in natura e a orientação sobre a correta preparação e uso dos remédios caseiros.

A Meta foi concluída com 100% das ações programadas, alcançando a meta do indicador de 16,59% de municípios beneficiados.

Meta 1.1.9 Garantir os repasses do FNS aos municípios sob gestão estadual com Laboratórios Regionais de Prótese Dentárias.

Considerando trâmite processual interno nesta Secretaria de Estado de Saúde, para pagamento dos recursos financeiros aos 13 municípios com Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPDs) sob Gestão Estadual, este departamento priorizou, no primeiro e segundo quadrimestre, a visita aos municípios com LRPDs sob gestão municipal, haja visto que os laboratórios sob gestão estadual já tinham sido visitados no segundo semestre de 2021 e comunicados sobre os mecanismos necessários para a formulação do processo de descentralização dos referidos recursos. Portanto as visitas técnicas aos LRPDs sob gestão estadual foram realizadas a partir de setembro/2022, sendo os 13 monitorados em sua totalidade, tendo o alcance de 100% da meta pactuada.

Meta 1.1.10. Promover o atendimento à população geral pela Força Estadual de Saúde nos municípios.

O Programa da Força Estadual de Saúde teve seu contrato finalizado em dezembro de 2021 e o novo contrato só teve início após realização de seletivo, em fevereiro de 2022. Dessa forma, houve 40 dias sem atendimentos, o que não estava na programação. Outro problema encontrado foi a necessidade de remanejar algumas equipes para ações prioritárias do governo, tais como: Missão Vacina Covid-19 e atendimento nos municípios acometidos pelos desastres hidrológicos. Esse remanejamento também ocasionou uma redução do número de atendimentos programados na PAS 2022.

Destacam-se os atendimentos pela FESMA, às comunidades rurais e de difícil acesso como indígenas, quilombolas e ribeirinhas, buscando promover impacto social e fortalecer a efetividade da Atenção Primária em Saúde, com melhoria na oferta de serviços de saúde e redução de desigualdades de acesso a esses serviços nos seus territórios de atuação.

Também são dignas de destaque as ações: FESMA Quilombola, que atua em 28 municípios e 112 comunidades, com atendimento geral, com enfoque às gestantes, crianças menores de 01 ano, hipertensos, diabéticos e pessoas com hanseníase; FESMA Convencional, que atua em 22 municípios; e FESMA Apoio Institucional, que atua em 06 municípios.

Meta 1.2.1 Executar ações de gerenciamento de risco em saúde ambiental.

Os municípios planejados já efetuavam as ações de cadastro de área referente ao Programa 'Vigissolo' e a alimentação do sistema. A equipe do 'Vigiar' estadual iniciou tratativas com a equipe do Vigiar do município de São Luís para a implantação de Unidade Sentinela no Distrito Industrial. A equipe da Vigilância Sanitária Ambiental (VSA) estadual realizou 37 ações de suporte técnico aos municípios, de acordo com a demanda e necessidade dos mesmos. As coletas e inspeções sanitárias foram realizadas em parceria com a equipe da Superintendência Estadual da FUNASA. Foi realizado apoio técnico e monitoramento dos municípios atingidos por eventos hidrológicos.

Meta 1.2.2 Fortalecer as ações de vigilância em saúde ambiental nas 19 Regiões de Saúde.

Foi prestado assessoramento técnico em Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) às Unidades Gestoras Regionais de Saúde (UGRS) e aos municípios que as compõem, conforme demanda repassada ao Departamento de Vigilância Sanitária Ambiental. Os eventos e capacitações realizados em 2022 foram, em sua grande maioria, realizados de forma virtual, algumas em formato híbrido e outras de maneira presencial. Alguns municípios solicitaram capacitação em ações de VSA, para proceder à implantação de ações no município, em atendimento à Resolução CIB 089/2020.

Meta 1.2.3 Fortalecer as ações de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora nas 19 Regiões de Saúde.

O resultado dessa meta superou o previsto, impactando positivamente as ações de Saúde do Trabalhador, apesar da redução do quadro técnico (afastamento por questões de saúde) e da baixa adesão dos representantes dos municípios quando convocados a participarem das atividades programadas. Com isso, as ações de enfrentamento adotadas pelo CEREST foram a intensificação das atividades virtuais e realização de ações/atividades presenciais em algumas sedes das Regionais de Saúde.

Meta 1.2.4 Executar ações de gerenciamento de risco em saúde do trabalhador e da trabalhadora.

A meta alcançada superou a estipulada na PAS 2022 no cumprimento das demandas oriundas do Ministério Público do Trabalho e das ações programadas, impactando positivamente as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, embora a logística não tenha sido adequada em sua totalidade, tais como a falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e transporte. Mesmo com esses problemas encontrados, visitas técnicas e inspeções/fiscalizações em estabelecimentos de baixo risco próximos à sede do Cerest Estadual foram as ações de enfrentamento que contribuíram para o atingimento da meta.

Meta 1.2.5 Executar ações de gerenciamento de risco em vigilância sanitária em saúde.

As ações de gerenciamento de risco sanitário foram alcançadas conforme a rotina das atividades desenvolvidas pelos setores, embora houvesse algumas dificuldades logísticas em territórios distantes da sede do Órgão de Vigilância Sanitária. O número de atividades estabelecidas na ação ¿Realizar inspeções, supervisões, monitoramentos, apuração de denúncias e investigações em produtos e serviços de interesse à saúde¿ foi de apenas 32%, pois a meta prevista foi com base nas ações da Covid-19, que por sua vez, não foram intensificadas devido à queda nas taxas de transmissão.

Considerando os problemas enfrentados em 2022, que causaram um déficit no alcance das metas de capacitações e eventos, observa-se que foi alcançado um quantitativo de capacitações satisfatório, mais da metade da meta foi alcançada (56% do total previsto), o que reflete em um percentual relevante, considerando as dificuldades vivenciadas no ano de 2022. Entretanto, a ação de gerenciamento de medicamentos de controle especial atingiu 730%, devido à alta demanda por parte dos profissionais médicos.

Meta 1.2.6 Fortalecer as ações de vigilância sanitária em saúde nas 19 Regiões de Saúde.

As ações de Fortalecimento de Vigilância Sanitária junto aos municípios alcançaram as atividades de regularização sanitária das agroindústrias familiares, além das capacitações, eventos e projetos educativos que tiveram êxito. Na ação de realizar capacitações e eventos em vigilância em saúde, houve uma superação da meta estipulada e quanto aos projetos educativos, as ações realizadas ficaram restritas ao monitoramento das ações desenvolvidas pelos municípios e as culminâncias realizadas com todo o público escolar e profissionais e gestores de saúde envolvidos para o seu desenvolvimento. Ainda assim, os resultados foram considerados satisfatórios, do ponto de vista do impacto positivo à população dos municípios que participaram das ações dos Projetos e Programas.

Meta 1.2.7 Realizar exames pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN).

Foram realizadas visitas técnicas às Unidades Regionais de Saúde de Caxias, Codó, Balsas e Pedreiras; Descentralização da sorologia de arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya) para a URS de Timon; 52 municípios beneficiados com os exames realizados; Realização de capacitação no diagnóstico laboratorial da tuberculose para 12 municípios: Alto Alegre do Pindaré, Anapurus, Buriti, Presidente Vargas, Coelho Neto, Conceição do Lago Açú, Formosa da Serra Negra, Lago Verde, Santa Luzia, Santo Amaro, Santa Rita e São Luís Gonzaga; 5. Reforma da URS de Imperatriz para a implantação do LACEN Regional Imperatriz; Implantação do diagnóstico sorológico (Teste IGRA) para diagnóstico da Infecção Latente da Tuberculose; Capacitação em baciloscopia para diagnóstico laboratorial da Hanseníase para os 11 municípios das URS de Timon e Caxias; Capacitação na identificação das formas imaturas de Culicídeos para os técnicos dos municípios da URS de Caxias; Treinamento no Controle de Qualidade das lâminas de diagnóstico de malária e outros hemoparasitas para os municípios da URS de Codó; Capacitação no diagnóstico laboratorial da Leishmaniose Tegumentar Americana para os municípios da URS de Pinheiro; Capacitação no diagnóstico laboratorial da Tuberculose para 48 municípios.

REALIZAÇÃO DE CONTROLE DE QUALIDADE: Lâminas de baciloscopia para diagnóstico da Hanseníase, Tuberculose e Exame Citológico Cérvico-Vaginal, Malária e leishmaniose Tegumentar Americana: 6.057 lâminas; Identificação entomológica (vetores transmissores de Dengue e Febre Amarela): 675 exemplares; Implantação das Unidades Sentinelas para Malária; Inauguração do LACEN-MA para a Macrorregião Sul e Criação da sub-rede dentro do sistema de informação GAL, para as 04 URS (43 municípios) atendidas pelo LACEN- MA REGIONAL; Implantação do Sequenciamento Genômico das Arboviroses (Dengue, Zika vírus e Chikungunya); Implantação do diagnóstico Fúngico (diagnóstico de esporotricose); 19. Implantação da identificação microbiana pela metodologia de Espectrometria de Massa (Maldi-Tof); Implantação do diagnóstico molecular de Mpox, Varicela Zoster, Meningites virais e Bacterianas; Oficina para avaliação da situação atual da rede de Laboratórios de Base e Revisão (Revisores das 18 URS); Oficina para avaliação da situação atual da rede de Laboratórios de Entomologia (Entomomogistas das URS); Capacitação para os laboratórios e vigilâncias das unidades de saúde da Rede Pública e Privada em coleta, acondicionamento e transporte de amostras para diagnóstico de Mpox; Treinamento no Fluxo de envio de amostras para o LACEN-MA Regional, bem como coleta e acondicionamento para as coordenações de Vigilância epidemiológica e dos laboratórios dos municípios das URS de Imperatriz, Açailândia, Balsas e Barra do Corda.

Meta 1.2.8 Apoiar os municípios nas ações de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças.

Ação- Realizar armazenamento, distribuição e aplicação de inseticidas e insumos para controle vetorial de acordo com avaliação epidemiológica: Armazenamento, distribuição de larvicida e aplicação de inseticidas nos municípios é uma ação de caráter permanente que contempla os 217 municípios para manter a estrutura de UBV (Ultra Baixo Volume);

Ação - Realizar armazenamento e distribuição de imunobiológicos e insumos, por meio das Unidades Regionais de Saúde, para garantia dos serviços de imunização humana e animal e Adquirir e distribuir seringas e agulhas para aplicação de vacinas nos municípios, por meio das Unidades Regionais de Saúde; Armazenamento e distribuição de imunobiológicos e insumos, dentre eles, seringas e agulhas para execução da vacinação humana e animal, para os 217 municípios, por meio das Unidades Regionais de Saúde;

Ação -Armazenar e distribuir coleiras para controle da leishmaniose visceral canina, para os municípios que foram contemplados no projeto do Ministério da Saúde: Armazenamento e Distribuição de coleiras para o controle da leishmaniose visceral canina para 8 municípios do Estado contemplados no projeto do Ministério da Saúde. Atividade realizada parcialmente em decorrência de alguns municípios apresentarem dificuldade na realização de ações específicas para o encoleiramento dos animais;

Ação -Realizar mobilização social para sensibilizar a população do Estado quanto às medidas de prevenção e controle de doenças e agravos, prevenção de acidentes, violência e promoção da saúde e fatores de risco: Foram realizadas ações de mobilização social referentes às campanhas de luta contra a hanseníase, tuberculose, mobilização social pelo Dia Mundial de Atividade Física e da Saúde em São Luís, mobilização alusiva à Semana Nacional do Trânsito, Dia Mundial das Pessoas Vítimas de Acidentes de Trânsito e Gincana do Caminhoneiro. Também foram realizados mutirões de vacinação contra a Covid-19, contra a influenza, Sarampo, Poliomielite para população específica, e também multivacinação em datas festivas e do Projeto Mais Saúde;

Ação -Realizar treinamento, oficinas e seminários para qualificação de profissionais de saúde dos sistemas municipais de saúde, das regionais de saúde e da vigilância epidemiológica estadual: Foram contemplados os 217 municípios nas ações de treinamento, capacitações, oficinas e seminários tanto presenciais quanto on-line para atualização das ações de Vigilância Epidemiológica e análise de Sistemas de informação em Saúde, visando qualificar os profissionais quanto a prevenção, promoção e assistência das áreas de Sarampo/Rubéola, Paralisia Flácida Aguda, Tuberculose, Meningites, Dengue, Chikungunya e Zika, Doenças de Veiculação Hídrica, Influenza, Raiva, Esquistossomose, Animais Peçonhentos, Leptospirose, Leishmanioses, Hanseníase. Para os Sistemas de Informação em Saúde SINAN/SIM/SINASC, Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar e para as coordenações dos programas de controle de Doenças Não Transmissíveis. Foram realizadas também oficinas para realização de busca retrospectiva e prospectiva dos casos de sarampo e paralisia flácida;

Ação -Desenvolver pesquisas e realizar inquéritos para gerar conhecimento sobre a situação epidemiológica de doenças e agravos: Foram realizadas Pesquisa para o monitoramento entomológico em áreas de encoleiramento em 03 municípios; Pesquisa para identificação de espécies de leishmanias causadoras da leishmaniose tegumentar em 28 municípios; Pesquisa da espécie de flebotomíneos nos 217 municípios; Inquérito sorológico para leishmaniose visceral canina em 03 municípios; Pesquisa sobre a utilização do aplicativo para acompanhamento de casos de leishmanioses na atenção primária no município de Pinheiro/MA. Foram realizadas duas pesquisas sendo uma sobre a vacinação contra Covid-19 no estado do Maranhão, e outra sobre Eventos Supostamente Atribuíveis a Vacinação ou Imunização (ESAVI);

Ação- Realizar monitoramento e supervisão das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos, prevenção de violências e acidentes e promoção da saúde em todo o Estado¿: Foram realizadas ações de monitoramentos on-line, presencial e supervisões aos municípios para o acompanhamento e orientações referentes às zoonoses, doenças endêmicas, arboviroses, tuberculose, influenza, Covid-19, hanseníase entre outros, assim como das doenças não transmissíveis e ainda dos sistemas de informação que subsidiam os programas para conhecimento e análise dos dados para tomada de decisão, com ênfase às novas doenças como MPOX Varíola do macaco), as hepatites por causa desconhecida e as novas subvariantes da Covid-19;

Ação -Elaborar e divulgar boletins informativos, notas técnicas, planos contingenciais e demais documentos necessários referentes à prevenção e controle de doenças e agravos, prevenção de acidentes e violências, promoção da saúde e respostas rápidas às emergências de saúde pública¿: Foram elaborados documentos para conhecimento e divulgação de informações, por meio de cards, nota informativa, boletim epidemiológico, Informativos de Distribuição, Ad Referendum de vacinação Pediátrica contra a Covid-19 e doses de reforço nos municípios do Estado;

Ação Promover atividades de prevenção e promoção à saúde aos municípios no enfrentamento de emergências de saúde pública, enchentes e desastres¿: Apoio aos municípios nas ações de Vigilância Epidemiológica no enfrentamento da pandemia do Covid-19 na ocorrência de enchentes causadas por fortes chuvas no período, de forma a prevenir possíveis doenças de veiculação hídrica e ainda pelo risco de acidentes por animais peçonhentos, leptospirose e raiva. Reforçamos que estas ações ocorrem de forma integrada com outros setores.

Ação- Realizar as atividades do projeto "Mais Saúde Animal" em 5 Unidades Regionais de Saúde: As ações do Projeto Mais Saúde Animal foram realizadas em 11 municípios, onde foram disponibilizadas consultas, vacina antirrábica animal (cães e gatos), teste rápido canino para leishmaniose visceral e encoleiramento (coleira anti parasitária preventiva). Em 2022, foram realizadas no Serviço de Verificação de Óbito (SVO) de São Luís, Imperatriz e Timon, 3.359 necrópsias para esclarecimento de causas de óbitos. A Vigilância Epidemiológica tem como propósito o fortalecimento das ações de Vigilância, visando a prevenção e controle de doenças e agravos, limitação dos riscos à saúde e redução das taxas de mortalidade materna, infantil e outros óbitos por causas evitáveis. No entanto na mortalidade geral, prevalecem as doenças crônicas degenerativas como cânceres, cardiopatias, diabetes. Apresenta ainda altas taxas de incidência de doenças infecciosas, como Hanseníase, Tuberculose, Dengue, Chikungunya, Leishmanioses, entre outras. Observou-se a nível estadual que algumas ações programadas pelos setores utilizaram novas estratégias para o monitoramento e assessoramento técnico aos municípios, e nas Regionais de Saúde ainda são incipientes os Laboratórios de Saúde Pública para descentralização de diagnóstico. No entanto, contribuíram para continuidade das ações de prevenção, promoção e assistência, a descentralização de ações, capacitações, distribuição de insumos, monitoramento e apoio ao nível municipal, que embora seja o executor direto das ações, em alguns deles apresentam fragilidades. Reforçamos que a equipe técnica da SECD é qualificada porém, insuficiente para executar toda a demanda de ações necessárias, inclusive para dar cobertura a serviços que devem ser implantados e implementados.

Importante ressaltar que na ação 12, durante os Relatórios quadrimestrais, foi informado o número de unidades de SVO's (03 unidades - São Luís, Caxias e Timon), aonde deveria ter sido informado o número de investigações para esclarecimentos de causas óbito realizadas, sendo: 1.128 (1º Quadrimestre), 1.166 (2º Quadrimestre), e 1.065 (Terceiro Quadrimestre), totalizando, como foi dito anteriormente, 3.359 investigações.

Meta 1.2.9 Estruturar os espaços físicos da Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças.

Na ação -Garantir insumos, móveis e equipamentos permanentes para melhorar a estrutura da Vigilância Epidemiológica nas 18 regionais de saúde, a aquisição de insumos, como seringas e agulhas descartáveis, já está contemplada na meta 1.2.8. Foram adquiridas 8.950.000 unidades de seringas, no valor de 1,515 milhão de reais, e 8,95 milhões de unidades de agulhas, no valor de R$ 716 mil, o que corresponde ao valor total de 2,23 milhões de reais. Essa aquisição atende todas as regionais de saúde. Todas as despesas foram realizadas com receita corrente de recursos federais, da fonte detalhada 108.50.4000. Houve também aquisição de 5 unidades de freezer vertical de temperatura ultrabaixa, no valor de R$ 200.000,00, e um freezer científico no valor de R$ 18.150,00, para armazenamento de imunobiológicos da Central de Rede de Frio (recursos federais). Ainda na ação 01, foram adquiridos equipamentos de laboratório para ações de análises laboratoriais em parceria com o Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão (LACEN/MA), vinculado à Sec. Adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde (recursos federais). Ainda, foram adquiridas coleiras antiparasitárias para cães, para ações de prevenção e combate à Leishmaniose no estado, no valor de R$ 78.260,00 (recursos do estado).

Na ação -Garantir veículos para melhorar a estrutura da Vigilância Epidemiológica¿ foi realizado contrato de locação de 20 veículos para ação de nebulização espacial, através da metodologia de ultra baixo volume - UBV, no valor de R$ 195.884,74, fonte 108.504000, receita corrente de recursos federais e R$ 623.566,42 em recursos do estado. E ainda na 2ª ação foi realizada aquisição de um caminhão baú cabine simples para transporte de insumos, no valor de R$ 518.490,00, na fonte 308.504000, superávit financeiro de recursos federais e aquisição de um veículo tipo Van, no valor de R$ 329.900,00 (recursos federais).

Para a ação -Melhorar as estruturas da Vigilância Epidemiológica, na SECD (Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças) e Unidades Regionais de Saúde (URS): foi considerado o que foi feito de melhoria e contribuído com a execução das ações da Epidemiologia. Dessa forma, foi registrada uma contratação para manutenção dos dois elevadores do prédio Almere, no valor de R$ 20.400,00, na fonte 108.504000, receita corrente de recursos federais; locação do prédio Almere, onde abriga as instalações da Sec. Adjunta da Política de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, no valor de R$ 416.000,00 na fonte 108.504000 (receita corrente de recursos federais) mais R$ 832.000,00 com recursos do Estado (Ações e Serviços Públicos da Saúde); Manutenção de máquinas e equipamentos da Rede de Frio (18 regionais de saúde, mais a central estadual), no valor de R$ 440.726,93, com recursos do Estado (Ações e Serviços Públicos da Saúde); ainda nessa 3ª ação, locação do prédio que abriga as instalações da CECOVE (Central Estadual de Controle de Vetores), no valor de R$ 120.000,00, com receita corrente de recursos federais, da fonte 108.504000. Outra despesa realizada nessa ação foi a manutenção preventiva e corretiva de máquinas pesadas UBV, no valor de R$ 1.713.064,52, recursos do estado. Consideramos, ainda, os serviços de gerenciamento e manutenção da rede de Serviços de Verificação de Óbitos como melhorias da estrutura da Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças - SECD, despesas no valor de R$ 1.048.261,12, recursos do estado. Também, serviço de coleta e destinação final de resíduos químicos, a serem realizados na URS de Rosário e prédio CECOV, no valor de R$ 360.500,00, recursos federais. Houve despesas com o Projeto gestão e fortalecimento das ações de Vigilância Epidemiológica (Termo de Colaboração nº 01/2019), no valor de R$ 726.041,93, recursos federais.

Não tivemos execução das ações -Estruturação/reforma da Central Estadual de Controle de Vetores (CECOVE) e Implantação de Unidade Móvel de Vigilância e Controle de Zoonoses para o Estado.

Meta 1.2.10. Apoiar os municípios para a ampliação do acesso às ações e serviços de prevenção, diagnóstico, tratamento do HIV, Sífilis e Hepatites Virais das populações -chaves, prioritárias e gestantes e outros.

Ainda há muitos desafios, mas muitas conquistas foram alcançadas, como a testagem rápida e as ações de prevenção combinada. O Governo tem reunido esforços para transpor as barreiras que dificultam o acesso integral à saúde e alcançar essas metas no tempo previsto. Resultados positivos confirmam que o estado está seguindo na direção certa. A meta alcançada do indicador foi 52,54% de municípios beneficiados.

Meta 1.2.11. Ampliar a cobertura de Testagem Rápida para Sífilis.

Para que metas e ações vinculadas à redução da transmissão vertical da sífilis sejam exitosas, faz-se necessário o envolvimento de gestores, profissionais de saúde pública e privada, sociedade civil, universidades e veículos de comunicação e outros.

Em resposta aos desafios para o controle da epidemia de sífilis, o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, elaborou diversas ações estratégicas para redução da sífilis, destacando a importância das ações conjuntas de vigilância e assistência no enfrentamento do agravo e prevenção da sífilis.

Meta 1.2.12 Implantar Serviços de Referência Estadual para os pacientes portadores de Hepatites Virais.

A Gestão Estadual busca ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde no tratamento a pessoas diagnosticadas com as Hepatites Virais, com objetivo de reduzir de forma significativa a ocorrência de novos casos de hepatite e a mortalidade associada às hepatites B e C, principalmente.

Apesar de haver dificuldades pontuais na execução de algumas ações, o que dificultou o alcance de 100 % das metas de enfrentamento às Hepatites, irá se buscar realizar ações que envolvam: educação permanente em saúde, fortalecimento da parceria com municípios e sociedade civil, qualificação de profissionais de saúde, informações estratégicas em saúde, ampliação dos comitês de investigação de transmissão vertical de sífilis e ações de comunicação em saúde.

OBJETIVO Nº 1.3 - Fortalecer a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, buscando a garantia de atendimento integral e efetivo às pessoas que sofrem em decorrência de transtorno mental e uso indevido de drogas.

Meta 1.3.1 Garantir apoio institucional aos municípios nas ações da Política de Saúde Mental.

Durante o ano de 2022, surgiram ações que não estavam planejadas, mas foram incluídas devido a mudanças ministeriais do programa da área de saúde mental ou inclusão de pautas governamentais relevantes: 1.Implantação de Serviços EMASEM (Equipe Multiprofissional em Saúde Mental); 2.Início das ações do Programa de Planificação em Saúde Mental com treinamento para execução da planificação na região de Caxias, contemplando 07 municípios; 3.Monitoramento Sismental e Escuta Territorial acerca das demandas de saúde; 4.Início de implantação e repasse do projeto de Matriciamento a partir do recurso ministerial.

Ações não programadas: Mostra Científica da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, com o tema: "Ciência, saúde e cuidado no cotidiano do SUS no Maranhão" com trabalhos aprovados. Justifica-se que as ações programadas não foram concluídas em 100%, devido à implantação do Protocolo de Atenção Primária em Saúde Mental encontrar-se em revisão para ser implantado em Janeiro /2023, alcançando a meta do indicador de 64,51% de municípios beneficiados.

Meta 1.3.2 Garantir avaliação e acompanhamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei que cumprem medidas terapêuticas aplicadas pelo judiciário.

Devido ao aumento da demanda judicial no programa, persiste a necessidade de ampliação da equipe de profissionais, principalmente na equipe de referência (São Luís). A meta de ações alcançou o índice de 100% realizadas e o indicador foi de 188,57% de número de pessoas acompanhadas.

Meta 1.3.3 Promover ações em Saúde Mental e de prevenção ao uso de drogas.

Nesse período, tivemos ações com bastante relevância que não estavam no planejamento como: Janeiro Branco, Dia da Luta Antimanicomial, Dia Mundial da Saúde Mental contra o suicídio e os seminários nas macrorregiões. Apesar dessas ações citadas não estarem no relatório anual de 2022, mas foram ações que impactaram nas ações da política de atenção primária. A

meta alcançada foi de 81,82% do número de ações programadas.

Na ação **-Realizar Seminário Estadual sobre Drogas nas 3 macrorregionais**: não foi realizado o seminário Estadual sobre Drogas, evento esse que tem previsão de ser realizado em Janeiro/2023. O seminário Setembro Amarelo é considerado de grande relevância para os municípios.

OBJETIVO Nº 1.4 - Fortalecer a Atenção à Saúde Materno Infantil

Meta 1.4.1 Reduzir a taxa de mortalidade infantil.

A meta prevista para 2022 não foi atingida. Contudo, realizamos todas as atividades programadas na PAS, pelo Departamento de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, tendo um acréscimo de ações no que diz respeito à Iniciativa Hospital Amigo da Criança, o que gerou um impacto significativo com a renovação do Selo em 3 hospitais e habilitação de 3 novas maternidades, sendo: Maternidade Benedito Leite, Maternidade Nossa Senhora da Penha e Maternidade de Paço do Lumiar. Ressalta-se também as ações sobre a linha de cuidado dos 1.000 dias que foram desenvolvidas em 2 regionais: Santa Inês e Zé Doca, no Hospital Tomaz Martins e Hospital Regional de Carutapera, respectivamente. Nesta ação, a qualificação e intervenção na sala de parto resultou na redução de óbitos infantis de 28 para 15 no município de São Santa Inês no decorrer do ano, e com ações sistemáticas de intervenção no município de Carutapera no período de 2 meses com estabilização e transferências seguras dos Recém-Nascidos, que necessitaram de atenção mais especializada.

Por outro lado, enfatizamos que o indicador de redução da TMI (Taxa de Mortalidade Infantil) não foi atingido, em razão, também, da redução do número de nascidos vivos no estado do Maranhão, que ficou inferior ao ano de 2021, ou seja, o NV 2021 foi de 108.611 e no ano de 2022 está em 89.455, resultando em um declínio significativo de nascidos vivo no MA. Concluímos o ano de 2022 com a taxa de 15,65 de mortalidade infantil.

Fonte:SIM/SINASC/CONECTA - 24.01.2023

Meta 1.4.2 Reduzir o número de óbitos maternos.

Concluímos o ano de 2022 com o número de 62 óbitos maternos, o que indica que a meta de mortalidade materna (que o valor que era de 74 óbitos) foi superada em 17%. Essa diminuição se atribuiu às ações estratégicas, dentre elas podemos citar: qualificação de assistência ao pré-natal para profissionais da Atenção Primária em Saúde, com foco na estratificação de risco da gestante; ampliação de ambulatórios especializados, com perfil de atendimento materno infantil nas regiões de saúde; ampliação de leitos obstétricos e neonatais, que impactaram diretamente na redução.

Meta 1.4.3 Garantir o acesso ao pré-natal por meio do Cheque Gestante.

Durante todo o ano de 2022, foram realizados o pagamento de 24.302 benefícios para gestantes que cumpriram as condicionalidades descritas em portaria do programa.

Meta 1.4.4 Garantir o atendimento materno infantil para grupo de risco, em municípios de atuação da Força Estadual de Saúde.

O Programa da Força Estadual de Saúde teve seu contrato finalizado em dezembro de 2021 e o novo contrato só teve início, após realização de seletivo, em fevereiro de 2022. Dessa forma, houve 40 dias sem atendimentos, o que não estava na programação. Outro problema encontrado foi a necessidade de remanejar algumas equipes para ações prioritárias do governo, tais como: Missão Vacina Covid-19 e atendimento nos municípios acometidos pelos desastres hidrológicos. Esse remanejamento também contribuiu para uma redução do número de atendimentos programados na PAS 2022.

Destaca-se o acompanhamento de pré-natal e das crianças pelas equipes FESMA com enfoque naquelas de alto risco, com ações de atenção primária e vigilância em saúde, além do direcionamento, quando necessário, aos serviços de atenção especializada e também para o acesso à medicamentos e imunização. As atividades foram desenvolvidas nos territórios, no domicílio e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), tendo como áreas de atuação as localidades mais remotas, de mais difícil acesso e, preferencialmente, sem cobertura da atenção primária em saúde.

OBJETIVO Nº 1.5 - Garantir aos usuários do SUS, acesso aos medicamentos contemplados nos Componentes Básicos, Especializados, Estratégicos da Assistência Farmacêutica e dos Programas da SES-MA

Meta 1.5.1 Ampliar o acesso aos medicamentos especializados e padronizados aos usuários.

O processo de ampliação do acesso aos medicamentos especializados e padronizados no em 2022 passou por diversas fases, que foram desde o atingimento das metas da SES/MA, ao atendimento a mandados judiciais, programas de Saúde Prisional e outros. Foram iniciados os processos de aquisição e também de itens que foram desertos ou fracassados.

Meta 1.5.2 Garantir a distribuição de fórmulas especiais a crianças com alergia e/ou intolerância alimentar.

Trata-se do "Programa Leite Especial", disponibilizado a todo usuário devidamente cadastrado no programa. Em 2022, foram atendidos 10.706 usuários. O monitoramento acontece com vistas nas metas e ações devidamente pactuadas e previstas.

Meta 1.5.3 Descentralizar as ações da Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados.

A descentralização da Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados (FEME) se dá por meio da implementação de novos polos de dispensação da FEME. Em 2022, ocorreu apenas uma descentralização, por meio da unidade de Caxias, em 05/07/2022.

Meta 1.5.4 Garantir o acesso aos medicamentos as pessoas privadas de liberdade.

Trata-se dos recursos do componente básico da assistência farmacêutica, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade. Em 2022, foram beneficiadas 11.418 pessoas privadas de liberdade em todo estado.

OBJETIVO Nº 1.6 - Desenvolver as ações de enfrentamento ao Coronavirus, para redução de incidência no Estado

Meta 1.6.1 Reduzir a taxa de incidência do COVID19.

Meta 1.6.2 Reduzir a taxa de incidência do COVID19

As ações de fiscalização pela Vigilância Sanitária em estabelecimentos comerciais, casas de eventos e outros foram intensificadas em anos anteriores, quando a pandemia de COVID-19 estava em alta. Hoje, por conta da vacinação avançada na população, essas ações fazem parte da fiscalização de rotina. Da mesma forma, as campanhas de prevenção contra a COVID -19 já fazem parte das ações de rotina no combate à doença.

Foram apoiados 44 municípios que apresentaram baixa resolutividade em desenvolver as ações de prevenção e controle da COVID-19, principalmente no que se refere ao alcance da meta de vacinação. O monitoramento de casos e óbitos se dá nos 217 municípios, conforme ocorrência de casos e óbitos, visto ser realizado o monitoramento dos dados para inclusão nos boletins diários, assim com o monitoramento de novas variantes, que é um monitoramento sistemático da aplicação de vacinas na população.

Em decorrência da estabilização da doença, foi feita uma atualização do Plano Estadual de Vacinação. Foram oferecidas 16 capacitações para os profissionais de saúde visando o aperfeiçoamento e boas práticas principalmente na vacinação. A COVID-19 permanece como um problema de Saúde Pública a as ações são realizadas rotineiramente pelos diversos setores da Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças (SECD), Superintendência de Atenção Primária em Saúde (SAPS), Superintendência de Vigilância Sanitária (SUVISA) e Secretaria Adjunta de Assistência à Saúde (SAAS).

DIRETRIZ Nº 2 - Fortalecimento da Assistência de Média e Alta Complexidade, de forma ascendente e regionalizada, contemplando as demandas especificas das regiões de saúde, aperfeiçoando o sistema de regulação, garantido a oferta de serviços de saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Garantir a integralidade da assistência dos serviços de média e alta complexidade aos usuários do SUS.

Meta 2.1.1 Prestar o atendimento ambulatorial e hospitalar aos usuários do SUS por intermédio dos serviços de saúde nas unidades próprias.

A oferta de serviços aos usuários do SUS no estado do Maranhão, no sentido da manutenção e ampliação dos serviços de média e alta complexidade de forma ascendente e contemplando as regiões de saúde do estado no ano de 2022, se deu por meio da execução de metas e ações previamente estabelecidas e que foram desenvolvidas e executadas, considerando o contexto pós - pandêmico de COVID-19. Destaca-se aqui a prestação dos serviços ambulatorial e hospitalar aos usuários do SUS, por intermédio dos serviços de saúde nas unidades próprias do estado.

SAÚDE MENTAL - Hospital de Referência e Centros de Atenção Psicossocial

Foram realizados, no âmbito dos hospitais de referência e Centros de Atenção Psicossocial (Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD (Álcool e Drogas), Centro de Atenção Psicossocial Dr. Bacelar Viana - CAPS III e Hospital Nina Rodrigues), 446.118,00 procedimentos ambulatoriais e hospitalares. Os serviços atendem toda a demanda do estado do Maranhão e estão concentrados na Macrorregião Norte, na capital São Luís.

SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA - Centro, núcleos de hemoterapia e agências transfusionais

Destaca-se aqui a capilaridade do serviço de hemoterapia, desenvolvido por meio de 01 Hemocentro, 08 Hemonúcleos e 10 agências transfusionais na Capital São Luís e demais municípios (Balsas, Bacabal, Barra do Corda, Santa Inês, Caxias, Imperatriz, Pedreiras, Coelho Neto, Codó, Pinheiros, Colinas, Zé Doca, Chapadinha, Gov. Nunes Freire, Itapecuru -Mirim, Açailândia, Viana, Presidente Dutra). Foram realizados 822.029 procedimentos no ano de 2022.

POLICLÍNICAS - Serviços ambulatoriais

A ampliação da oferta de serviços ambulatoriais no estado se concretizou também por meio das Policlínicas com uma gama alargada de cuidados de saúde, incluindo serviços de diagnóstico e de tratamento ambulatorial, sem necessidade de internação. Em 2022, houve ampliação de 05 novos serviços de policlínicas, a saber: policlínicas de Codó, da Criança, de São Bento e do Coroadinho. Foram realizados 3.198.721,00 procedimentos ambulatoriais (consultas médicas especializadas, serviços de apoio, diagnóstico e outros) no ano de 2022.

SERVIÇOS DE PRONTO ATENDIMENTO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - Unidades de Pronto Atendimento - UPAs

Os serviços de Pronto Atendimento também se deram por meio das Unidades de Pronto Atendimento - UPA, que fazem parte da Rede de Atenção às Urgências (RAU). As UPAs concentram os atendimentos de saúde de complexidade intermediária, e no ano de 2022 mantiveram sua estrutura simplificada com base nos projetos originais, bem como sua oferta de serviços: raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Os serviços estão distribuídos nos municípios de Codó, Coroatá, Imperatriz, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Timon e São Luís. Foram realizados 7.335.644,00 procedimentos nas UPAs.

MATERNIDADES E HOSPITAIS REGIONAIS COM PORTA DE URGÊNCIA PARA OBSTETRÍCIA

Com base na diversidade de unidades hospitalares, destacam-se aqui as maternidades e os hospitais regionais com porta de urgência para obstetrícia, contemplando as 3 macrorregiões de saúde, norte, leste e sul. Em 2022, foram realizados 6.583.327 procedimentos ambulatoriais e hospitalares, nos municípios de Alto Alegre do Maranhão, Balsas, Barreirinhas, Carutapera, Colinas, Coroatá, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Morros, Paulino Neves, Santa Luzia do Paruá, São Luís, Timbiras e Timon.

HOSPITAIS REGIONAIS COM PORTA DE URGÊNCIA E DE REFERÊNCIA

A rede de serviços conta com os hospitais de média e alta complexidade, com uma diversidade de serviços e especialidades e com perfis diferenciados como: hospitais gerais, hospitais gerais com porta de urgência para ortopedia, hospitais gerais com porta de urgência para oncologia, distribuídos nos diversos municípios e regiões de saúde. Em 2022, foram realizados 6.037.553 procedimentos ambulatoriais e hospitalares. Destaca-se, também, 573.339 procedimentos desenvolvidos nos hospitais de referência para Oncologia, localizados nos municípios de Caxias e São Luís.

CENTROS DE ESPECIALIDADES

Destacam-se os serviços do Centro de Especialidade NINAR (Casa de Apoio) e o Centro de Assistência à Saúde - Shopping da Criança, com 215.263 procedimentos ambulatoriais para usuários específicos.

CENTROS DE REABILITAÇÃO

Os Centros de Reabilitação localizados na capital São Luís, Centro Especializado de Reabilitação do Olho D'água - CER III e o Centro Especializado em Reabilitação Cidade Operária, realizaram um total de 661.141 procedimentos ambulatoriais em 2022.

Meta 2.1.2 Garantir o atendimento aos usuários em assistência odontológica especializada pelo SORRIR.

Em 2022, o Projeto Sorrir permaneceu com sua oferta de Serviços Odontológicos Ambulatoriais, no nível eletivo e da urgência e emergência, com diversas especialidades, como endodontia, prótese, clínico geral, estomatologia, ortodontia, PNE, dentística, odontopediatria, bucomaxilo, periodontia, e os serviços de apoio diagnósticos - SADTs. Houve uma expansão de serviço com a inauguração da Unidade Sorrir - Caxias, no mês de junho de 2022. Foram realizados 296.632 procedimentos no âmbito das unidades do projeto.

Meta 2.1.3 Ampliar leitos de UTI Adulto e Leitos de Retaguarda.

A ampliação dos leitos de UTI e retaguarda ocorreu com a ampliação e implementação de novos serviços, além de apoio técnico financeiro em municípios, em diversas unidades de saúde de média e alta complexidade. Durante o ano de 2022, foram implantados 151 leitos no Hospital da Ilha, em São Luís; houve a ativação de serviços do Hospital de Pedreiras, totalizando 60 leitos; foi inaugurado o Hospital de Barra do Corda, ativando 74 leitos; o Hospital de Presidente Médici começou a funcionar, com 26 leitos ativos; também houve apoio técnico e parcerias com municípios, o que resultou na ativação de 35 novos leitos.

Meta 2.1.4 Estruturar o modelo de regulação estadual.

Tem-se como entendimento que o percentual de solicitações de internações e serviços ambulatoriais regulados e atendidos é de 84%, sendo este uma média de todas as solicitações atendidas do ano de 2022 para os serviços de leitos e ambulatoriais.

Meta 2.1.5 Ampliar os serviços de média e alta complexidade nos Hospitais Regionais.

Em 2022, a ampliação dos serviços de média e alta complexidade se deu por meio da implementação do Hospital Regional de Viana (com 10 serviços obrigatoriamente essenciais), do Hospital da Ilha, do Hospital Regional de Açailândia e de policlínicas com serviços ambulatoriais e de apoio diagnóstico.

Meta 2.1.6 Garantir os procedimentos de deslocamento e ajuda de custo aos pacientes para tratamentos fora domicílio em outra Unidade da Federação - TFD.

Em 2022, os processos de solicitação para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), assistência funerária, agenciamento de viagens e ajuda de custo para alimentação e pernoites de pacientes e acompanhantes em tratamento fora do domicílio ultrapassaram a meta prevista.

Meta 2.1.7 Prestar o atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade aos usuários do SUS por intermédio dos estabelecimentos de saúde de natureza pública municipal e privadas contratualizadas.

A prestação dos serviços ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, por meio dos estabelecimentos de saúde de natureza pública municipal e privada, contratualizou 45 novos serviços como complemento à Rede estadual de Saúde e acompanhou a produção de 54 estabelecimentos de saúde de natureza pública municipal e privada contratualizada. Em 2022, foram realizados 2.101.774 procedimentos nos estabelecimentos de natureza pública municipal e privada.

Meta 2.1.8 Garantir apoio aos municípios nos serviços de atendimento móvel de urgência.

O apoio aos municípios, por meio dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), contemplou 43 municípios em 2022. No último ano, também foram acompanhadas e monitoradas 34 bases descentralizadas do SAMU.

OBJETIVO Nº 2.2 - Ampliar a doação e a captação de órgãos e tecidos com a finalidade de ampliar a realização de transplantes no Estado.

Meta 2.2.1 Implantar Organizações de Procura de Órgãos (OPO).

Saiu a PORTARIA GM/MS No 4.442, de 21 de dezembro de 2022, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão, referente ao incentivo para implantação de três Organizações de Procura de Órgãos e Tecidos - OPO. Em 2023 será executado a implantação das três OPOs.

Meta 2.2.2 Implementar o número de notificações de potenciais Doadores em Morte Encefálica.

A Central Estadual de Transplantes do Maranhão executou ações para ampliar o número de notificações por milhão de população. No cenário nacional, tivemos um aumento, se compararmos as estatísticas de 2022 às do ano anterior. No entanto, precisamos implementar mais ações como: 1. Implantação das três Organização de Procura de Órgãos (OPOs); 2. Compromisso dos hospitais notificantes na implantação de comissões intra-hospitalares; 3. Trabalhar e pactuar ações com os hospitais macrorregionais; 4. Responsabilização compartilhada da Política Estadual de Transplantes com os municípios.

Meta 2.2.3 Ampliar o número de Doadores Efetivos de Órgãos.

Para atingir essa meta de ampliar o número de doadores efetivos, somente realizar campanhas e outras atividades educativas não é suficiente. Nosso estado ainda precisa de uma estrutura bem definida para que possamos aumentar o número de doadores e converter em doação efetivada. Alguns fatores contribuiriam para o alcance dessa meta:

1. Melhorias estruturais nos hospitais notificantes (falta recursos humanos, equipamentos e insumos para manutenção dos potenciais doadores que terminam apresentando parada cardiorrespiratória antes da abertura e conclusão do protocolo de morte encefálica); 2. Pactuação na rede para estruturação dos serviços ligados à Central Estadual de Transplantes; 3. Comprometimento do Centros Transplantadores Credenciados com a Política Estadual de Transplante

OBJETIVO Nº 2.3 - Programar, executar e coordenar a política de sangue, seus componentes e derivados no Estado do Maranhão no âmbito da hemoterapia e de hematologia clínica, incluindo suporte diagnostico e atendimentos multidisciplinares

Meta 2.3.1 Aumentar o número de procedimento destinados a obtenção do sangue, seus componentes e derivados.

No âmbito das ações desenvolvidas para aumentar o número de procedimentos destinados à obtenção de sangue, seus componentes e derivados, foram desenvolvidas 108.302 capacitações e

triagens com candidatos à doação. Também foram realizadas 82.940 doações e coletas de bolsas de sangue.

Meta 2.3.2 Aumentar o número de consultas médicas em atenção especializadas.

Na composição da Política de Sangue no estado do Maranhão, destacam-se aqui as consultas médicas em atenção especializada. Em 2022, foram realizadas 16.338 consultas hematológicas, 3.280 consultas pediátricas e 6.851 consultas em clínica médica.

Meta 2.3.3 Aumentar o número de atendimentos multidisciplinares em atenção especializadas.

Na composição da Política de Sangue no estado do Maranhão, destaca-se aqui os atendimentos multidisciplinares a pessoas portadoras de hemopatias. Em 2022, foram realizados 15.739 atendimentos multidisciplinares, com assistentes sociais, dentistas, psicólogos e nutricionistas.

OBJETIVO Nº 2.4 - Reduzir a incidência e a morbimortalidade da população maranhense, por meio de ações de combate ao câncer

Meta 2.4.1 Garantir a os usuários do SUS a realização de procedimentos voltados para o combate ao Câncer.

As ações e procedimentos voltados para o combate ao câncer, primeiramente, importa na preservação e manutenção dos serviços já implantados na rede oncológica do estado. Nela, foram realizados 620.920 procedimentos, com implantação de 2 novos serviços de mamografia; aumento da capilaridade e oferta dos serviços de diagnóstico do câncer de mama e próstata; ativação das equipes de enfermeiros navegadores em 9 regiões de saúde; ativação de ala de enfermaria especializada para pacientes em cuidados paliativos; estruturação de 2 farmácias para dispensação de medicamentos e farmacológicos para alívio da dor, em unidades de referência para oncologia.

OBJETIVO Nº 2.5 - Implantar e Modernizar a Rede Assistencial dos Serviços de Saúde

Meta 2.5.1 Ampliar a rede hospitalar e ambulatorial nas regiões.

A meta estabelecida para obras e reformas das unidades de saúde vinculados à SES, em 2022, finalizou aquém do esperado. Por se tratar de um ano com disputa eleitoral, que culminou na aplicação de vedações legais, houve a necessidade de adiar e reprogramar a entrega e inaugurações das obras voltadas à ampliação da oferta assistencial de saúde.

Meta 2.5.2 Garantir a aquisição de equipamentos hospitalares para as unidades de saúde da região.

A meta estabelecida para obras e reformas das unidades de saúde vinculados à SES, em 2022, finalizou aquém do esperado. Por se tratar de um ano com disputa eleitoral, que culminou na aplicação de vedações legais, houve a necessidade de adiar e reprogramar a entrega e inaugurações das obras voltadas à ampliação da oferta assistencial de saúde.

Meta 2.5.3 Ampliar a cobertura e modernizar a Rede Materno Infantil.

A meta estabelecida para obras e reformas das unidades de saúde vinculados à SES, em 2022, finalizou aquém do esperado. Por se tratar de um ano com disputa eleitoral, que culminou na aplicação de vedações legais, houve a necessidade de adiar e reprogramar a entrega e inaugurações das obras voltadas à ampliação da oferta assistencial de saúde.

DIRETRIZ Nº 3 - Fortalecer a Gestão Pública, por meio da gestão compartilhada nas regiões de saúde, com aprimoramento do planejamento estratégico e dos instrumentos de gestão, garantindo e fortalecendo as instâncias de controle social

OBJETIVO Nº 3.1 - Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, monitoramento e avaliação dos programas de saúde pública estadual e municipal

Meta 3.1.1 Aprimorar a gestão colegiada entre as áreas técnicas com foco no planejamento.

Apesar das dificuldades impostas pelo período eleitoral, a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas (ASPLAN/SES) realizou uma série de reuniões e ações de fomento de planejamento, podendo ser destacadas as seguintes: reunião sobre Financiamento no SUS com os pontos focais de Planejamento Estratégico; oficina de trabalho, que tratou da Matriz de Coerência (correlação entre o Planejamento Estratégico, a Programação Anual de Saúde 2022 e o PPA) para encaminhamento e validação do Gabinete, o que tornará possível o monitoramento dos Objetivos Estratégicos da Secretaria; oficina para apresentação dos problemas encontrados no fluxo do RDQA; reuniões com a comissão de orçamento do Conselho Estadual de Saúde para avaliação dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) de 2022; reuniões na sede do Conselho Estadual de Saúde, a plenária para apresentação dos RDQAs de 2022; oficina de planejamento estratégico, visando discutir as dificuldades, por parte das áreas técnicas, em acompanhar as atividades da matriz de monitoramento e a elaboração das fichas de indicadores do Plano Estadual de Saúde;oficina sobre orçamento com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e da SES; oficina para monitoramento do Plano de Ação dos Produtos do Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS, em parceria com Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC); reunião com técnicos do HAOC para avaliação das ações do Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS, com o intuito de traçar as estratégias do projeto para o ano de 2023; reuniões periódicas com áreas técnicas da SES, com o intuito de monitorar e avaliar ações e subações do PPA. Os RDQAs foram encaminhados à Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) nos prazos estipulados em lei. Foram apresentados os relatórios do 3º quadrimestre de 2021 e 1º e 2º quadrimestres de 2022, na ALEMA.

Meta 3.1.2 Implementar o processo de planejamento do SUS no Estado.

A Assessoria de Planejamento de Ações Estratégicas (ASPLAN/SES) desenvolveu, em 2022, uma série de atividades e coordenou reuniões com o objetivo de implementar o planejamento do SUS no estado. Entre as ações, destacam-se: oficina de trabalho com o Grupo de Planejamento Estratégico, que tratou do ciclo de Planejamento do SUS e seus instrumentos; realização de treinamentos, com o objetivo de qualificar os municípios na elaboração dos instrumentos de planejamento do SUS, sob a ótica do Sistema DigiSUS Gestor. Foram ministradas três capacitações, que contemplaram representantes de municípios das regiões de Caxias, Codó, Timon, São João dos Patos e Bacabal; oficina de trabalho, com os técnicos da Secretaria de Estado da Saúde, para a elaboração da Programação Anual de Saúde (PAS) 2023; reunião com técnicos da ASPLAN/SES, com o objetivo de discutir prazos de acompanhamento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), com a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN); oficina de trabalho, visando qualificar os gestores municipais quanto ao uso do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS); apresentação da Programação Anual de Saúde (PAS) 2023 no Conselho Estadual de Saúde; reuniões com a equipe técnica da SEMS para monitoramento das ações do Projeto de Fortalecimento da Gestão do SUS e traçar estratégias para melhorar a Situação do Maranhão no DigiSUS.

Meta 3.1.3 Fortalecer as ações de Auditoria do SUS.

Foram realizadas 694 auditorias, com a finalidade de: verificar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho para prestação de serviços de saúde e a qualidade dos serviços oferecidos; analisar prontuários dos usuários do SUS que utilizam os serviços médicos especializados na área de Terapia Renal Substitutiva - TRS, modo Hemodiálise, objetivando o pagamento de parcela do Contrato de Nº 315/2018/SES; analisar prontuários dos usuários do SUS que foram regulados para a PROCARDIO, objetivando a prestação de serviços médicos especializados na área de Cardiologia; avaliar e apurar o a quantidade de exames citopatológicos realizados e constatar a capacidade instalada existente; analisar e avaliar a produção de internação hospitalar dos pacientes em tratamento com Radioiodoterapia; averiguar, registrar e avaliar a situação atual do veículo tipo ambulância doado à SEMUS pela SES/MA; analisar e avaliar os serviços prestados de acordo com o contrato nº 285/2017/SES, celebrado entre a SES/MA e a Clínica; analisar prontuários dos usuários do SUS para prestação de procedimentos de radioterapia e mutirão de cirurgias especializadas, conforme contrato N° 346/2020; analisar e avaliar os serviços prestados de exames laboratoriais genéticos, em virtude do contrato Nº 27/2019/SES; verificar e avaliar as instalações físicas da clínica, equipamentos e recursos humanos da Unidade; analisar os prontuários dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, que foram regulados para o Hospital São Marcos por intermédio da Central de Regulação da Regional de Saúde de Timon, objetivando a prestação de serviços médicos especializados na área oncológica na Macrorregião Leste do Estado do Maranhão; constatação in loco dos serviços e apuração do valor correspondente, na competência de dezembro/2021 que o estabelecimento de saúde oferece (exames de Diagnóstico por Imagem, exames de Laboratório Clínico e outros procedimentos especializados); acompanhar as ações e serviços especializados, com foco na promoção e prevenção em saúde, por meio de vistas a redução dos danos físicos e mentais dos usuários do SUS com base nos termos do Convênio nº 001/2022/SES/MA.

Meta 3.1.4 Garantir o monitoramento das ações realizadas nas unidades de saúde.

Visando ao aprimoramento do planejamento estratégico dos diversos instrumentos de gestão, destaca-se aqui o monitoramento das ações realizadas nas unidades de saúde. Em 2022, foram monitoradas 171 unidades de saúde, com foco no monitoramento e avaliação dos serviços contratualizados por meio da Rede Privada, objetivando o credenciamento no CNES e a habilitação financeira.

Meta 3.1.5 Fortalecer as ações de Ouvidoria do SUS no Estado.

Mesmo que só tenha sido possível iniciar a execução das ações da Ouvidoria no mês de agosto de 2022 e a que houve necessidade de readequação da agenda de capacitações da Ouvidoria da SES em 2022, logramos êxito em ultrapassar a meta estabelecida.

Meta 3.2.1 Promover cursos para técnicos da área de saúde pela Escola de Saúde Pública-ESP.

Na ação de Ofertar Cursos de Aperfeiçoamento técnico na área da saúde , foram realizados 10 cursos, o que representa 125% da meta planejada. O crescimento se deu em função do protagonismo da ESP/MA e da grande demanda por cursos pós -pandemia. A ação de Realizar o Curso do EDPOPSUS nos 12 municípios da região de São João do Patos, a meta é 1 curso, sendo equivalente ao que foi planejado.

OBJETIVO Nº 3.2 - Promover capacitação, qualificação e profissionalização dos trabalhadores e trabalhadoras de saúde.

Meta 3.2.2 Apoiar a realização das ações do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde junto aos municípios.

A ação de nº 11 (nº de oficinas realizadas) a meta era de 3 ações e foram realizadas 58, o que representa 1933,33% do total planejado. A meta nº 11 (oficinas realizadas na área de Tecnologias Educacionais nas Ações de Educação Permanente em Saúde), consiste em ações de ambientação do Campus Virtual da ESP/MA, plataforma virtual que permite hospedar, sistematizar e monitorar as ofertas educacionais desenvolvidas pela Escola. Contudo, muitos ainda são os desafios para a inclusão digital. A grande diferença das ações realizadas em relação à meta planejada se deu em função da grande demanda por oficinas de qualificação para o fortalecimento da política de educação permanente em saúde no pós -pandemia.

Já no que se refere à meta 18 (nº de dimensionamento de estágio) que era 6 de ações, foram realizadas 12, ou seja, o dobro do planejado. Isso ocorreu devido ao aumento de instituições de ensino conveniadas, o que acarretou um grande aumento de das solicitações de estágios pelas unidades de saúde e administrativas da rede estadual de Saúde. Surgiram, também, solicitações para novas unidades, daí o aumento de visitas e dimensionamento nos campos de estágio.

Na ação de nº 17 (nº de mapeamentos realizados) a meta foi estipulada em 6 ações e foram realizadas 14.

Meta 3.2.3 Capacitar profissionais de saúde pela Escola de Saúde Pública -ESP.

A ação de nº 10 (nº de profissionais qualificados) a meta era de 25 profissionais qualificados e foram qualificados 862, o que representa 3.448% do que foi planejado, ocorreu devido à grande demanda por qualificação para o fortalecimento da política de educação permanente em saúde no pós -pandemia.

OBJETIVO Nº 3.3 - Fortalecer os espaços de gestão compartilhada e descentralizada para o desenvolvimento das ações de gestão da Secretaria Estadual de Saúde, apoiando a transparência e o controle social.

Meta 3.3.1 Fortalecer as Regionais de Saúde.

Só aconteceram 2 das 4 oficinas programadas para o ano de 2022 , em razão da mudança de gestores nas regionais, e também devido a continuidade da pandemia, que dificultou os encontros e prejudicou a elaboração dos Planos de Trabalhos das Regionais.

Os Planos de Trabalho das Regionais, não foram considerados como meta realizada, uma vez que não ocorreram conforme o programado, que seria uma construção prévia individualizada, realizada por cada Regional, e uma construção em conjunto nas oficinas, levando em consideração as especificidades de cada uma, proporcionando, assim, avanços significativos nos resultados das ações realizadas, se estes estivessem sido efetivamente construídos e validados. Contudo, as Regionais continuaram executando suas ações em 2022 sem a implantação do Plano de Trabalho propriamente dito, mas sem interferir nos resultados.

Em relação às estruturações, as regionais foram contempladas com materiais e equipamentos de acordo com a necessidade de cada uma e a disponibilidade da Secretaria de Estado da Saúde.

Meta 3.3.2 Acompanhar as ações pelas Unidades Regionais de Saúde.

No que se refere às ações de 2022, as Unidades Gestoras Regionais de Saúde foram monitoradas e acompanhadas dentro das possibilidades, juntamente com as equipes responsáveis, principalmente as ações consideradas de maior urgência pela Gestão.

Meta 3.3.3 Articular com as Comissões Intergestores Regionais (CIR) na gestão de saúde.

As Reuniões CIRs, são reuniões Regionais com os Secretários Municipais de Saúde com a participação dos Gestores Regionais da SES/MA, onde são deliberadas ações e serviços a serem desenvolvidas em cada município, em algumas reuniões CIR ocorre a ausência de Secretários Municipais de Saúde, mas isso não impede que ocorram com os presentes, as definições e deliberações das ações para alinhamentos de campanhas e novos serviços em favor dos usuários da região

Meta 3.3.4 Potencializar as ações do Conselho Estadual de Saúde.

Foi elaborado um plano de capacitação para os conselhos municipais, em parceria com pesquisadoras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Escola de Saúde Pública do Maranhão (ESP/MA) que, devido à realização das três Conferências Macrorregionais de Saúde Mental e da 5ª Conferência de Saúde Mental e do período eleitoral, foi reprogramada para 2023. A diagramação do material está pendente para que a confecção seja solicitada. Todas as outras ações foram reprogramadas para 2023.

3.3.5 Potencializar as ações do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.

O ano de 2022 do Conselho Estadual de Políticas sobre drogas foi marcado pelo processo de nomeação e posse da nova diretoria no 1º semestre. Pela 1ª vez, a sociedade civil assume a presidência do CEPD em 09/05/2022. Embora seja um marco histórico do Conselho, esse processo atrasou as ações previstas para serem realizadas no ano. Ultrapassada essa etapa, realizamos ações importantes para a concretização da Política sobre Drogas do estado, como o Seminário Estadual sobre Drogas, que teve a participação de diversos municípios, e conseguimos debater assuntos relativos à prevenção e ao uso de drogas, ao tratamento e reabilitação ao usuário de drogas e o ao processo de repressão ao tráfico. Realizamos, também, apoio institucional a alguns municípios, que conseguiram criar seus Conselhos Municipais sobre Drogas ou estão em processo para criá-los. Esse apoio foi realizado por diversos meios: visitas presenciais aos municípios, via web conferência, via contato telefônico e recebendo os municípios no CEPD. Precisamos, ainda, avançar no acompanhamento do Plano Estadual sobre Drogas, após a nomeação em Diário Oficial do Comitê de Monitoramento, e realizar as visitas nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial. Por fim, atingimos a meta de realização das nossas reuniões ordinárias de 2022, o que facilitou o planejamento para o próximo ano.

DIRETRIZ Nº 4 - Garantir o financiamento público e sustentável ao Sistema Único de Saúde, melhorando o padrão de gastos e qualificando o financiamento tripartite em saúde.

OBJETIVO Nº 4.1 - Garantir os investimentos em ações e serviços de saúde no Estado do Maranhão, ampliando o cofinanciamento, a captação de recursos e aumentando a eficiência dos gastos da saúde

Meta 4.1.1 Ampliar a adesão dos municípios na Política de Cofinanciamento da Atenção Primária (PECAPS).

A política é uma forma de reconhecer o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Os agentes são aqueles profissionais que vão de casa em casa, acompanhando a saúde da comunidade e identificando pessoas em risco para encaminhar ao serviço de saúde, o monitoramento e avaliação dos processos de trabalho e dos resultados, com vistas à ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária, de forma que possa ser acompanhada por toda sociedade, priorizando as populações mais vulneráveis. A meta foi alcançada em 53% no ano de 2022, beneficiando 115 municípios. As ações ajudaram a financiar o custeio das ações e serviços e recursos humanos da Atenção Primária à Saúde, por meio de repasse de recursos financeiros, auxiliando a estimular a organização dos processos de trabalho das equipes a partir das necessidades da população e estabelecendo assim padrões de organização da gestão da APS que possibilitem o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas.

OBS: Diferentemente do que foi informado no 1º RDQA, o município de Nova Olinda não foi beneficiado.

Meta 4.1.2 Garantir o repasse da Farmácia Básica aos municípios.

Trata-se do repasse do Fundo Estadual de Saúde, previsto na Portaria GM/MS nº 1555/2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Em de 2022, foram beneficiados 217 municípios por meio de desembolso mensal do Fundo Estadual de Saúde. Os serviços e os recursos financeiros relacionados à Assistência Farmacêutica estão devidamente previstos nos instrumentos de planejamento do SUS: Plano de Saúde, Programação Anual e Relatório Anual de Gestão.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi **descontinuado** com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.
Para mais informações, consultar a **Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS**

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 19/04/2023.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 06/03/2023.

9.2. Indicadores financeiros

Indicador		Valor
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Estado	36,29 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	50,09 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	3,45 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado	100,00 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado	3,76 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	75,42 %
2.1	Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R$ 516,72
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	7,01 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,84 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	82,09 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,45 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,57 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	13,27 %
3.2	% da receita própria aplicada em ASPS conforme a LC 141/2012	14,67 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 06/03/2023.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	7.409.054.000,00	7.409.054.000,00	13.363.511.987,15	180,37
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	6.181.496.800,00	6.181.496.800,00	11.479.095.122,97	185,70
ICMS	5.404.350.400,00	5.404.350.400,00	10.763.076.800,28	199,16
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do ICMS	83.776.000,00	83.776.000,00	140.696.081,48	167,94
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	693.370.400,00	693.370.400,00	575.322.241,21	82,97
Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD	26.082.400,00	26.082.400,00	56.589.220,48	216,96
ITCD	25.846.400,00	25.846.400,00	56.179.130,63	217,36
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	236.000,00	236.000,00	410.089,85	173,77
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	281.536.800,00	281.536.800,00	680.047.013,09	241,55
IPVA	241.216.800,00	241.216.800,00	615.786.569,78	255,28
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	40.320.000,00	40.320.000,00	64.260.443,31	159,38
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	919.938.000,00	919.938.000,00	1.147.780.630,61	124,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	6.857.893.550,00	6.857.893.550,00	11.137.740.562,10	162,41
Cota-Parte FPE	6.800.000.000,00	6.800.000.000,00	11.054.030.727,33	162,56
Cota-Parte IPI-Exportação	57.893.550,00	57.893.550,00	83.709.834,77	144,59
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	N/A	N/A	N/A	N/A

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	1.527.273.387,50	1.527.273.387,50	3.073.619.403,89	201,25
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	1.372.031.600,00	1.372.031.600,00	2.714.667.901,00	197,86
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	140.768.400,00	140.768.400,00	337.969.109,02	240,09
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	14.473.387,50	14.473.387,50	20.982.393,87	144,97
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (IV) = (I) + (II) - (III)	12.739.674.162,50	12.739.674.162,50	21.427.633.145,36	168,20

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (V)	27.677.474,00	18.996.070,00	18.719.671,79	98,54	18.649.166,79	98,17	16.120.478,18	84,86	70.505,00
Despesas Correntes	27.677.474,00	18.996.070,00	18.719.671,79	98,54	18.649.166,79	98,17	16.120.478,18	84,86	70.505,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	2.273.350.483,00	2.793.934.544,00	2.781.028.187,56	99,54	2.743.250.594,08	98,19	2.685.787.456,49	96,13	37.777.593,48
Despesas Correntes	2.257.950.483,00	2.693.487.611,00	2.682.753.849,00	99,60	2.671.247.995,43	99,17	2.646.230.280,18	98,25	11.505.853,57
Despesas de Capital	15.400.000,00	100.446.933,00	98.274.338,56	97,84	72.002.598,65	71,68	39.557.176,31	39,38	26.271.739,91
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	45.787.257,00	41.599.526,00	41.275.059,07	99,22	36.617.374,02	88,02	26.989.361,40	64,88	4.657.685,05
Despesas Correntes	45.787.257,00	41.599.526,00	41.275.059,07	99,22	36.617.374,02	88,02	26.989.361,40	64,88	4.657.685,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	0,00	760.500,00	759.655,33	99,89	759.655,33	99,89	26.674,00	3,51	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	760.500,00	759.655,33	99,89	759.655,33	99,89	26.674,00	3,51	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	7.114.791,00	11.916.487,00	11.837.814,20	99,34	11.477.013,50	96,31	10.403.668,84	87,30	360.800,70
Despesas Correntes	7.114.791,00	11.916.487,00	11.837.814,20	99,34	11.477.013,50	96,31	10.403.668,84	87,30	360.800,70
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	323.540.995,00	315.816.406,00	313.646.726,64	99,31	303.241.982,77	96,02	282.968.674,85	89,60	10.404.743,87
Despesas Correntes	323.540.995,00	314.334.832,00	312.165.153,97	99,31	302.762.915,10	96,32	282.838.921,44	89,98	9.402.238,87
Despesas de Capital	0,00	1.481.574,00	1.481.572,67	100,00	479.067,67	32,34	129.753,41	8,76	1.002.505,00
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	2.677.471.000,00	3.183.023.533,00	3.167.267.114,59	99,50	3.113.995.786,49	97,83	3.022.296.313,76	94,95	53.271.328,10

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)	3.167.267.114,59	3.113.995.786,49	3.022.296.313,76
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	23.778.113,47	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	3.143.489.001,12	3.113.995.786,49	3.022.296.313,76
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)			2.571.315.977,44
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x % (Constituição Estadual)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)1	572.173.023,68	542.679.809,05	450.980.336,32
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC n° 141/2012 ou % da Constituição Estadual)	14,67	14,53	14,10

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferenç entre o va aplicado al do limite total de R cancelados = ((o + q u))
Empenhos de 2022	2.571.315.977,44	3.143.489.001,12	572.173.023,68	144.970.800,83	23.778.113,47	0,00	0,00	144.970.800,83	0,00	595.951.13
Empenhos de 2021	2.147.545.840,96	2.805.101.602,75	657.555.761,79	383.493.803,90	0,00	0,00	308.681.696,61	20.544.948,08	54.267.159,21	603.288.60
Empenhos de 2020	1.607.589.775,70	2.024.208.016,87	416.618.241,17	250.138.270,44	0,00	0,00	184.608.146,85	17.637.507,16	47.892.616,43	368.725.62
Empenhos de 2019	1.625.430.618,03	1.946.563.567,45	321.132.949,42	244.886.003,99	0,00	0,00	204.831.111,37	21.317.592,98	18.737.299,64	302.395.64
Empenhos de 2018	1.486.905.937,50	1.791.979.031,19	305.073.093,69	21.901.826,64	0,00	0,00	8.043.470,84	1.595.199,19	12.263.156,61	292.809.93
Empenhos de 2017	1.380.979.285,64	1.620.325.736,06	239.346.450,42	137.344.743,50	0,00	0,00	112.035.069,12	0,00	25.309.674,38	214.036.77
Empenhos de 2016	1.400.975.579,87	1.437.132.132,19	36.156.552,32	166.421.533,53	0,00	130.264.981,21	99.368.611,61	0,00	67.052.921,92	-30.896.36
Empenhos de 2015	1.212.433.696,79	1.362.621.026,87	150.187.330,08	111.292.322,31	0,00	0,00	97.973.414,50	122.433,76	13.196.474,05	136.990.85
Empenhos de 2014	1.139.319.382,56	1.293.114.301,19	153.794.918,63	49.926.660,54	0,00	0,00	21.738.148,01	988.596,00	27.199.916,53	126.595.00
Empenhos de 2013	1.046.326.217,06	1.083.677.318,09	37.351.101,03	60.690.272,74	0,00	23.339.171,71	57.685.262,95	0,00	3.005.009,79	34.346.09

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	**30.896.369,60**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	**30.896.369,60**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XVIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVIII)	30.896.369,60	0,00	0,00	0,00	30.896.369,60
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXIX)	30.896.369,60	0,00	0,00	0,00	30.896.369,60

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS

			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX)	442.475.000,00	442.475.000,00	490.602.131,57	110,88
Provenientes da União	442.475.000,00	442.475.000,00	490.602.131,57	110,88
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXXI)	46.071.000,00	46.071.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXII)	0,00	0,00	5.254,55	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXIII) = (XXX + XXXI + XXXII)	488.546.000,00	488.546.000,00	490.607.386,12	100,42

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIV)	3.676.000,00	3.407.944,19	1.780.494,16	52,25	1.582.494,16	46,44	1.582.494,16	46,44	198.000,00
Despesas Correntes	3.676.000,00	3.407.944,19	1.780.494,16	52,25	1.582.494,16	46,44	1.582.494,16	46,44	198.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXV)	410.232.865,00	490.356.160,78	443.642.491,71	90,47	430.999.311,07	87,90	429.601.617,10	87,61	12.643.180,64
Despesas Correntes	363.761.865,00	430.873.162,03	421.450.332,41	97,81	408.976.270,42	94,92	408.828.629,98	94,88	12.474.061,99
Despesas de Capital	46.471.000,00	59.482.998,75	22.192.159,30	37,31	22.023.040,65	37,02	20.772.987,12	34,92	169.118,65
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXVI)	6.688.559,00	10.188.011,09	9.001.338,19	88,35	7.657.167,23	75,16	7.657.167,23	75,16	1.344.170,96
Despesas Correntes	6.688.559,00	9.868.480,06	9.001.338,19	91,21	7.657.167,23	77,59	7.657.167,23	77,59	1.344.170,96
Despesas de Capital	0,00	319.531,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVII)	4.614.379,00	6.373.495,82	3.734.396,43	58,59	3.264.589,38	51,22	3.264.589,38	51,22	469.807,05
Despesas Correntes	4.614.379,00	6.373.495,82	3.734.396,43	58,59	3.264.589,38	51,22	3.264.589,38	51,22	469.807,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVIII)	19.835.709,00	53.667.590,31	29.552.602,19	55,07	27.437.458,64	51,12	27.312.195,82	50,89	2.115.143,55
Despesas Correntes	19.835.709,00	28.207.845,91	24.785.607,19	87,87	23.013.929,64	81,59	22.888.666,82	81,14	1.771.677,55
Despesas de Capital	0,00	25.459.744,40	4.766.995,00	18,72	4.423.529,00	17,37	4.423.529,00	17,37	343.466,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XL)	51.409.488,00	45.527.536,88	41.289.130,96	90,69	41.289.130,96	90,69	41.289.130,96	90,69	0,00
Despesas Correntes	51.409.488,00	45.253.258,00	41.289.130,96	91,24	41.289.130,96	91,24	41.289.130,96	91,24	0,00
Despesas de Capital	0,00	274.278,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XLI) = (XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX + XL)	496.457.000,00	609.520.739,07	529.000.453,64	86,79	512.230.151,44	84,04	510.707.194,65	83,79	16.770.302,20

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLII) = (V + XXXIV)	31.353.474,00	22.404.014,19	20.500.165,95	91,50	20.231.660,95	90,30	17.702.972,34	79,02	268.505,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLIII) = (VI + XXXV)	2.683.583.348,00	3.284.290.704,78	3.224.670.679,27	98,18	3.174.249.905,15	96,65	3.115.389.073,59	94,86	50.420.774,12
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIV) = (VII + XXXVI)	52.475.816,00	51.787.537,09	50.276.397,26	97,08	44.274.541,25	85,49	34.646.528,63	66,90	6.001.856,01

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLV) = (VIII + XXXVII)	4.614.379,00	7.133.995,82	4.494.051,76	62,99	4.024.244,71	56,41	3.291.263,38	46,13	469.807,05
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLVI) = (XIX + XXXVIII)	26.950.500,00	65.584.077,31	41.390.416,39	63,11	38.914.472,14	59,34	37.715.864,66	57,51	2.475.944,25
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVII) = (X + XXXVIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVIII) = (XI + XL)	374.950.483,00	361.343.942,88	354.935.857,60	98,23	344.531.113,73	95,35	324.257.805,81	89,74	10.404.743,87
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLIX) = (XII +XLI)	3.173.928.000,00	3.792.544.272,07	3.696.267.568,23	97,46	3.626.225.937,93	95,61	3.533.003.508,41	93,16	70.041.630,30
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	442.475.000,00	555.537.376,88	508.065.247,20	91,45	491.320.233,50	88,44	490.437.550,24	88,28	16.745.013,70
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (L)	2.731.453.000,00	3.237.006.895,19	3.188.202.321,03	98,49	3.134.905.704,43	96,85	3.042.565.958,17	93,99	53.296.616,60

FONTE: SIOPS, Maranhão27/02/23 14:16:43

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2022 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	1030250188535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R$ 3.144.200,00	1756736,00
	10303501821D9 - ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA	R$ 382.536,00	0,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 1.716.000,00	1716000,00
	10302501820SP - OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	R$ 360.000,00	330000,00
	1030250182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 12.909.682,00	129096820,00
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 437.231.460,59	434186594,44
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 202.317,03	0,00
	1030350174705 - APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R$ 7.963.002,90	7273899,04
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 3.485.978,96	2326902,94
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 22.879.393,12	20161663,56
	10306503320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R$ 130.000,00	1300000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	57.489.173,61	7.461.471,20	64.950.644,81
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00

Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	**57.489.173,61**	**7.461.471,20**	**64.950.644,81**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.048.724,54	14.048.724,54	14.048.724,54
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.641.914,45	1.803.240,10	1.803.240,10
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**17.690.638,99**	**15.851.964,64**	**15.851.964,64**

									CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RE			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Inscrição em 2022 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b**	**Inscrição em 2021 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)**	**Saldo a bimest (Rps inscrit em 202 Saldo a bimest RPs processa i= (a - e)**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	105.109,12	2.033.005,78	2.138.114,90	105.109,12	0,00	0,00	1.958.928,28	74.077,50	0
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Vigilância Epidemiológica	0,00	1.838.674,35	1.838.674,35	19.464,78	1.714.580,47	1.734.045,25	19.464,78	0,00	0,00	466.061,34	1.248.519,13	0
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Total	**0,00**	**1.838.674,35**	**1.838.674,35**	**124.573,90**	**3.747.586,25**	**3.872.160,15**	**124.573,90**	**0,00**	**0,00**	**2.424.989,62**	**1.322.596,63**	**0**

Gerado em 06/03/2023 17:41:21

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	129.468.726,42	129.468.726,42
Total	**0,00**	**129.468.726,42**	**129.468.726,42**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**

Administração Geral	109.900,00	79.120,00	79.120,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	129.358.826,42	129.260.732,33	129.260.732,33
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**129.468.726,42**	**129.339.852,33**	**129.339.852,33**

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RES

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2022 - RPs processados (a)	Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2021 - RPs processados (a)	Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até bimestre (Rps inscritos em 2021) Saldo até bimestre RPs processad i= (a - d e)
Administração Geral	0,00	30.780,00	30.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	98.094,09	98.094,09	2.426.572,75	3.720.583,42	6.147.156,17	2.426.572,75	0,00	0,00	202.163,02	3.518.420,40	0,(
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	1.044.000,00	1.044.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.044.000,00	0,(
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,(
Total	**0,00**	**128.874,09**	**128.874,09**	**2.426.572,75**	**4.764.583,42**	**7.191.156,17**	**2.426.572,75**	**0,00**	**0,00**	**202.163,02**	**4.562.420,40**	**0,(**

Gerado em 06/03/2023 17:41:20

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Neste relatório apresenta-se informações da Execução do Orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no ano de 2022, apresentando também um histórico dos percentuais de recursos próprios aplicados em ações e serviços públicos de saúde no Estado do Maranhão.

O orçamento da Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão (SES/MA) está sendo executado por meio do Fundo Estadual de Saúde. Além deste, ainda existem dois fundos específicos para execução de políticas de saúde, um é um Fundo de Combate ao Câncer e o outro o Fundo de Políticas sobre Drogas.

Pelo Fundo Estadual de Saúde, são alocados os recursos para pagamento de pessoal, manutenção, custeio finalístico e investimentos distribuídos por fontes de recursos (Tesouro Estadual, União e Operações de Créditos) conforme a Lei Orçamentária Anual de 2022. Os outros dois fundos são alocados recursos para desenvolver ações especificas dos próprios fundos. Desse modo, compõe no total 3 unidades orçamentárias.

Como podemos observar nos indicadores financeiros (item 9.2), que 3,45% das transferências totais de recursos para o Estado são de transferências para a saúde, já a participação da União para a Saúde foi de 3,76% do total de transferências da União. No ano de 2022, 75,42% da receita total foi originada de impostos e transferências constitucionais e legais.

Desse modo, as receitas que servem para base de cálculo para o computo do mínimo constitucional aplicado em ações e serviços públicos de saúde, foi de R$ 21.427.633.145,36 realizadas até o 6º bimestre de 2022. Se compararmos com os valores arrecadados no ano de 2021, houve uma variação positiva de 19,73%, ocorrendo uma arrecadação maior em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os quadros do Relatório Resumido de Execução Orçamentária são apresentados considerando as despesas em ações e serviços públicos de saúde, as despesas que não entram da base de cálculo e também as despesas totais em saúde realizado pelo Estado. Nesse aspecto, foram aplicados em ASPS no ano de 2022 um valor de R$ 3.167.267.114,59 e um total de despesas em saúde no valor de R$ 3.696.267.568,23, destes R$ 508.065.247,20 são despesas executadas com recursos provenientes de outros entes. No quadro do item 9.4 referente a execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos fundo a fundo, no ano de 2022 no valor de R$ 490.404.570,60, foram executados 98% desses recursos repassados no ano, demonstrando uma eficiência na execução dos recursos advindos do Ministério da Saúde.

Desse modo, o percentual aplicado em ações e serviços de saúde no ano de 2022 foi de 14,67% das receitas próprias de impostos. Em comparação ao ano de 2021 (15,67%) houve redução, pois a receita do ano de 2022 foi maior que em 2021 como anteriormente apresentado, o que impacta no resultado da proporcionalidade da despesas em relação a receita. Mas em termos absolutos houve uma variação positiva de 12,90%, saindo dos R$ 2,8 bilhões para R$ 3,16 bilhões.

As figuras abaixo representam as despesas com saúde no Estado por fontes de recursos e por área de atuação.

Figura 1 - Percentual das Despesas em Saúde por Fonte



Fonte: Elaboração ASPLAN/SES, com dados do SIOPS/MS. Data: 03/03/2023

Figura 2 - Despesas em Saúde por Área de Atuação

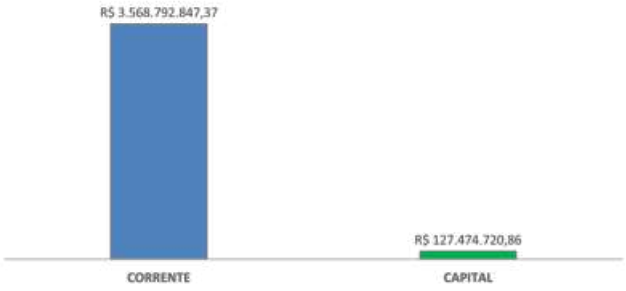


Fonte: Elaboração ASPLAN/SES, com dados do SIOPS/MS. Data: 03/03/2023

Por sua vez, destacamos também as despesas em saúde realizadas nas ações de combate ao Covid 19, apresentadas no item 9.5 e 9.6, demonstrando aplicações com recursos da União e do Tesouro Estadual. No ano de 2022, um montante de aproximadamente R$ 129,5 milhões foram aplicados com recursos próprios e R$ 17,6 milhões com recursos advindos da União. Importante ressaltar que nesse ano foram repassados pouco mais de R$ 7 milhões e um saldo de exercícios anteriores no valor de R$ 57 milhões.

Com as ações de implantação e modernização da rede de serviços de saúde realizadas no Estado, as despesas com investimentos na saúde no ano de 2022 alcançaram a cifra dos R$ 127.474.720,86 considerando despesas com obras e equipamentos.

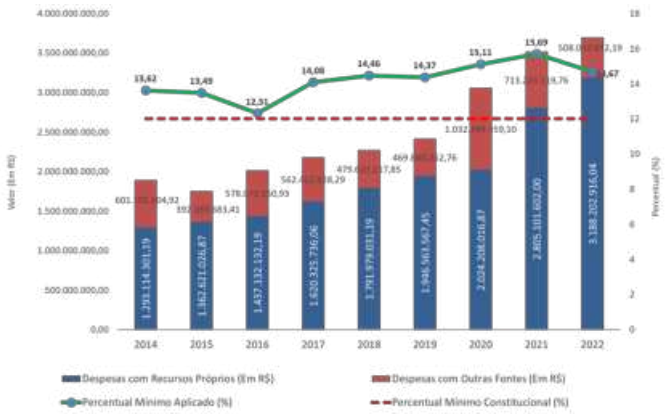
Figura 3 - Despesa em Saúde por Categoria Econômica



Fonte: Elaboração ASPLAN/SES, com dados do SIOPS/MS. Data: 03/03/2023

Por fim, apresentamos uma série história da aplicação dos percentuais mínimos em saúde e a evolução das despesas em saúde no Estado.

Figura 4 - Evolução das Despesas em Saúde e do Percentual Mínimo Aplicado pelo Estado do Maranhão.



Fonte: Elaboração ASPLAN/SES, com dados do SIOPS/MS. Data: 03/03/2023

10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
25000.111853/2020-59	MS/Ouvidoria Geral do SUS	-	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO MARANHAO	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00737.015029/2019-08	Judiciário - determinação	-	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO MARANHAO	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
00737.015029/2019-08	Judiciário - determinação	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
202100005028553	Secretaria Estadual de Saúde	-	IADVH - INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA VIDA HUMANA	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
202100005028553	Gab. do Secretário de Estado de Saúde	-	IADVH - INSTITUTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA VIDA HUMANA	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
25014.000820/2019-91	Componente Federal do SNA	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIS	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 19/04/2023.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 19/04/2023.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Foram realizadas em 2022, 694 auditorias, com a finalidade de: verificar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho para prestação de serviços de saúde e a qualidade dos serviços oferecidos; analisar prontuários dos usuários do SUS que utilizam os serviços médicos especializados na área de Terapia Renal Substitutiva - TRS, modo Hemodiálise, objetivando o pagamento de parcela do Contrato de Nº 315/2018/SES; analisar prontuários dos usuários do SUS que foram regulados para a PROCARDIO, objetivando a prestação de serviços médicos especializados na área de Cardiologia; avaliar e apurar o a quantidade de exames citopatológicos realizados e constatar a capacidade instalada existente; analisar e avaliar a produção de internação hospitalar dos pacientes em tratamento com Radioiodoterapia; averiguar, registrar e avaliar a situação atual do veículo tipo ambulância doado à SEMUS pela SES/MA; analisar e avaliar os serviços prestados de acordo com o contrato nº 285/2017/SES, celebrado entre a SES/MA e a Clínica; analisar prontuários dos usuários do SUS para prestação de procedimentos de radioterapia e mutirão de cirurgias especializadas, conforme contrato N° 346/2020; analisar e avaliar os serviços prestados de exames laboratoriais genéticos, em virtude do contrato Nº 27/2019/SES; verificar e avaliar as instalações físicas da clínica, equipamentos e recursos humanos da Unidade; analisar os prontuários dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, que foram regulados para o Hospital São Marcos por intermédio da Central de Regulação da Regional de Saúde de Timon, objetivando a prestação de serviços médicos especializados na área oncológica na Macrorregião Leste do Estado do Maranhão; constatação in loco dos serviços e apuração do valor correspondente, na competência de dezembro/2021 que o estabelecimento de saúde oferece (exames de Diagnóstico por Imagem, exames de Laboratório Clínico e outros procedimentos especializados); acompanhar as ações e serviços especializados, com foco na promoção e prevenção em saúde, por meio de vistas a redução dos danos físicos e mentais dos usuários do SUS com base nos termos do Convênio nº 001/2022/SES/MA.

O Relatório das Auditorias realizadas em 2022, está anexado no item 11. Análises e Considerações Gerais.

11. Análises e Considerações Gerais

Em 2022, a Secretaria de Estado da Saúde (SES), realizou diversos investimentos na área de saúde, visando a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população

No Programa Saúde para Todos, o trabalho da gestão estadual deu continuidade a ampliação de serviços e entrega de novas unidades da Rede Estadual de Saúde tais como: **Centro de Referência Especializado de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (CREAISPI)** no bairro da Cohab onde são oferecidos exames laboratoriais e de imagem, além de consultas médicas nas especialidades em neurologia, geriatria, cardiologia, psiquiatria e endocrinologia; **Maternidade de Paço do Lumiar,** com os serviços de acompanhamento do pré-natal, atendimento ambulatorial, procedimentos cirúrgicos e assistência ao parto; **Hospital Regional Dr. José de Abreu Silva** em Barra do Corda, atende pacientes do município e região, com demandas de média e alta complexidade, além de ambulatório em ortopedia, cirurgia geral, cardiologia e serviços de apoio diagnóstico; **primeira etapa do Hospital da Ilha** que é referência em emergência e cirurgias eletivas em especialidades como: cirurgia geral, gastroenterologia, urologia, neurocirurgia, ortopedia, cardiologia, vascular, odontologia, oftalmologia, bucomaxilofacial, cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia pediátrica; **Policlínica em Codó,** com a oferta de serviços especializados em saúde no município e na região e conta com especialidades como cardiologia, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, mastologia, neurologia, obstetrícia de alto risco, urologia e pediatria. Os atendimentos incluem suporte de equipe multidisciplinar com profissionais da Assistência Social, Nutrição, Psicologia, Enfermagem e Enfermagem Obstétrica; **em Bacabal o Shopping da Criança,** espaço destinado à oferta de serviços em saúde que atende crianças de 6 a 12 anos, em especialidades como fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, neuropediatria, psicologia, entre outras; **Policlínica do Coroadinho em São Luís,** com consultas nas especialidades de Cardiologia, Ortopedia, Ginecologia, Urologia, Dermatologia, Neurologia, Endocrinologia, Psiquiatria, Reumatologia e Médico da Dor (Anestesista); **Policlínica em São Bento**, com consultas especializadas em áreas como endocrinologia, ginecologia, urologia, obstetrícia com pré-natal, cardiologia, neurologia e pediatria, além de serviços ambulatoriais em dermatologia e exames de imagem; **Policlínica da Criança na Cohab,** oferece serviços ambulatoriais nas especialidades médicas de cardiologia pediátrica, endocrinologia, neuropediatria, otorrinolaringologia infantil, gastropediatria, ginecologia, psicologia, psiquiatria infantil e mastologista; **Unidade de Especialidades Odontológicas do Maranhão (Sorrir), entregue em Caxias,** com atendimento em Odontopediatria e Clínica Geral, além de procedimentos de dentística e outros serviços odontológicos na região; **Policlínica em Caxias** com especialidades como Cardiologista, Endocrinologista, Geneticista, Infectologista, Mastologista, Neurologista, Psiquiatra, Reumatologista, Pneumologista e Médico da Dor e oferecidos exames laboratoriais e de imagem; **Hospital de Traumatologia e Ortopedia de Caxias** composto por 46 leitos adultos, 04 pediátricos, 03 salas de cirurgia e 03 leitos recuperação e oferece serviços de exames laboratoriais e de imagem; **implantação da Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados-FEME na Regional de Saúde de Caxias** que vai beneficiar cerca de 700 pacientes que estão cadastrados para receber medicamentos; entrega da **primeira etapa do Hospital Regional de Açailândia** que conta com serviços de ambulatório e enfermaria, com 60 leitos sendo 50 de internação e 10 de UTI adulto; **Hemodiálise no Hospital Regional de Carutapera** com 04 cadeiras e funcionará em três turnos às segundas, quartas e sextas-feiras; **Hospital da Criança de Presidente Médici** oferece assistência em saúde em pediatria com urgência e emergência a 17 municípios da Região de Zé Doca, com 20 leitos de enfermaria e atendimento ambulatorial; **Hospital Regional de São Mateus** com 50 leitos sendo de clínica médica, cirúrgico; funcionamento da **2ª Etapa do Hospital da Ilha**; **307.943 pacientes** atendidos na **Farmácia Estadual de Medicamentos Especializados-FEME** com medicamentos do componente especializado; **10.706 pacientes atendidos** com fórmulas infantis especiais para crianças com alergia e intolerância alimentar; foram beneficiadas**; 1.367.724 exames laboratoriais realizados** pela Hemomar; **401.789 procedimentos realizados** para obtenção de sangue**,** seus componentes e derivados; **25.095.839 atendimentos ambulatoriais e hospitalares** realizados pelas Unidades de Saúde Próprias do Estado; **296.632 procedimentos realizados** pelo SORRIR**; 346 leitos ampliados de UTI adulto e de retaguarda; 2.101.774 procedimentos** nos estabelecimentos de natureza pública municipal e privada. Realização de **620.920 procedimentos** voltados para o combate ao câncer. **104.224 Pacientes** atendidos pelo Tratamento Fora de Domicílio.

No Programa de Atenção Primária e Vigilância em Saúde destaca-se: realização de **Oficinas para Qualificação dos Profissionais da Atenção Primária;** Oferta de **Cursos Modulares em Práticas Integrativas e Complementares** em **Saúde,** monitoramento e apoio aos municípios que apresentaram maiores dificuldades em **Captação de Recursos por meio do Previne Brasil;** ações de prevenção dos cânceres de colo de útero e mama, coletas de citopatológico e mamografia na faixa etária de rastreamento; **distribuição dos métodos contraceptivos** nos 217 municípios, fortalecendo assim as ações de prevenção da gravidez na adolescência e redução da mortalidade materna e infantil; **acompanhamento da triagem neonatal biológica (teste do pezinho),** 100% dos municípios foram beneficiados com o apoio e fortalecimento no processo de coleta, transporte do teste e monitoramento dos resultados; **Oficinas de Educação popular em saúde** para as comunidades, lideranças quilombolas e gestores de política de promoção da igualdade racial; **1014 pessoas com transtorno mental em conflito com a lei acompanhadas; 172.690 atendimentos às comunidades rurais e de difícil acesso como indígenas, quilombolas e ribeirinhas, pelas equipes da Força Estadual de Saúde - FESMA; 115 municípios beneficiados** com a **Política de Cofinanciamento da Atenção Primária (PCAPS**); **22.410 ações de inspeções, supervisões, monitoramentos, apuração de denúncias e investigações em produtos e serviços de interesse à saúde** pela Vigilância Sanitária**; 1.454 ações realizadas pela Vigilância Ambiental** (VSA) estadual de suporte técnico aos municípios, de acordo com a demanda e necessidade dos mesmos; **271 ações de inspeções/fiscalizações e visitas técnicas pela** Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; **120.469 exames** realizados pelo Laboratório Central de saúde Pública (**LACEN**); **217 municípios apoiados com ações de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças,** como distribuição de coleiras para o controle da leishmaniose visceral canina, distribuição de imunobiológicos e insumos, dentre eles, seringas e agulhas para execução da vacinação humana e animal; realizados mutirões de vacinação contra a Covid-19, contra a influenza, sarampo, poliomielite para população específica; acompanhamento e orientações referentes às zoonoses, doenças endêmicas, arboviroses, tuberculose, influenza, Covid-19, hanseníase entre outros; **114 municípios apoiados** com ações e serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV, Sífilis e Hepatite Virais.

No Programa de Enfrentamento da Mortalidade materno Infantil destaca-se o pagamento de **24.302 gestantes beneficiadas com o cheque cesta básica; 11.615 atendimentos e acompanhamento** de pré-natal e das crianças pelas equipes **FESMA** com enfoque naquelas de alto risco, com ações de atenção primária e vigilância em saúde, além do direcionamento, quando necessário, aos serviços de atenção especializada e também para o acesso à medicamentos e imunização.

Na Gestão da Política de Saúde Pública, citamos a realização de **694 Auditorias** ; **32 ações realizadas pela Ouvidoria;** realizado pela Assessoria de Planejamento **03 treinamentos sob a ótica do Sistema DigiSUS Gestor** para das regiões de Caxias, Codó, Timon, São João dos Patos e Bacabal; **11 Cursos ofertados** para técnicos da saúde pela escola de Saúde Pública; **1.102 profissionais capacitados** pela Escola de saúde Pública; **32 ações** realizadas pelo Conselho Estadual de Saúde; **23 ações realizadas** pelo Conselho estadual de Política sobre Droga.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Considerando que 2022 foi um ano de eleições estaduais e federal, Copa do Mundo e cenário de consequências da pandemia de Covid-19, o que gerou dificuldades na realização de atividades em alguns municípios como supervisões e treinamentos .

No que se refere a recomendações, destacamos a necessidade de revisão das metas para a Programação Anual de 2023. Intensificar as atividades virtuais e realização de ações/atividades presenciais em algumas sedes das Regionais de Saúde. Aumentar o quantitativo de ações educativas na modalidade virtual e melhoria da ferramenta virtual para facilitar o acesso do público alvo. Monitorar e avaliar as ações de saúde executadas pelos municípios, objetivando a melhoria de seus resultados. Divulgar informações, por meio de nota técnica, boletim epidemiológico e outros, visando estabelecer ações referentes à prevenção e controle de doenças e agravos e promoção da saúde.

TIAGO JOSE MENDES FERNANDES
Secretário(a) de Saúde
MARANHÃO/MA, 2022

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

No item 1.7 observado que o número de Conselheiros está incorreto, sendo informado que o nome da presidente do Conselho está em duplicidade.

Introdução

- Considerações:

O Relatório Anual de Gestão foi disponibilizado por meio de email no dia 14 de fevereiro do ano corrente, para otimizar a análise do documento, as informações estão de acordo com a Portaria 2.135 de 2013/GM/MS substituída pela portaria consolidada de nº 1 de 28/09/2017, portanto é o instrumento que apresenta o resultado da execução das ações, metas e indicadores previstos na PAS 2022 e visa demonstrar a execução dos recursos orçamentários e os gastos do exercício de 2022.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

Como as informações desse item são disponibilizados pelo Ministério da Saúde e como os dados não estão atualizados, as análises e considerações foram atualizadas pelos números do ConectaSUS.

Vale ressaltar, que foram apresentados alguns detalhes inovadores e contendo informações solicitadas pelo Conselho em relatórios anteriores como gráficos e complementação de dados.

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

Observa-se que foi reproduzida a tabela de produção da Atenção Básica referente aos anos anteriores. Em 2022 os procedimentos ambulatoriais foi contemplado as ações de Saúde Bucal que apresentou um quantitativo de 305%. Na produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimento, os laboratoriais de análises clínicas representaram o maior quantitativo de ações realizadas.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

Na Rede Física , os dados são importados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Foi mostrado no pleno do Conselho o mapa instrutivo em PowerPont das Unidades Estaduais que estão nas Regionais de Saúde.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

Neste item observa-se que os profissionais de saúde são referentes a todos cadastrados no SUS sobre gestão estadual.Foi esclarecido que pela ausência de concurso público e pela necessidade de pessoal, se faz necessário a realização de processo seletivo realizado por Organizações Sociais.

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

Neste item foi apresentado todas as atividades executadas em 2022 pelas áreas técnicas de acordo com as diretrizes e objetivos da PAS 2022. Foi sugerido pela Comissão que fosse melhorado a visualização do alcance das metas da PAS 2022 , utilizando destaques através de cores variadas.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:

Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

Observa-se que o percentual aplicado em ações e serviços de saúde no ano de 2022 foi de 14,67% das receitas próprias de impostos. Comparando com 2021 que foi de 15,67, houve uma redução, pois receita de de 2022 foi maior que a de 2021.

Auditorias

- Considerações:

Nenhuma manifestação sobre as Auditorias.

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

Finalizando a análise do RAG 2022, foi sugerido a sua aprovação por ser transparente e completo.

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

Recomendamos revisão de algumas metas.

Status do Parecer: Aprovado

MARANHÃO/MA, 19 de Abril de 2023

Conselho Municipal de Saúde de Maranhão